

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

ROSICLER MARIA RIGHI FAGUNDES

**ESFAQUEAMENTO NO PÚLPITO: O COMÉRCIO E SUAS ELITES EM
CACHOEIRA DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX (1845-1865)**

São Leopoldo

2009

ROSICLER MARIA RIGHI FAGUNDES

**ESFAQUEAMENTO NO PÚLPITO: O COMÉRCIO E SUAS ELITES EM
CACHOEIRA DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX (1845-1865)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo

2009

F156e Fagundes, Rosicler Maria Righi
Esfaqueamento no púlpito: o comércio e suas elites em
Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-
1865). / Rosicler Maria Righi Fagundes; orientador Paulo
Roberto Staudt Moreira.. – São Leopoldo, RS: 2009. 159p.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

1. História – América Latina.

I. Título.

CDU 94(7/8)

Ficha catalográfica elaborada por Priscila Almeida Cruz
CRB – 10/ 1554

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Programa de Pós-Graduação em História

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**ESFAQUEAMENTO NO PÚLPITO: O COMÉRCIO E SUAS ELITES EM
CACHOEIRA DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX (1845-1865)**

elaborada por

ROSICLER MARIA RIGHI FAGUNDES

Como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em História

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – Orientador

Prof. Dr. André Átila Fertig (UFSM)

Prof^a. Dr^a. Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)

São Leopoldo

2009

AGRADECIMENTOS

Enfim é chegada a hora dos agradecimentos e, devo confessar, são muitos. Primeiramente quero agradecer ao CAPS pela bolsa que me possibilitou realizar este trabalho. Também ao Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS que, através de sua excelente estrutura, foi ponto decisivo na conclusão dessa etapa. Agradeço especialmente a Janaína que, com sua competência, simpatia e, acima de tudo, habilidade em resolver problemas, foi, sem dúvida muito importante para que eu pudesse concluir o projeto. Ainda, à Marluza Harres que, com eficiência, dirige o PPGH, questão determinante na qualificação do curso.

Merecem também meu reconhecimento os demais professores e funcionários da UNISINOS, como também sou grata aos colegas e amigos que, de alguma forma participaram desse tempo de estudos. Dentre esses muitos novos amigos que tive o prazer de conviver, em especial à Sherol, amiga de todas as horas, à Samanta, à Bruna e ao simpático Jonatas. Sou grata ainda à Gláucia pelas madrugadas *online*, em que discutimos os textos, em que dividimos idéias, tristezas e alegrias. À Daniela Carvalho e sua alegria, pela amizade e por ter me ajudado desde a elaboração de meu projeto. Também merece um agradecimento a Janaina Teixeira pela sua amizade e incentivo para que eu encaminhasse meu projeto de mestrado. Também ao amigo historiador Iran Ribeiro pela orientação durante a graduação, contribuindo muito na minha formação.

Não menos importante foram, nessa feliz etapa, a minha amiga Mara, e os colegas de trabalho, Diego, Osmar, Fredi e Paulo que, com competência, preencheram as minhas ausências e mais, as amigas Helena e Sirlei, e as minhas irmãs Mari e Raquel pelo seu apoio. Ao Miguel pelas excelentes pistas que me forneceu, à Melina também pelas fontes enviadas e ao Alejandro.

Também quero agradecer aos funcionários do Arquivo Público do Estado e

do Arquivo Histórico do R/S, bem como ao Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, que, com presteza, me ajudaram na busca de fontes. Ainda, devo um especial agradecimento ao meu mais novo amigo Mario Franklin Cunha Gastal, pela gentileza de ter permitido o acesso à documentação do Arquivo da família Pereira da Silva.

Ao meu orientador, prof. Paulo Moreira. São tantas as coisas que devo a esse competente historiador que não conseguiria expressar em poucas palavras. Agradeço-lhe principalmente pelo cuidado com que me orientou, com responsabilidade, competência e pelas leituras rigorosas que fez dos textos.

Por fim devo agradecer às duas pessoas mais importantes de minha vida: meus dois filhos, Gabriela e Vinícius, por terem suportado as minhas ausências. A Gabi por te me ajudado na pesquisa e ao Vini pelo seu lindo sorriso que me faz sentir que vale a pena viver. Também agradeço ao Luiz meu companheiro de toda a vida, por ter cuidado, sobretudo, da nossa família.

RESUMO

Essa investigação dedica-se a estudar as elites mercantis de Cachoeira do Sul, no período compreendido entre 1845 e 1865. O estudo sobre comerciantes no período Imperial no Rio Grande do Sul é um tema ainda pouco explorado pela historiografia, por isso buscaremos entender a atuação e as estratégias utilizadas para a inserção deste grupo na sociedade oitocentista. Utilizaremos como guia a trajetória do comerciante Antonio Vicente da Fontoura. Para compreender os sujeitos pertencentes às elites mercantis utilizamos como fonte principal os inventários *post-mortem*, além da documentação avulsa pertencente à Câmara de Vereadores de Cachoeira do Sul, processos criminais e fontes privadas. Contudo, se ocupar um lugar na elite mercantil significava ter poder econômico, esse não bastava para manter-se no topo. Com isso, havia a necessidade de tecer redes horizontais e verticais. Dessa interação com os pares e os subalternos as elites mercantis se reiteravam no poder e se inseriam politicamente.

Palavras-chave:

Elites mercantis; estratégias; redes sociais; trajetórias.

ABSTRACT

This inquiry is dedicated to study the mercantile elites of Cachoeira do Sul, in the period from 1845 to 1865. The study about merchants in the Imperial period in Rio Grande do Sul is a subject still very little explored by the historiography. That is why we will seek to understand the actions and strategies adopted for the insertion of this group in the eight hundredth's society, using the path of the merchant Antonio Vicente da Fontoura as a guideline. In order to understand the subjects belonging to the mercantile elites, the main source used was the *post-mortem* inventories, as well as the documentation found in the city council of Cachoeira do Sul, crime processes and private sources. However, if occupying a place in the mercantile elite meant having economical power, that was not enough to maintain oneself on the top. Therefore, there was the need to weave vertical and horizontal networks. From that interaction with the pairs and the subordinates the mercantile elites were confirmed in the power and inserted politically.

Keywords:

Mercantile elites; strategies; social networks; paths.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa dos Municípios do Rio Grande do Sul em 1872.....	20
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Percentual da População do Rio Grande do Sul em 1780.....	44
GRÁFICO 2 – Percentuais da População do Rio Grande do Sul e Cachoeira do Sul 1780	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Produção do Charque no Rio Grande do Sul (1790-1797-1807-1811-1816-1820).....	24
TABELA 2 – População do Rio Grande do Sul em 1780	44
TABELA 3 – Percentuais da População Geral do Rio Grande do Sul e Cachoeira do Sul 1780.	45
TABELA 4 – População do Rio Grande do Sul, por zonas e condição jurídica em 1814	46
TABELA 5 – População de Cachoeira do Sul, segundo o sexo, 1859	47
TABELA 6 – População de Cachoeira do Sul, segundo a condição jurídica, 1859	47
TABELA 7 – Monte bruto médio nos inventários Post Mortem de Cachoeira do Sul (1845-1865)	57
TABELA 8 – Participação dos bens de raiz nos inventários <i>post-mortem</i> em £. (Cachoeira 1845-1865)	59
TABELA 9 – Presença de escravos nos inventários <i>post-mortem</i> (Cachoeira do Sul 1845-1865).....	66
TABELA 10 – Estrutura da posse de escravos (Cachoeira do Sul 1845-1865).....	67
TABELA 11 – Fortunas dos comerciantes de Cachoeira do Sul (1845-1865) em £	76
TABELA 12 – Comerciantes de Cachoeira do Sul (1845-1865).....	79
TABELA 13 – Fortunas de comerciantes acima de £ 8.000,00	81
TABELA 14 – Participação das fortunas dos comerciantes superiores a £ 8.000,00 (Cachoeira 1845-1865).....	82

LISTA DE ABREVIATURAS

APRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHRS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHCS – Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 AFORTUNADOS DEFUNTOS: OPORTUNIDADES FRONTEIRIÇAS E COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL	18
1.1 ALARGADA FRONTEIRA: A FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE CACHOEIRA DO SUL	18
1.2 “TEMPOS DE GUERRA”: ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO DE COMERCIANTES E ESTANCIEIROS DE CACHOEIRA DO SUL NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA	35
1.3 JUNTANDO GENTE: O POVOAMENTO DA VILA	42
1.4 AS MAIORES FORTUNAS	48
1.5 ENTRE “GRANDES E PEQUENOS”: A COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS	57
1.6 “ESCRAVOS DE TODO O SERVIÇO”: A PRESENÇA DOS CATIVOS NA COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS	60
2 DONOS DE SEU PRÓPRIO NEGÓCIO: COMERCIANTES E NEGOCIANTES EM CACHOEIRA	69
2.1 VIVENDO EM BANDOS: A DINÂMICA DO GRUPO DOS COMERCIANTES EM CACHOEIRA	70
2.2 “QUE VIVE DE SEU NEGÓCIO”: OS COMERCIANTES DE CACHOEIRA	75
2.3 COM O PODER NAS MÃOS: OS COMERCIANTES MAIS AFORTUNADOS	79
2.4 UMA SOCIEDADE ENDIVIDADA: OS LIVROS DE ARMAZÉNS (OS CREDORES E DEVEDORES NOS INVENTÁRIOS)	90
3 PARCIALIDADES EM LUTA NO CENÁRIO ELEITORAL – O ASSASSINATO DO COMENDADOR FONTOURA E OS DESENTENDIMENTOS ENTRE ELITES	101
3.1 CENA DE SANGUE NA PARÓQUIA DE CACHOEIRA DO SUL	101
3.2 COM SORTE NOS NEGÓCIOS: ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO COMENDADOR ANTONIO VICENTE DA FONTOURA	113
3.3 O BARÃO E AS ALGAZARRAS PAROQUIAIS: DISPUTAS E SOLIDARIEDADES ENTRE IGUAIS	118
3.4 “PARA QUE DEPOIS NÃO FOSSE PERSEGUIDO E TIVESSE DE RASGAR ROUPA PELO MATO”: A PARTICIPAÇÃO DOS “DE BAIXO” NAS REDES SOCIAIS OITOCENTISTAS	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146
FONTES.....	155

INTRODUÇÃO

No dia 8 de setembro de 2008, o Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, publicou uma matéria sob o título “Os punhais de 8 de setembro”, em alusão aos ferimentos feitos em dois ilustres personagens sul-rio-grandenses, o comendador Antonio Vicente da Fontoura e o senador José Gomes Pinheiro Machado, ambos falecidos com duas infelizes coincidências: a data da agressão que sofreram e o instrumento cortante que os lastimou.¹

Essa história não teria o menor sentido para o olhar do historiador e ficaria restrita à esfera das curiosidades que povoam nossos periódicos e atraem os leitores com matérias apelativas e, não raro, sanguinolentas. O que nos atraiu a atenção, entretanto, foi a presença, na matéria jornalística, do Comendador Antonio Vicente da Fontoura, personagem que nos interessa especificamente e que insistentemente apareceu nas fontes cotejadas para a elaboração desta dissertação de mestrado. O Comendador Fontoura foi um dos maiores comerciantes de Cachoeira do Sul em meados do século XIX e a violência que sofreu em 8 de setembro de 1860, o que ocasionou sua morte, ainda hoje tem presença marcante no imaginário municipal e regional.

Sobre Antonio Vicente da Fontoura abundam fontes documentais já que participou efetivamente da Guerra Civil Farroupilha (1835/1845). Legou-nos um diário e teve uma inserção constante na vida política local. Em 8 de setembro de 1860, em plena Igreja Matriz de Cachoeira do Sul, o Comendador Fontoura sentava-se na mesa eleitoral e, segundo a maioria dos depoimentos, calmamente cuidava das papeladas burocráticas. Repentinamente, Luzias e Saquaremas, que, armados acompanhavam o processo eleitoral, iniciaram uma violenta contenda. Fontoura, um

¹O senador José Gomes Pinheiro Machado foi morto em 8 de setembro de 1915, no Rio de Janeiro, aos 63 anos de idade, esfaqueado pelo padeiro Francisco Manço de Paiva Coimbra. CARONE, Edgard. *A República Velha*. I. Instituições e classe sociais (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel, 1978.

dos principais líderes dos liberais (Luzias), recebeu inesperadamente uma bengalada na cabeça. O que ele certamente não esperava é que por baixo da mesa aparecesse o liberto Manuel Pequeno e o esfaqueasse três vezes no ventre.

Confessamos a estima que adquirimos pelo Comendador Fontoura ao longo de anos de pesquisa e esta *proximidade* nos fez considerar que o seu personagem poderia atuar como uma espécie de *guia* de nosso texto, ajudando-nos a descrever com mais verossimilhança a trajetória de um comerciante oitocentista e amenizando a frieza dos números.

O cenário onde atuou nosso personagem guia foi São João da Cachoeira, povoação elevada à categoria de Vila em 1819. A ocupação do território cachoeirense foi fruto de um processo iniciado na segunda metade do século XVIII, dentro de uma política da coroa portuguesa de ampliação e manutenção de territórios. A questão fronteiriça sulina fez com que fosse implementada uma política específica para a capitania, elaborando tratados que visassem à conformação do espaço, como o Tratado de Madri.

Assim, o povoamento de Cachoeira deu-se em função dessas tentativas de demarcação e estabelecimento definitivo no território. Uma vila surgida como produto de estratégias luso-americanas, onde conviviam elementos étnicos diferentes: portugueses, africanos e indígenas. Aos poucos teve um incremento populacional e tornou-se um município que se destacou na região central da Província. Com uma economia principalmente voltada para a produção pecuária, inseriu-se nas características da Província do Rio Grande do Sul, de economia subsidiária e escravista, que tinha no charque seu principal produto de exportação. Criar animais para as charqueadas tornou-se uma das opções de investimento, pois havia uma demanda pelos produtos originários da pecuária. A demanda não se restringia à carne seca, outros produtos encontravam espaço no mercado, como couros, cabelos, graxa, entre outros.²

No ano de 1856, o vice-presidente da Província de São Pedro, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, em visita feita por toda a Província, registrou em seu diário suas impressões da Vila de Cachoeira:

Está Vila está muito bem situada na margem esquerda do majestoso Jacuí, sobre uma planície elevada e ligeiramente inclinada. Não tem bons edifícios, mas é populosa; tem muito comércio para a serra do mesmo

² CHAVES, Antonio Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978. O autor deste livro era um português que se tornou grande charqueador de Pelotas, tendo escrito estas memórias a partir de 1817 e publicadas no ano de 1822 a 1825.

município e para Santa Maria, São Martinho e Cruz Alta. Sem contestação, é a Vila da Cachoeira uma das povoações mais bonitas da Província.³

A importância da Vila de Cachoeira nos meados dos oitocentos está ligada a sua localização geográfica estratégica, com a presença da bacia hidrográfica do Jacuí que possibilitava o deslocamento de mercadorias e de pessoas com facilidade.

A proposta desse trabalho é resgatar parte da sociedade oitocentista de Cachoeira, privilegiando o grupo dos comerciantes. Para isso, faremos um exercício de micro-análise, que visa entender as elites comerciais, o entrosamento destas com os demais grupos sociais (de *baixo* e de *cima*) e o gerenciamento que estabelecem as suas relações sociais e políticas. Assim tentando, como escreveu Lima (2006), “aproximar-se do tecido social e ver como ele se trama”.⁴

Esta forma de aproximação com o nosso objeto de estudo possibilitar-nos-á perceber os pequenos detalhes, que uma macro análise ofuscaria, procurando, conforme escreveu Giovani Levi, “estudar um pequeno fragmento com uma técnica intensiva”.⁵ Assim, através dos *pequenos fragmentos* que nos foram deixados pelos sujeitos comerciantes, procuraremos saber qual o lugar que ocupavam naquela sociedade e quais as relações possíveis de serem estabelecidas e, ainda, em certa medida, como se inseriam no campo político. Enfim, compreender as estratégias utilizadas por estes para se manterem parte das elites.

Para chegarmos ao nosso objetivo, iniciamos o trabalho utilizando como fundo documental os inventários *post-mortem* de Cachoeira do Sul, referentes ao período que vai de 1845 a 1865.⁶ O porquê do recorte cronológico é sempre permeado de arbitrariedade, mas podemos justificá-lo, alegando que procuramos *fugir* dos conturbados anos da guerra civil farroupilha e da eclosão da Guerra do Paraguai. Nossa intenção, de difícil execução em uma província acostumada com a beligerância e o conflito, era analisar os comerciantes na normalidade, sem as variáveis introduzidas por guerras e sedições.

Definido o recorte cronológico, investimos boa parte de nosso tempo na pesquisa dos inventários post-mortem, pesquisando 213 autos. Deles catalogamos dados como nome do falecido e de seu inventariante, os bens urbanos e rurais,

³ SCHUH, Ângela Schumacher; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. *Cachoeira em busca de sua História*. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1991. p. 37.

⁴ LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 15.

⁵ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial. Carreira de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁶ AHRS, 213 inventários *post-mortem* 1845-1865.

escravos, dívidas ativas e passivas, etc. Estes dados fizeram-nos perceber alguns traços econômicos daquela sociedade e nos serviram como pano de fundo na atuação dos comerciantes, que, como atores privilegiados, serão investigados com maior profundidade.⁷

Salientamos, assim, que nossa análise partiu desta fonte documental, os inventários, junto a qual fizemos uma pesquisa serial, basicamente quantitativa. Outras fontes foram agregadas: correspondências da Câmara Municipal de Cachoeira ao Presidente da Província, documentos pertencentes à Coleção Alfredo Varela (basicamente referentes ao período da Guerra Civil Farroupilha), processos criminais, documentação policial, documentos internos da Câmara de Cachoeira, etc.⁸

Este trabalho está organizado em três capítulos que organizamos da seguinte forma: No primeiro capítulo primeiramente, discutimos a questão de fronteira, essencial para entender a conformação do espaço físico de Cachoeira do Sul, bem como o seu povoamento. Abordamos a participação das elites mercantil e estancieiras cachoeirenses na Revolução Farroupilha e bens como aspectos da formação populacional desta região ao longo do século XIX. Também utilizamos os 213 inventários para compreender, em parte, o funcionamento econômico da sociedade Cachoeirense, através da análise dos patrimônios. Analisamos, de um modo geral, as grandes e pequenas fortunas e, ainda, o peso dos escravos na composição das fortunas.

No segundo capítulo, identificamos os comerciantes que atuavam em Cachoeira em meados do século XIX, constantes dos autos catalogados. Analisamos de um modo geral a composição de seus patrimônios e destes recortamos os pertencentes à elite, utilizando como parâmetro as fortunas acima de £ 8.000 (oito mil libras). Sobre estes *afortunados defuntos* concentramos nossa perspectiva, e procuramos apreender a dinâmica do grupo, as estratégias utilizadas e as redes que se estabeleciam através das dívidas ativas e passivas.

⁷ Parece-nos que este número de inventários é plenamente satisfatório para a análise a que nos propomos. Farinatti, em sua pesquisa sobre a história agrária de Alegrete no período de 1831 a 1870, investigou ao todo 232 destes autos; Moreira, analisando o mesmo tipo de fonte para a Vila de Jaguarão, entre 1845 e 1855, trabalhou com 206 inventários. FARINATTI (2007), MOREIRA, Paulo. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). Curitiba, Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

⁸ Mais informações sobre estas fontes e o tratamento específico que cada uma delas recebeu na pesquisa, deixamos para o decorrer do texto da presente dissertação. Optamos por assim fazer, pois consideramos que explicar sobre as fontes se torna mais fácil no momento em que as estamos utilizando, efetivamente.

No terceiro capítulo, através da análise do processo crime, que vitimou o comerciante Antonio Vicente da Fontoura, buscaremos entender a participação política das elites mercantis. Através da análise do crime observaremos a atuação dos comerciantes e o seu poder dentro daquela sociedade. Também as redes horizontais e verticais tecidas com os seus pares e os subalternos; amizades, compadrio e familiares. Enfim, perceber as estratégias possíveis de serem apreendidas, que foram elaboradas pelos comerciantes como forma de se reiterarem no topo da elite mercantil.

Esperamos, ao final do trabalho, esclarecer que não pretendemos forjar uma biografia do Comendador Antonio Vicente da Fontoura (que, aliás, bem merecia uma investigação de fôlego neste sentido). Como já dissemos, o Comendador Fontoura foi insistentemente aparecendo em nossas pesquisas, seja na documentação da Câmara de Vereadores ou nos inventários. Fontoura foi, assim, galgando espaço entre os documentos compilados, o que evidencia a sua importância naquela sociedade oitocentista. Em um determinado momento constatamos uma obviedade: sua presença constante na documentação era fruto de sua inserção privilegiada como comerciante e *homem público*. O processo crime que investigou o seu assassinato, naquela manhã de sábado de 8 de setembro de 1860, é povoado de personagens que apareciam nos inventários como as maiores fortunas do período. Olhando atentamente os documentos, percebemos que aquele *esfaqueamento no púlpito* nos possibilitaria uma aproximação privilegiada com as elites locais, presentes em sua quase maioria na Matriz paroquial naquele fatídico momento. Na cartografia daquele espaço santo, os indivíduos não estavam isolados, mas envolvidos por redes sociais diversas, que, naquele momento, demonstravam as suas consistências e fragilidades.

1 AFORTUNADOS DEFUNTOS: OPORTUNIDADES FRONTEIRIÇAS E COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

1.1 ALARGADA FRONTEIRA: A formação e ocupação do espaço de Cachoeira do Sul

Quando nos deparamos com trabalhos que tratam da História do Brasil no século XIX, seja tratando-se do período colonial ou imperial, percebemos os avanços gerados pela historiografia brasileira, na tentativa de reconstruir o passado das pessoas que nesse período viveram e agiram. Entre as características que podemos apontar a respeito desta recente produção historiográfica, uma das que mais se destaca é seu forte teor empírico, um esforço direcionado para novas fontes ou para fundos documentais que ainda não tinham tido a atenção devida. Ao nos reportarmos para a historiografia do Brasil Imperial e as inúmeras produções resultantes de pesquisas dos últimos anos, necessariamente, estaremos partindo desta produção para tentarmos inserir no contexto imperial o Rio Grande do Sul e nosso recorte específico, que é Cachoeira do Sul.

A Província Sulina no século XIX foi ponto de passagem de muitos viajantes que nos legaram relatos dos mais variados. Embora estes escritos resultem de olhares de estrangeiros – na maioria europeus e, portanto, sejam carregados de etnocentrismo e outros filtros que distorcem ou influenciam a *realidade histórica* que procuravam compreender. Estas descrições nos revelam alguns aspectos geográficos, econômicos e culturais que nos servem como ponto de partida para pensarmos o Rio Grande do Sul e Cachoeira do Sul, buscando compreender os “homens”, no sentido genérico da palavra, e quais as formas por eles elaboradas para construir sua existência naquele período.⁹

August Saint-Hilaire, ao passar por Cachoeira, no início do século XIX, assim descreveu a Vila:

⁹ Inúmeros pesquisadores já exploraram os livros de viagens e outros escritos destes estrangeiros que circularam pelo Brasil colonial e imperial como temática investigativa. Citamos apenas alguns: LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem - Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 1996; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem 1803/1900*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997; PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 1999; BARREIRO, J. C. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 243 p. FLECK, Eliane. *De Terra de Ninguém á terra de Muitos – Olhares viajantes e imagens fundadoras* (do século XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo, editora Méritos, 2006, págs. 273-307.

Região cortada por bosques e pastagens, a princípio, bastante acidentada, depois quase plana e menos arborizada. Todo o tempo a vista da serra, ausência de flores na Campanha, apenas plantas com sementes e sempre de espécies comuns. A Vila de Cachoeira, que tem sido o termo da jornada, está agradavelmente situada; [...] A vila de Cachoeira, sede de dois juizes ordinários e lugar de extensa paróquia, fica numa posição agradável, a encosta de uma colina que domina o rio Jacuí. Esta Vila, recém-criada, é ainda pequena; a praça pública está indicada por algumas casas esparsas. Entre a Vila e o rio, o declive da colina, as miseráveis palhoças, separadas umas das outras, cuja reunião toma o nome de aldeia. Estas choupanas habitadas por índios, que vieram da aldeia de São Nicolau, e vizinha de Rio Pardo, parta lançar as fundações desta Vila aqui permaneceram após concluída a empreitada.¹⁰

O autor acima, botânico por formação, passou pelo Rio Grande do Sul em 1820 e deixou em seus relatos a descrição de uma Vila de formação recente, mas já com uma estrutura pública embrionária – dois juizes ordinários e sede de uma paróquia. Apesar de a praça central ser “indicada por algumas casas esparsas”, o olhar do estrangeiro já registra a potencialidade do local, citando como fatores favoráveis ao seu crescimento a sua localização geográfica e também a hidrografia.

Cachoeira do Sul é banhada por um importante rio, o Jacuí, possuindo ligação direta com a lagoa dos patos, que, por sua vez, liga-se ao porto de Rio Grande. Esta conexão fluvial possibilitou um elo entre o centro da Província e a planície litorânea, por onde se espriavam as primeiras formas de ocupação dos campos de Viamão, além de Porto Alegre e arredores, sendo um ponto no comércio marítimo no período. Pelo rio Jacuí e seus afluentes deu-se a penetração e ocupação efetiva no sentido leste/oeste do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, como veremos a seguir.

¹⁰ SAINT-HILAIRE, August. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p. 353-354.

início do XIX. Por entendermos que o período de estudo é resultante de um processo histórico anterior, e por acreditarmos principalmente na importância da compreensão destes aspectos para percebermos as rupturas e permanências ocorridas ao longo do tempo, embora corramos o risco de nos deslocarmos em demasiado temporalmente, faz-se necessário falar um pouco dos tratados e dos conflitos que a demarcação da fronteira originou.

O município de São João da Cachoeira, assim denominado em meados do século XIX, foi o quinto a ser criado na Província de São Pedro, no ano de 1819. O povoamento teve início em 1750, no mesmo período em que foi assinado o Tratado de Madri, no qual as coroas portuguesas e espanholas negociaram a troca dos sete povos das missões – em poder da Espanha -, pela Colônia de Sacramento, de posse de Portugal.¹²

A ocupação do território onde hoje é o município de Cachoeira do Sul, região central da Província, deu-se em função da política da coroa portuguesa para manter os territórios sulinos. Para formalizar o Tratado de Madri, veio para a província sulina o capitão-general do Rio de Janeiro e das Minas Gerais, Gomes Freire.¹³ O futuro Conde de Bobadela estava acompanhado por uma comissão técnica de demarcação e contingentes de “granadeiros e fuzileiros, superior a mil homens, mais o pesado trem de guerra necessário à expedição”. Além desses muitos oficiais especializados em matemática, desenhistas, arquitetos, cartógrafos e cosmógrafos, para fazer a demarcação da fronteira.¹⁴

A partir da vinda das autoridades imperiais, foi formalizada a doação das primeiras sesmarias para soldados oriundos da Província de São Paulo, e estabelecidas as primeiras estâncias de criação de gado bovino neste território, pertencentes a Antonio Gomes de Campos, Manoel Gomes Porto, Alexandre Queirós de Vasconcelos e Manuel Carvalho da Silva.¹⁵ Apesar da bibliografia mais tradicional apontar estes quatro sesmeiros como os primeiros, só conseguimos, no entanto, localizar duas concessões nos documentos custodiados pelo Arquivo

¹² Uma das obras que trata da Colônia de Sacramento é o de Fabrício Prado no qual o autor discute questões suscitadas pela disputa da posse entre lusos e espanhóis, também o fato de Sacramento servir de rota comercial entre a América portuguesa e espanhola, bem como a dinâmica de inserção nos mercados coloniais. PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, FAPERGS/F. Prado, 2002.

¹³ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975, p. 74.

¹⁴ Ibid., p. 82.

¹⁵ SCHUH, Ângela Schumacher; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. *Cachoeira em busca de sua História*. Martins livreiro. Porto Alegre, 1991.

Histórico do Rio Grande do Sul (Fundo Fazenda): Antonio Gomes de Campos¹⁶ e de Manuel Gomes Porto.

Convém retrocedermos a um período anterior ao tratado de Madri, para uma melhor compreensão das questões latentes em 1750. O Tratado de Tordesilhas (1494) foi desrespeitado pelos portugueses com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento (1680) e levou os espanhóis a fomentar o retorno dos jesuítas para a região Missioneira, onde fundaram os Sete Povos. Em 1715 a colônia de Sacramento foi tomada por tropas financiadas por comerciantes da Província do Rio da Prata, levando a um novo tratado, o de Utrecht, que devolveu Sacramento aos portugueses. As disputas não cessaram e as metrópoles ibéricas em meados do século XVIII tiveram de empreender uma nova tentativa de pacificar a região, o que resultou em um novo tratado.¹⁷

As duas coroas ibéricas, Espanha e Portugal, ao assinarem o Tratado de Madri, em 1750, buscaram amenizar os muitos conflitos advindos das disputas territoriais. A permuta da Colônia do Santíssimo Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, estabelecida pelo tratado, não foi possível na prática, devido à resistência dos habitantes da colônia, principalmente os indígenas missioneiros e os comerciantes lusos de sacramento. A resistência conhecida como guerra guaranítica ocorreu porque o rei da Espanha ordenou que se retirassem das missões todos os indígenas que não aceitaram a determinação, ocasionando um conflito, no qual lutaram de 1753 a 1756, quando finalmente as tropas luso-espanholas tomaram o controle da região. O estabelecimento desses limites gerou, portanto, muitos conflitos durante os anos posteriores em que as coroas tentaram, sem sucesso, fixar uma linha divisória.¹⁸

A comitiva imperial veio para a região sulina no ano de 1752, na tentativa de demarcar os territórios compreendidos pelo Tratado de Madri, permanecendo na região por sete anos. O conde de Bobadela (Gomes Freire de Andrade) empreendeu uma verdadeira luta para efetivar o traçado e cumprir suas cláusulas. Ambas as coroas tiveram dificuldades em ceder os espaços ocupados, o que finalizou, em 1761, com a revogação do mesmo Tratado.¹⁹

¹⁶ AHRS - Códice da Fazenda nº 1447, 45v., ano 1792. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 11. Porto Alegre: CORAG / AHRS, 1995: p. 289.

¹⁷ REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras do Espaço Platino*. IN História Geral do Rio Grande do Sul. Volume I. Colônia. BOEIRA, Nelson (org). Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 49.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto alegre: Editora Globo, 1975. p. 73-94. Ver também: GOLIN, Tau. *A Fronteira: Os tratados de limites Brasil-Uruguaí-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os*

O conde de Bobadela teve uma estadia, prolongada, permanecendo vários anos na região fronteira e também na Banda Oriental na tentativa de efetuar a demarcação do território. Também circulou pela região de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, tendo navegado pelo rio Jacuí e se envolvido em vários conflitos.²⁰

A ocupação persistiu, reiterando a lógica da Coroa portuguesa de manter os territórios através do povoamento. Era a vitória da doutrina do *uti possidetis* – “quem usa tem a posse”. Dessa forma, Cachoeira do Sul deve ser compreendida como uma região de fronteira que tinha como aliada a sua posição geográfica às margens do rio Jacuí, com ligação direta à Lagoa dos Patos e, conseqüentemente, com o Porto de Rio Grande, um dos portos de entrada e saída de gêneros da Província. Estes aspectos contribuíram para o desenvolvimento econômico e populacional da Vila, inserindo-a, no século XIX, entre os grandes municípios, como mostraremos no decorrer do texto.

A economia da região sulina, nos anos oitocentos, é entendida como escravista e subsidiária, baseando-se na pecuária e tendo como produto principal o charque. Não pretendemos discutir aqui densamente esta questão, apenas pontuar alguns traços do mercado no final do período colonial e início do império brasileiro.²¹ Antonio Gonçalves Chaves,²² já em 1821 descreve este cenário através da elaboração de mapas estatísticos de produtos exportados, referentes ao período de 1816 a 1822, onde a carne-seca (charque) e seus derivados estão no topo dos produtos enviados para além das fronteiras sulinas.

territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre, L&PM, 2004; GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. 3ª edição. Porto Alegre; Passo Fundo: Editora da UFRGS; UPF Editora, 2004, v. 1. 624 p.

²⁰ VELLINHO, op. cit., p. 49

²¹ Para saber mais: OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. PESAVENTO, Sandra Jatay. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. FARINATTI, Luiz Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*.

²² CHAVES, Antonio Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978. O autor deste livro era um português que se tornou grande charqueador de Pelotas, tendo escrito estas memórias a partir de 1817 e publicadas no ano de 1822 a 1825.

TABELA 1 – Produção do Charque no Rio Grande do Sul (1790-1797-1807-1811-1816-1820).

Ano	Produção em arrobas (15 quilos)
1790	209.418
1797	555.070
1807	966.052
1811	1.038.556
1816	1.933.300
1820	948.986

FONTE - SANTOS, 1984, p. 142.

Neste cenário de uma economia agrária e escravista é que Cachoeira se estabelece como município no ano de 1819. Criada em um momento de extensão do povoamento em direção à fronteira oeste, a Vila de Cachoeira do Sul vai ser sede de um extenso território, projetando-se como importante núcleo administrativo e econômico no cenário rio-grandense. Quando esta vila foi criada, em 26 de abril de 1819, faziam parte de seu território os seguintes distritos: Alegrete, Santana do Livramento, São Gabriel, Caçapava do Sul e Santa Maria da Boca do Monte. Assim, podemos ver que se tratava de um território vasto, do qual optamos definir como o lócus de nossa pesquisa o espaço correspondente aos que são os contornos atuais do Município.²³

A ocupação do espaço de Cachoeira do Sul teve como gênese um acampamento militar, tendo posteriormente recebido imigrantes açorianos e, a partir de 1857, também imigrantes alemães. Não podemos esquecer de considerar que as terras não eram desabitadas, pois havia nelas aldeias indígenas, como mostra o relato acima citado de Saint-Hilaire e o levantamento elaborado no século XX, pelo Doutor Fritz. Este médico viveu em Cachoeira do Sul e elaborou uma lista das ruas da cidade, com os devidos terrenos, informando dados quanto à edificação e também os seus respectivos proprietários. Nessas listas aparecem terrenos na rua chamada de “aldeia” e, juntamente, a referência “ocupados por índios”, ou ainda, um lote que fora comprado por Joaquim Xavier dos Santos Marmelo, do *índio* Miguel

²³ Outras pesquisas citadas ao longo de nosso texto, voltadas a alguns destes municípios (como Alegrete e Santa Maria), mostram como o montante das fontes primárias específicas de cada um destes locais inviabilizaria um trabalho que enfocasse o território original criado em 1809. Além disso, esta divisão territorial era meramente administrativa e não dava a noção das dinâmicas internas de cada espaço demarcado.

Gomes.²⁴

Os casais oriundos das ilhas do arquipélago dos Açores tiveram papel importante no povoamento do Rio grande do Sul. Com o fracasso do Tratado de Madri, os casais açorianos que haviam imigrado para povoar as missões acabaram sendo instalados em outras regiões e foram aos poucos multiplicando a população. Eles tiveram filhos, estes se casaram e dessas uniões nasceram mais crianças e, assim sucessivamente, a população foi se reproduzindo. Esta migração foi fundamental no crescimento populacional, como evidenciou Fabio Kuhn nos Campos de Viamão.²⁵

A conformação do espaço do Rio grande do Sul, segundo a historiadora Helen Osório, deu-se através da doação de sesmarias por parte da coroa portuguesa a militares, para a manutenção do território, enquanto os açorianos faziam parte de uma outra estratégia. Proteger eficientemente as fronteiras requeria arregimentar uma força de trabalho para a produção de mantimentos às tropas militares e que, ao mesmo tempo, garantisse efetivos para os esforços de guerra; assim a imigração açoriana,

[...] não operou ruptura nesse processo de apropriação; antes, possibilitou sua expansão, pois acabou por fornecer homens ao exército e produtos de subsistência para o próprio espaço, através basicamente de mão-de-obra familiar, sendo esse contingente populacional alocado conforme os interesses estratégicos da metrópole.²⁶

Se a manutenção do espaço fronteiriço era vital para a coroa Portuguesa e continuou sendo no período imperial, isso fazia com que a região sulina adquirisse um grau maior de importância na corte, evidenciando-se na política empreendida para viabilizar a manutenção do espaço. Da doação de sesmarias à imigração açoriana e alemã denota o empenho da administração colonial e depois imperial em empreender estratégias específicas, como forma de proteção da fronteira. Cachoeira do Sul teve, também, seu povoamento.

²⁴ AHCS, Registro de terrenos, CM/S /SE/RCT. N. 002.

²⁵ KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*, p. 108 [Tese de Doutorado]. Esse crescimento também ocorreu na Vila de Rio Grande, onde muitas uniões foram *entretidas* entre moças descendentes de açorianos e soldados que faziam a guarnição da fronteira. HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor a nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais na Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006 [Tese de Doutorado]. Ver ainda: Graebin, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. [Tese de Doutorado].

²⁶ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.p. 84 [Dissertação de Mestrado].

Os traços da formação dos espaços físicos, em meados do século XVIII, podem ser observados um século depois, no tipo de sociedade que estava estabelecida em Cachoeira do Sul. Uma das características resultantes do sistema de doação de sesmarias foi a alta concentração da propriedade fundiária, isto é, em mãos de ricos fazendeiros criadores de gado, processo que os inventários analisados também revelam. Identificamos uma parcela de indivíduos que possuíam grandes propriedades de criação, ao lado de médios e pequenos proprietários.

Desde muito tempo, a fronteira tem suscitado vários estudos, sendo representada e interpretada de variadas e complexas maneiras. Os contornos do espaço fronteiro da Província de São Pedro foram representados através de um imaginário, sendo a fronteira, por vezes concebida como item conformador de práticas e costumes:

O que vimos caracterizando como “**espírito de fronteira**”, esse espírito ou sentimento forjado na faixa meridional do vasto império em **gestação**, foi posto à prova em todas as nossas campanhas externas, desde as do prata até o Paraguai, e enobreceu pela ação de grandes cabos de guerra, graduados, alguns deles, em figuras legendárias, a História Militar do Brasil, [...].²⁷

O “espírito de fronteira” é o que dá o tom laudatório da citação acima, remetendo a ação heróica e abnegada dos indivíduos que *forjaram* a fronteira meridional. Moysés Velinho é adepto de uma historiografia que destaca a influência portuguesa na extensão e fixação dos limites meridionais. Tal distensão dos limites entre Portugal e Espanha teria sido promovida por indivíduos de procedência lusa, em detrimento dos interesses *castelhanos*. O Rio Grande do Sul teria se formado, assim, *contrastivamente*, aos seus vizinhos espanhóis e platinos em geral. Nas primeiras décadas do século XX houve uma disputa entre duas correntes historiográficas, a respeito da influência sofrida na sua formação pela sociedade que se estabeleceu no Rio Grande do Sul. A *matriz lusitana* creditava a intervenção portuguesa à primazia, enquanto que a platina considerava a formação da sociedade rio-grandense forjada com a interferência das colônias da América espanhola.²⁸ Por isso, a fronteira foi tema recorrente, por representar o outro lado “castelhano”, visto pelos seguidores desta corrente como o inimigo.

O povoamento do Brasil Meridional, originalmente uma fronteira aberta, dá-

²⁷ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975. p. 212. Grifos nossos.

²⁸ Ver, GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

se pela inserção de diferentes grupos sociais e étnicos em terras já habitadas pelos indígenas. Dentro de uma linha historiográfica clássica, o autor Guilhermino César escreveu em referência aos açorianos, na década de 1970:

A cultura açorita vai logo sobrepujar a das tribos e a dos gaúchos andarengos, lança raízes no pampa, dá poder ofensivo à língua portuguesa, faz o Rio Grande integrar-se definitivamente na matriz lusa. O *ilhéu* não deixa, todavia, de sofrer a implacável influência do meio: assimila costumes do indígena e do espanhol platino; de agricultor que era. Torna-se aqui também campeador, aprende a manejar o laço, as boleadeiras e a adaga; habitua-se a tomar o mate e a comer carne no espeto, sobre brasas. Sai sempre vitorioso, até mesmo na empresa instintiva do mestiçamento [...].²⁹

O autor, declaradamente pertencente à matriz lusitana, atribui à imigração açoriana um papel de *redentora*, pois integraria mais elementos portugueses à cultura sulina, com a miscigenação de elementos culturais, o que reafirmaria, segundo ele, a vinculação lusitana. Evidentemente, para a historiografia atual, é impossível reconhecer o Rio grande do Sul, senão com uma forte influência platina, como demonstram trabalhos recentes, que servem de suporte sobre o tema. De um modo geral, os trabalhos atuais sobre a província rio-grandense partem da idéia dessa dupla influência luso e platina, como sendo uma das especificidades que originou a formação da sociedade do Rio grande do Sul.

A mistura de populações indígenas, açorianas e platinas, ao coabitarem um mesmo espaço, também nos remete a um aspecto que é peculiar ao espaço de uma fronteira aberta e em construção, um local habitado por homens com fortes diferenças culturais. Isso demonstra o quão complexo é entender esse conjugado de fatores diversos juntos e ao mesmo tempo dar-lhes coerência. Este fator, pensamos, justifica os inúmeros trabalhos realizados sobre o tema e, até os dias atuais, suscita novas elaborações conceituais, visando melhor compreender esse tão indefinido espaço.

Cachoeira do Sul também fez parte dessa fronteira e teve seu espaço ocupado em função desta expansão e povoamento, por isso, questionamo-nos: de que forma pensar a fronteira enquanto conformação do espaço e quais elementos servem para explicar essa complexidade? Entendemos que a fronteira não pode ser vista como tão somente de interesse da Província do Rio Grande do Sul, mas sim se deve entendê-la numa perspectiva ampla, ou seja, do interesse luso-brasileiro e mesmo platino. Em outras palavras, o avanço da ocupação em direção ao sul foi

²⁹ CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 26-27.

promovido por duas frentes: uma *desde o Rio de Janeiro* (que promoveu a fundação de Sacramento) e *outra desde São Paulo*:

Estas duas frentes atendiam a **interesses complementares da Coroa e grupos locais**, interessados em **terras** e acesso aos rebanhos (motivo principal do avanço desde São Paulo), além do acesso à **prata potosina** (escoada para a América portuguesa pelo comércio) e aos **couros** (principais atrativos para a manutenção da Colônia de Sacramento). **As duas frentes articuladas constituíram a estratégia luso-americana de avançar sobre as terras do sul durante a primeira metade do século XVIII.**³⁰

Uma possível resposta para a discussão da noção de fronteira vem da historiadora Helen Osório, que afirma serem as fronteiras políticas, culturais, lingüísticas, tecnológicas e agrárias, em contraposição às histórias diplomáticas e militares, que atribuíam papel quase exclusivo à negociação de tratados e disputas bélicas, enfim, uma fronteira política, estatal e nacional.³¹ Concordamos com a autora, pois não se trata apenas de uma fronteira física, mas sim de um conjunto de fatores que servem para explicá-la. Além de a fronteira ser “resultado da construção do espaço”, faz-se necessário compreendê-la como uma diversidade de fatores que, ao mesmo tempo em que são aglutinadores, também servem para pontuar as diferenças e conseqüentemente os pertencimentos.

A fronteira do Rio grande do Sul deve ser entendida levando-se em conta as questões políticas e econômico-sociais da região meridional, envolta em muitos conflitos e, por isso, altamente militarizada, tendo como base econômica a pecuária, com amplo recurso à mão-de-obra escrava.

Esta mistura de espaço e pessoas em constante movimento e mutabilidade nos parece muito apropriada, porque sugere que o significado do conceito de fronteira, deve ser entendido considerando o fator tempo/espaço que varia de acordo com o período histórico estudado. Em nosso trabalho, a fronteira existente em meados do século XIX, já com limites razoavelmente definidos, como dissemos anteriormente, deve ser percebida dentro das questões do período imperial, onde havia uma disputa não prioritariamente por espaços, mas sim por interesses econômicos e políticos, refletindo-se diretamente na sociedade como um todo. Para isso, alguns aspectos do conceito de fronteira necessitam ser reelaborados, compreendendo as variações ocorridas no tempo e, percebendo as influências que a sociedade estabelecida no

³⁰ PRADO, Fabrício. *Colônia da Sacramento. O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: FAPERGS/RS, 2002, p. 18. Grifos nossos.

³¹ *Ibid.*, p. 29-30.

século XIX teve como herança e do tipo de ocupação de seu povoamento.

A região da fronteira era um local onde os interesses eram muito complexos, pois iam do âmbito de uma política imperial a questões específicas, como as dos proprietários rurais. Muitos fazendeiros rio-grandenses possuíam terras na banda oriental e isso fazia com que a livre circulação de “gentes” e “gados” fosse fundamental para que se pudessem transpor tropas de gado e mercadorias. Imposições tributárias foram implantadas pelo governo imperial, que tentou, gradativamente, interferir mais incisivamente na região.³²

Existiam percepções heterogêneas que coexistiam sobre a fronteira, entre elas com destaque a dos escravos, vendo esta área como potencial de liberdade. Assim, podemos pensar a fronteira, além de ser um espaço físico-geográfico, também como fruto do imaginário, e este levava os indivíduos a agirem de acordo com a crença que tinham nesta. As representações plurais sobre a fronteira sulina também interferiram na conformação de seu espaço, determinando as ações dos sujeitos. Tomamos, por exemplo, o trabalho de Moreira,³³ que relata vários casos de escravos, arquitetando planos de fuga, tendo como horizonte a fronteira e nesta um sinônimo de liberdade. A fronteira adquire inúmeros significados que vão depender diretamente das representações de cada grupo social.³⁴ “[...] fronteira não é apenas um local definido geograficamente, mas um elemento de diferenciação envolvido numa luta de representações [resultado de] atos políticos, sociais, mágicos”.³⁵

Outra definição da conformação do espaço platino sul-rio-grandense e a linha divisória chamada de fronteira é da historiadora Heloisa Reichel, a qual destaca o conceito de região para se entender esse processo de formação de limites. Segundo ela, a geografia crítica propôs, na década de 1950, a caracterização de região como resultante da relação do homem com o meio, ou

³² ZABIELA, Eliane. *A Presença Brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e navegação, de extradição e de Limites*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. [Dissertação de Mestrado].

³³ MOREIRA, Paulo Staudt. *Sobre Fronteira e Liberdade - Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. UFRGS 2000.

³⁴ Não pretendemos aqui e nem é objetivo discutirmos exaustivamente os vários conceitos de fronteira, apenas nos apropriamos de alguns desses conceitos para pensarmos o período em que teve origem o lócus de nossa pesquisa que é a Vila de São João da Cachoeira. Para saber mais ver KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. [Tese de Doutorado]. HAMEISTER, Martha Daisson *Para dar calor a nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais na Vila de Rio Grande (1738-1763)*, 2006. [Tese de Doutorado]. OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. [Dissertação de Mestrado]. MOREIRA, Paulo Staudt. *Sobre Fronteira e Liberdade - Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. UFRGS, 2000.

³⁵ MOREIRA, Paulo Staudt. *Sobre Fronteira e Liberdade - Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. UFRGS, 2000.

seja, a natureza, e a atuação desse mesmo indivíduo sobre esse espaço que é dotado de especificidades naturais, humanas e econômicas. Além disso, também aponta fatores históricos, nas palavras de Reichel:

Esses [fatores históricos] se relacionam com a organização econômica, social e cultural que se desenvolveu no espaço platino a partir da colonização. Sua origem vincula-se à introdução, pelos colonizadores espanhóis, de gado bovino e cavalar nesse território.³⁶

Portanto, a autora utiliza o conceito de região vindo da geografia e, também, o da história, no sentido de que as relações sociais são frutos das “experiências vividas”, das “idéias e nos sentimentos”, que esses sujeitos, habitantes de fronteira desenvolveram e mais “na cultura produzida por eles”.

Percebemos então que a fronteira também era, além de um espaço físico, um local onde as trocas permitiam a formação de uma cultura específica e que, essa, por sua vez, era influenciada por fatores da própria região. Portanto, como nos coloca Reichel, questões como a presença do gado vacum, cavalar, muar etc. e as circunstâncias em que esses rebanhos se disseminaram foram determinantes para o tipo de sociedade que se estabeleceu e contribuíram historicamente para a conformação deste espaço.³⁷

Para dar conta da dinâmica do espaço em que dividia as possessões da coroa lusa e espanhola na região platina é destacado por Reichel que:

Para reforçar essa **prática de fronteira** como zona de trocas, a região ainda apresenta outra característica que merece ser destacada. Há no seu interior uma *fronteira seca*, na qual uma área em que os territórios coloniais/nacionais envolvidos estão separados apenas por uma **linha imaginária**. Como exemplo, temos a fronteira do Brasil com o Uruguai, onde a quase totalidade dos 724 km que separam atualmente os dois países se situa em campos de estâncias que não conhecem outras divisões além da político-administrativa, ou em meio a cidades como Santana do Livramento (RS) e Rivera (Uruguai), que são divididas por uma rua, onde cada um dos lados pertence a uma nação.³⁸

A fronteira, apesar de ser um local de trocas constantes, de interação do homem com o meio natural e sua atuação sobre este através de seu trabalho, também pode ser, como cita a autora acima, uma “linha imaginária” para os homens

³⁶ REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras do Espaço Platino*. IN História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. REICHEL, Heloisa (org e outros). Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 44-45.

³⁷ Ibid., p. 47.

³⁸ REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras do Espaço Platino*. IN História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. REICHEL, Heloisa (org e outros). Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 48-49. Grifos nossos.

que a habitam. Por vezes, essa divisa territorial passa quase que despercebida ao olhar do homem e não é nada além de uma convenção política que, na prática, talvez tenha, em algumas circunstâncias, pouco significado material. As divisas territoriais, contudo, também devem ser entendidas enquanto espaços comuns, com todas as suas peculiaridades e diversidades e, sobretudo, como partes integrantes de uma grande complexo colonizador representado pelas coroas ibéricas.

As características particulares do Rio Grande do Sul tiveram grande influência e despertaram o interesse português em povoar os campos do sul e, também, em avançar os limites em detrimento dos domínios espanhóis. A presença de campos povoados com rebanhos vacuns, cavalares e muares e a importância que esses tiveram no sustento da economia agro-exportadora do açúcar, tabaco, algodão e café, revelam, segundo Corcino Medeiros dos Santos, a importância da capitania do Rio Grande para a coroa portuguesa e o Brasil, respectivamente.³⁹ Sobretudo, havia uma dependência de outras províncias, como São Paulo, Minas Gerais, entre outras, com a produção pecuária sulina, seja para a alimentação da escravaria ou no fornecimento de animais para o transporte de cargas, no caso das bestas muares, cavalos e bois.⁴⁰

Tais peculiaridades colaboraram para impulsionar o comércio do sul com outras regiões, dentro da própria colônia e mesmo com outros pontos escravistas, como Cuba. As embarcações que transportavam carne salgada retornavam com outros produtos e vice-versa. Quando aportavam nos portos sulinos traziam, além de gêneros produzidos internamente na colônia e no Império, também produtos europeus. Não somente as carnes estavam no rol dos produtos exportados, outros também ocuparam lugar de destaque como, por exemplo, couro, graxa, sebo, entre outros.⁴¹

A vida dos indivíduos que viveram nos imprecisos espaços limites entre as coroas ibéricas, com certeza não foi tranquila, especialmente aos que se envolveram com algum tipo de comércio, que foi considerado “ilícito” ou de “contrabando”. Thiago Gil, em seu estudo sobre o contrabando, utiliza o conceito de “Fronteiras Imperiais”, como local de negócios lícitos e ilícitos, de circulação de mercadorias e pessoas. Para o autor “o contrabando era um negócio que ultrapassava as fronteiras

³⁹ SANTOS, Corcino Medeiros. *Fronteiras do Espaço Platino*. IN *História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia*. REICHEL, Heloisa (org E outros). Passo Fundo, Méritos: 2006, p. 69.

⁴⁰ Ibid., p. 66-70.

⁴¹ SANTOS, Corcino Medeiros. *Fronteiras do Espaço Platino*, p. 73-74.

Imperiais, ainda que só tivesse sentido com a existência destas”.⁴²

A noção de fronteira englobou várias expectativas, de acordo com as necessidades específicas de cada grupo social e econômico. Para alguns sujeitos, o espaço era visto como um “corredor de passagem”, servindo para o deslocamento ou a ligação entre duas regiões e a possibilidade de negociar. Segundo Gil, isso pode ser verificado nos documentos coloniais, que apresentam a existência de “duas fronteiras”, em dois pontos distintos – “fronteira de Rio Grande” (referente à Vila de Rio Grande) e “fronteira de Rio Pardo”. Estas duas denominações eram usadas já no século XVIII e significavam “corredores de acesso junto aos domínios espanhóis, onde circulavam homens e mercadorias”. Nestas rotas de contato, no período colonial, existia um, ainda que embrionário, aparato oficial, na tentativa de controle e mais, estavam estabelecidas estâncias de criação e estabelecimentos agrícolas.⁴³ Em outras palavras, os corredores eram os pontos de contatos com o Prata, por onde fluíam pessoas, mercadorias e culturas.

Caminhando na mesma direção dos alertas dos historiadores até aqui citados, temos as discussões de Fabio Kuhn, que define a fronteira como “espaço impreciso em termos geográficos”, e destaca que, “território de circulação de pessoas e mercadorias, a fronteira não deve ser confundida com limite político, definido pelos tratados internacionais”. Tratando do período colonial, Kuhn ainda cita como característica deste espaço fronteiriço colonial “uma menor presença do aparato estatal”.⁴⁴ Acreditamos que esta *peculiaridade* meridional – comum a outras regiões de fronteira aberta⁴⁵ - tenha gerado uma formação social composta de grande mescla entre o público e o privado. Alguns *chefes de bandos*⁴⁶ – líderes que aglutinavam a sua volta parentes, escravos, gado – tornaram-se tão importantes para a estratégia da Coroa de controlar os Campos de Viamão e aproximar-se do Prata, que acabaram somando em suas mãos o poder *doméstico* e o estatal.⁴⁷ Esse processo não se esgota no período colonial e se estende ao Império, conforme a

⁴² GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: ibéricos, indígenas e africanos no mercado muar platino*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, [Dissertação de mestrado], p. 8.

⁴³ *Ibid.*, p. 15-25.

⁴⁴ KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*, p. 21. [Tese Doutorado].

⁴⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

⁴⁶ CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁴⁷ Podemos exemplificar este processo na figura emblemática de Rafael Pinto Bandeira. A respeito, ver: SILVA, Augusto. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador. Relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. [Dissertação de Mestrado].

Guerra Civil Farroupilha vai demonstrar.

As elites políticas e econômicas locais possuíam poder de mando, o qual se baseava em vários elementos, mas, principalmente, em sua capacidade de controlar e arregimentar homens e de manter o território protegido e produtivo. O governo colonial e, posteriormente, o imperial, tentou de diferentes maneiras, forjar pactos com estes grupos, sem os quais não poderia assegurar a manutenção do Brasil meridional. Em nosso período de análise – o século XIX – estas elites estavam fortemente enraizadas em território sulino, com redes sociais e familiares que as permitiam ter acesso a recursos essenciais, como terras, escravos, gado e favores públicos. Estas inter-relações entre interesses públicos e privados condicionaram as interpretações sobre o espaço fronteiriço e as ações que neste campo ocorriam. Trata-se de inserir nesta discussão sobre fronteira a própria conformação do estado ou da esfera pública imperial e da “arte de pactuar” de que fala o historiador Fernando Uricoechea, percebendo:

[...] a interação da autoridade central com o poder local como um processo complexo, composto de antagonismos relativos, identidades relativas, e autonomias relativas entre os dois atores. O estado gozava de uma relativa autonomia que lhe permitia eventualmente antagonizar grupos privados e vice-versa. Simultaneamente compartilhava-se de algum grau de identidade com grupos privados que tornaram possível a esse poder antagonizar outras facções, e assim sucessivamente. Nem um monismo administrativo, nem um monismo agrário podem capturar dialeticamente todos esses aspectos do processo histórico.⁴⁸

O conceito de fronteira, nas palavras da historiadora Mariana Flores da Cunha T. Flores, pode assim ser sintetizado:

O que me aparenta mais acertado, portanto, é tratar a fronteira não como uma entidade, algo homogêneo que pode ser classificado com apenas uma definição, mas considerá-la através das inúmeras relações que são possíveis de serem estabelecidas de lado a lado. Dessa forma, apresenta-se uma “fronteira dinâmica” capaz de, num mesmo espaço e tempo, revelar a constituição de variados significados para diferentes agentes. Não me refiro aqui a diferentes compreensões de fronteira, ou diferentes tipos, tais como “fronteira comercial”, “fronteira cultural”, “fronteira demográfica”, etc.; mas à construção de diferentes relações sociais dentro de um mesmo espaço de fronteira. É preciso considerar todos os tipos de interações possíveis de serem estabelecidas nesse espaço, percebendo a existência de diferentes grupos com interesses variados, não restringindo essas relações possíveis apenas às das duas “nacionalidades” em contato, que

⁴⁸ URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial - A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978: pág. 109. MOREIRA, P. R. S. *Ousando conceber esperanças de justa liberdade: Dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antonio da Patrulha - 1868)* In: *Diversidade e Políticas Afirmativas: Diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo / RS: FEEVALE, 2005, p. 134-153.

certamente também estabelecem algum tipo de vínculo, ou às relações que esses grupos fronteiriços estabelecem com seus Estados centrais.⁴⁹

A autora trabalha com a perspectiva de fronteira em toda a sua amplitude, com significados diversos, local onde os mais variados tipos sociais trocavam experiências, se relacionavam e não necessariamente as interações se davam com os vizinhos do Prata e vice-versa, mas que também entre os tipos sociais que ocupavam o espaço. Em suma, a fronteira era habitada por vários segmentos sociais que interagiam entre si independentemente de serem lusitanos ou espanhóis, estabelecendo vínculos das mais diferentes formas. Neste sentido, não podemos desvincular o conceito das ações cotidianas, sendo talvez mais importante percebermos a existência de práticas fronteiriças, demarcadas social e historicamente e que definiam (e definem) este espaço.

Os vizinhos platinos, porém, não eram imaginários: eles estavam ali e eram vistos eventualmente como aliados e ocasionalmente como inimigos. Por isso não é correto encarar a fronteira como uma grande extensão de paisagens agrárias contínuas e homogêneas, havia diferenças, tanto que existiam limites. O reconhecimento desta fronteira indica que os grupos sociais que ali residiam também possuíam diferenças, afinal sendo “produto histórico da ação humana, é, constantemente, re-significada, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos”.⁵⁰ Muito além de um espaço estático, a fronteira deve ser compreendida como um todo ambíguo, geograficamente habitado por distintos grupos sociais e com uma dinâmica própria.

Por fim, dentre os conceitos de fronteira apresentados, trabalharemos com a idéia de fronteira enquanto corredor de passagem, proposto pelo historiador Tiago Gil, pois nele se insere nosso lócus de pesquisa, ou seja, a Vila de Cachoeira, onde em meados do século XIX, estava estabelecida uma forte elite mercantil e política com poder mando, resultante e vinculada à questão fronteiriça. Também trabalharemos com a idéia de fronteira “fruto do imaginário” proposta pelo historiador Paulo Moreira, onde a representação da fronteira atuava como agente das ações dos indivíduos. Mas, se a fronteira, dentre outros aspectos, forjou uma elite por excelência, esta, ao ter seus interesses prejudicados, não se furtou a entrar em

⁴⁹ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864*. Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em História / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. [Dissertação de mestrado], p. 39.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 40.

guerra, mesmo que fosse contra o império brasileiro, como na Revolução Farroupilha, assunto que passamos a abordar brevemente.

1.2 “TEMPOS DE GUERRA”: ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO DE COMERCIANTES E ESTANCIEIROS DE CACHOEIRA DO SUL NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Convém aqui retrocedermos um pouco nosso marco temporal para 1835 para podermos compreender alguns aspectos que interessam especificamente a este trabalho, que é visualizar a trajetória histórica da Província do Rio Grande do Sul, em um momento em que esteve envolvido de forma direta o município de Cachoeira do Sul e, por conseguinte, seus estancieiros, comerciantes, enfim, suas elites.

Quando pensamos em uma província militarizada, logo nos remetemos quase que instintivamente à idéia de um exército fardado e armado, como o que conhecemos hoje em pleno século XXI e, também à recente História brasileira (século XX) e do conturbado período da ditadura militar, que governou o país por mais de vinte anos. Dessa forma, entendemos um pouco sobre a militarização relativa ao século XIX, referência consensual na historiografia do Rio Grande do Sul, que leva em conta alguns pontos fundamentais como a organização dos corpos militares.

A militarização da sociedade, em especial da província sulina, fazia parte de uma estratégia portuguesa que foi sendo construída ainda nos tempos coloniais. Desde as primeiras capitânicas, os donatários receberam poderes militares. Segundo o historiador José Iran Ribeiro, essa foi a fórmula encontrada pela coroa para garantir os domínios sobre o território. Com isso a posse da terra e o militarismo foram meios largamente utilizados pelos portugueses, bem como a concessão de poderes militares a alguns donatários que passaram a ter poder de mando. Em contrapartida, os demais colonos deviam-lhe obediência e, quando necessário, eram incorporados ao exército profissional.⁵¹

A metrópole se encarregava das operações de maior envergadura, enquanto que os exércitos locais, formados por grandes proprietários e colonos, ficavam com

⁵¹ Um dos trabalhos historiográficos recentes que dá conta de mostrar a organização, recrutamento e atuação do exército do Rio grande do Sul, na primeira metade do século XIX é: RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005, p. 25. Ribeiro faz parte de um esforço historiográfico que aprofunda o estudo dos militares e da militarização na sociedade brasileira: ver: CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSOHN, Vitor (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/Bom Texto, 2004.

os conflitos menores – contra os indígenas e conflitos individuais. O exército era composto de grandes proprietários que deveriam se armar com financiamento próprio e também arregimentar homens nos períodos críticos de guerra para a proteção do espaço, com um batalhão de soldados formado de homens que tinham de comprar, além do armamento, a farda e prover o seu sustento.

Naturalmente, se havia a necessidade de manter tropas preparadas para pegar em armas era porque o risco iminente de confronto esteve presente ao longo de todo o século XIX, com os vizinhos do Prata. A animosidade, por muitas vezes, acabou em luta de fato, como por exemplo, a disputa pela província Cisplatina com a Argentina. Os conflitos em que esteve envolvido o Rio Grande do Sul é um tema que já foi amplamente discutido por vários autores e não é pretensão aqui retomar essa discussão, no entanto, nos limitaremos apenas a discutir algumas idéias, como forma de contextualizar o período imperial, onde os comerciantes/negociantes pertencentes à elite comercial de Cachoeira do Sul atuaram.

A Revolução Farroupilha, ou “Guerra dos Farrapos”, como também ficou conhecido o evento, é presente até os dias atuais no imaginário regional, demarcando um momento em que o “povo” do Rio grande do Sul *heroicamente* se rebelou contra o Império brasileiro. Esse recurso foi característica recorrente a outros estados nacionais que também buscaram se afirmar através de reconstruções épicas de seu passado. A elite local, formada principalmente por estancieiros, comerciantes e charqueadores, via contrariados os seus interesses econômicos pela política imperial, que prejudicava os negócios da indústria charqueadora ao facilitar a entrada da produção dos saladeiros argentinos e uruguaios a preços menores. Salientamos que não é interesse aqui trabalharmos a fundo a Revolução Farroupilha, tema já bem explorado pela historiografia, nem as razões que levaram a elite estancieira sul-rio-grandense levantar-se em armas contra o estado imperial brasileiro, num conflito que teve duração de dez anos (1835-1845).⁵² Importa aqui destacar alguns aspectos deste embate sangrento que, de alguma forma, tiveram repercussão na sociedade sul-rio-grandense e reflexos em Cachoeira do Sul e na elite ali residente. Em especial, compreender os interesses dos comerciantes locais ao participarem ativamente da Revolução.

⁵² Alguns autores: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Farrapos, Liberalismo e Ideologia*, 2ª. Ed., 1997. LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*, 1979. FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. 4ª ed., 1996. GUAZELLI, César Augusto. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. [Tese de Doutorado].

Entre os heróis erigidos pela historiografia oficial, Bento Gonçalves, Bento Manoel, Davi Canabarro, Antonio de Souza Netto, entre outros, temos uma figura que nos interessa destacar aqui nesse trabalho, que é o comendador Antonio Vicente da Fontoura, presença constante no campo de batalha e um dos líderes do conflito. Fontoura, figura que reiteradamente apareceu ao longo de nossa pesquisa, legou-nos um diário onde relatou parte do cotidiano da guerra. Em 1844 assim registrou:

Se a sã razão, se o verdadeiro liberalismo houvesse dirigido a revolução de setembro, estaríamos por ventura hoje lutando com o desgoverno desse fracionado e decadente império? Veriam ainda nossos estancieiros os fornecedores do exército imperial, esses ladrões safados, arrebatá-los 400 e 500 reses, passando documento unicamente de 40 ou 50? Certo que não, e verdade é incontestável que todo o Brasil gozaria na atualidade [fevereiro de 1844] de uma paz mais serena, escorada na nova forma de governo, a que seria compelida essa facção lusitana que, para vergonha dos brasileiros, domina o império – a federação, única tábua de salvação, resta ao trono brasileiro.⁵³

Este relato deve ser considerado como fonte contemporânea aos acontecimentos e, necessariamente, ser submetido à crítica e ao filtro do olhar do historiador. O interlocutor relata o ocorrido como um indivíduo que está no *front* de batalha, com interesses próprios e do grupo social no qual está inserido, movido, portanto, por objetivos próprios e coletivos. Um homem do século XIX e por isso influenciado pelas concepções de mundo de um comerciante residente na Vila de Cachoeira, interior de uma província localizada na fronteira com os Estados da América Hispânica, que pleiteava junto às autoridades imperiais, através de uma guerra, espaço no mercado interno brasileiro. Dito isso, acreditamos que o relato do comerciante Fontoura reitera os trabalhos historiográficos sobre o tema, que apontam as divergências dos fazendeiros do Rio Grande do Sul com a política imperial e as idéias de federalismo que, no desenrolar da Revolução, foi substituído pelo republicanismo, aliado ao liberalismo econômico. Seu testemunho contemporâneo reitera as divergências existentes na relação centro-periferia.

O diário de Antonio Vicente da Fontoura é composto por cartas escritas a sua esposa, Dona Clarinda, e que datam do período de primeiro de janeiro de 1844 a vinte e dois de março de 1845. As cartas estão organizadas por dia, às vezes com

⁵³ Este Diário foi publicado primeiramente em 1934 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e posteriormente transformado em livro no ano de 1984 sob o título de Diário de Antonio Vicente da Fontoura, pelas editoras: EDUSCS, Sulina e Martins Livreiro, p. 42.

intervalos de vários dias, mas escritas sempre que possível, conforme ele próprio afirmava. Nesse período, Antonio Vicente da Fontoura esteve no campo de batalha na Revolução Farroupilha. As cartas foram reunidas posteriormente e foi anexado a elas o prólogo escrito pelo próprio autor, anos após o fim da revolução. Nele relata a sua trajetória desde seu nascimento em 1807, na Vila de Rio Pardo, até o início da Revolução Farroupilha.

O diário de Antonio Vicente da Fontoura se inclui no que Renato J. Ribeiro chamou de “coleção de si”, ou seja, uma forma de “guardar a melhor recordação de si mesmo”. Para Ribeiro, o diário é um produto literário típico do século XIX, caracterizado pela ascensão do individualismo⁵⁴ e pela proliferação de “narrativas autobiográficas” – romances históricos, diários íntimos, coleções e arquivos particulares. Estes documentos devem ser considerados construções autobiográficas “em que a presença do eu é simultaneamente testemunhal e autoral”.⁵⁵ Quando Antonio Vicente da Fontoura relatou sua participação e descreveu a guerra civil farroupilha, não estava apenas dando um *testemunho* do que vivera e presenciara, mas selecionando fragmentos e elaborando uma *versão* pessoal do acontecido.

Estes escritos às vezes são produtos de encruzilhadas na vida de seus autores. Momentos importantes ou traumáticos em que eles sentem necessidade, não só de colocar em ordem, principalmente para si, o turbilhão em que se encontram, como também gerar uma representação sobre o ocorrido que influenciará, na posteridade, a imagem que se fará de seu autor (e de sua família).

Segundo Heymann (1997), as observações de Pierre Bourdieu sobre a *ilusão biográfica* podem nos ajudar a pensar e questionar os documentos particulares (arquivos privados, cartas, diários):

Criticando a naturalização do sentido de ‘continuidade pessoal’ conferido às histórias de vida, alerta que o indivíduo, ao contar sua vida ou expor suas memórias, atuaria como ideólogo de sua própria história, selecionando certos acontecimentos significativos em função de uma intenção global e estabelecendo entre eles conexões adequadas a dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real; trata-se de um esforço de representação, ou melhor, de produção

⁵⁴ RIBEIRO, Renato Janine. *Memórias de si, ou... Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v., 11, n. 21, 1998.

⁵⁵ FRAIZ, Priscila. *A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 11, n. 21, 1998, p. 75 Sobre o uso de documentos privados como fontes históricas, ver: PAULA, Débora Clasen de. *"Da mãe e amiga Amélia": cartas de uma baronesa para sua filha* (Rio de Janeiro- Pelotas, na virada do século XX). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. [Dissertação de Mestrado].

de si mesmo.⁵⁶

Note-se que os líderes eram parte de uma elite econômica, possuíam terras e gados ou eram grandes negociantes, como no caso de Antonio Vicente da Fontoura, mas o significado dessa condição fica bem exemplificado no que Sandra Pesavento, chamou de “inserção de classe”, ao se referir ao General Bento Gonçalves “como integrante da camada dominante rio-grandense, que tinha seus interesses ligados ao gado, à terra e aos escravos”.⁵⁷ O conflito farroupilha deve ser entendido percebendo sua ligação com a consolidação do estado imperial, processo no qual a questão fronteiriça meridional era novamente retomada e discutida.⁵⁸

Outrossim, incluía-se este conflito na insatisfação das oligarquias regionais, que compartilhavam a condição de economias subsidiárias e viam-se cada vez mais relegadas a um segundo plano econômico, como denotam as revoltas regenciais - Cabanagem no Pará (1835-1840) e Sabinada na Bahia (1837-1838). A política fiscal do Império buscava baixar os preços do charque para reduzir os custos da lavoura de *plantation*, especialmente do café, que àquela altura já era o principal produto de exportação. O aumento de impostos encarecia o produto nacional e facilitava a entrada do produto uruguaio que pagava taxas inferiores em torno de 4% em relação aos 25% pagos pelos sul-rio-grandenses. Outra razão decorre do emprego, pelo governo imperial, de recursos captados na Província, para suprir déficits de outras regiões. Associam-se também às motivações a questão do controle da fronteira nacional e ainda internamente havia muitas disputas políticas. Muitos estancieiros possuíam terras tanto no Brasil como no Uruguai e livre trânsito de gentes e gados. O Império passou a tarifar o ir e vir de animais e mercadorias, gerando um forte descontentamento, que originou o conflito.⁵⁹

Como escreveu Spencer Leitman, os estancieiros “se tornaram porta-vozes das reivindicações políticas e econômicas da Província” e as “forças políticas eram centristas e separatistas”. Os conservadores do Rio Grande do Sul, durante o conflito Farroupilha, ficaram divididos politicamente. Alguns se aliaram ao império

⁵⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. Estudos Históricos*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997, p. 44

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 48.

⁵⁸ PICCOLO, Helga I. L. *A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional*. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO e outros; DACANAL, José Hildebrando (org.). 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

⁵⁹ FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de doutorado], p. 71-74.

brasileiro, enquanto outros se juntaram aos farroupilhas. O desenvolvimento da pecuária e declínio de outras culturas fez com que fosse reforçado o regionalismo, em especial na campanha gaúcha, estando entre as fortes motivações para a revolução.⁶⁰

Os estancieiros, não restam dúvidas, tinham interesses bem claros a respeito do controle da fronteira, com a recente independência do Uruguai, por questões políticas e econômicas. Os protagonistas da guerra, oriundos de vários municípios do Rio Grande do Sul, arregimentaram homens e participaram ativamente dos combates. Cachoeira do Sul não ficou alheia a isso e também teve fazendeiros e seus parentes, amigos e subalternos, envolvidos no conflito. Vejamos alguns exemplos do envolvimento dessas elites no confronto com o estado imperial brasileiro.

O comerciante Antonio Vicente da Fontoura, homem da elite cachoeirense, lutou ao lado de seus muitos compadres.⁶¹, entre eles, Felisberto Machado de Carvalho Ourique. Guardemos esse nome, pois retornaremos a ele no terceiro capítulo. O compadre Felisberto, conforme consta de seu inventário, faleceu em 1862, deixando para seus herdeiros uma fazenda de criação, escravos, entre outros bens.⁶² O Brigadeiro José Gomes Portinho, comerciante e fazendeiro e seus dois irmãos, Gabriel e Delfino Gomes Porto, ambos cunhados de Fontoura, estiveram juntos na Revolução Farroupilha. Os irmãos eram filhos de José Gomes Porto, proprietário de 13 escravos e de terras, conforme demonstra o seu processo de inventário.⁶³ Mas não só fazendeiros estavam entre os compadres, temos também o ex-escravo Zeferino Martinho da Cunha, que o acompanhava o comendador Fontoura em todos os seus deslocamentos, fosse ao campo de guerra, ou servindo de emissário a transportar as correspondências, como consta de suas anotações, e nas quais o tratava sempre como amigo, ou compadre.⁶⁴

No ano de 1842, o então ministro farroupilha e secretário de Estado e

⁶⁰ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos: um capítulo da História do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, edições Graal, 1979, p.102

⁶¹ Segundo Antonio Vicente estiveram a seu lado na guerra os seguintes seus compadres: os estancieiros Felisberto Ouriques de Carvalho e Frutuoso Borges da Fontoura, o liberto Zeferino da Cunha Martinho e Delfino Gomes Porto. Porto era, além de seu compadre, cunhado de Fontoura, pois era irmão de sua esposa, Dona Clarinda Gomes Porto. Junto com Porto, lutaram seus irmãos o Brigadeiro José Gomes Portinho e também Gabriel Gomes Porto, todos parentes do general Bento Manoel Ribeiro.

⁶² "Inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes. M.14, N.249, A. 1862. APRS."

⁶³ "Inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Crime e Civil. M.2, N.32, A. 1859. APRS."

⁶⁴ Conforme veremos no terceiro capítulo, o relacionamento entre Zeferino e Fontoura extrapola o cativo do primeiro, atravessa a guerra civil farroupilha e se encerra apenas com o assassinado do Comendador. Diário Antonio Vicente da Fontoura. Porto Alegre: EDUSC/SULINA/MARTINS, 1984, p. 22.

Negócios da Fazenda e interinamente dos Negócios de Guerra, Antonio Vicente da Fontoura, assinava conjuntamente com o general Bento Gonçalves o ofício que, dentre outros, promovia a capitão Delfino Gomes Porto, do corpo da Guarda Nacional em Cachoeira do Sul.⁶⁵ O capitão Delfino Gomes Porto, como já foi dito, era cunhado do comendador, irmão de sua esposa, Dona Clarinda Gomes Porto Fontoura. Ambos eram aparentados do General Bento Manoel Ribeiro, o que confirma os laços da elite cachoeirense com as demais da Província.⁶⁶

Ainda, o Major Felizberto Machado de Carvalho Ouriques, foi promovido a Tenente Coronel do Estado maior do Exército, em ofício datado de 20 de setembro do ano de 1842, em comemoração aos 7 anos da “independência da República rio-grandense”, tendo sido assinado pelo comendador Fontoura e pelo general Bento Gonçalves da Silva.⁶⁷

Outra figura que participou ativamente da Revolução Farroupilha foi o Coronel José Gomes Portinho, estancieiro e comerciante, parente duplamente do Fontoura, pois era irmão de sua esposa e casado com Benta da Fontoura, irmã do comendador, e também tinha parentesco com o general Bento Manoel. Posteriormente, chegou ao posto brigadeiro honorário do Exército Brasileiro, tendo ocupado também vários cargos. Em 1837, chegou ao posto de tenente coronel. Em 1838, major, depois general. Foi também comandante da Guarda Nacional das Comarcas de Cachoeira do Sul, Caçapava e Santa Maria no pós-guerra, em 1848, entre outros cargos. O que nos interessa aqui registrar é a presença do estancieiro-comerciante na guerra e a participação ativa em postos de comando. Isso fica demonstrado, por exemplo, em ofício datado de 30 de novembro de 1842, assinado por Antonio Netto e endereçado aos então tenentes coronéis Portinho e Valença, que recebiam instruções e eram consultados sobre as posições do inimigo.⁶⁸

Acreditamos que o retrocesso no tempo, que agora procedemos, se justifica por verificarmos que a elite presente na guerra contra o Império, vai se *perpetuar* como tal até 1865 (período final de nosso estudo). Isso vai ao encontro de nossas interrogações a respeito de quem eram esses indivíduos, e como a vila de Cachoeira do Sul se apresentava no cenário da província sulina. Muitas das

⁶⁵ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do sul, Vol. 13, CV 6278, p. 74. Nos servimos, entre outras fontes primárias, da Coleção Varela, acervo privado custodiado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estes documentos foram recolhidos, inicialmente, pelo charqueador e ministro farroupilha Domingos José de Almeida e posteriormente alguns itens foram acrescentados pelo historiador Alfredo Varela. Esta coleção é composta de milhares de documentos relativos a guerra civil farroupilha e tem sido transcrita e publicada nos Anais do AHRs, desde o seu volume 2.

⁶⁶ LAYTANO, Dante. *Guia Histórico de Rio Pardo: cidade tradicional do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Edição da Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979. Primeira edição de 1846 com o título Almanaque de Rio Pardo, p. 263.

⁶⁷ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do sul, Vol. 13, CV 6285, p. 82.

⁶⁸ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol. 13, CV 6294, p. 85.

relações existentes de parentesco, amizades e compadrio vão ter desdobres variados, mas sobre esse assunto falaremos mais adiante.

Essas elites, no entanto, não foram para o campo de batalha sozinhas. Para isso tiveram de arregimentar homens (escravos, ex-escravos e pobres livres), que nem sempre foram espontaneamente para o *front* de batalha. Como mostra José Iram Ribeiro, a convocação militar muitas vezes “aterrorizava” os chefes de famílias, camponeses, e seus filhos, obrigando-os a ocultar-se nos matos, como forma de deixar o perigo se afastar.⁶⁹ Quanto aos escravos, a promessa de liberdade serviu como forma de cooptação na esperança de liberdade.⁷⁰

Em suma, a Revolução Farroupilha foi feita por uma “elite” e para uma “elite”, uma vez que procurou suprir interesses próprios, e a busca das liberdades individuais não ultrapassou os limites que circundavam o grupo. As questões cruciais como a escravidão, foram tratadas na medida em que o esforço de guerra necessitava de novos braços armados, mesmo de cativos.

1.3 JUNTANDO GENTE: O POVOAMENTO DA VILA

Como argumentamos até agora, a região de Cachoeira do Sul conheceu um

⁶⁹ RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005. Ver também: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997; IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860*. Revista de Estudos Históricos, Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001; _____. *Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada. Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

⁷⁰ KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. In: *Afro-Ásia*. Revista de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia. Salvador. nº 17, 1996; _____. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra de Independência na Bahia (1822-1823). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol.22, no. 43, 2002; BACKOS, Margarth. *A escravidão negra e os Farroupilhas*. In: DACANAL, José H. (org). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997; PICCOLO, Helga L. *A Resistência Escrava no Rio Grande do Sul*. Cadernos de Estudos, nº 6, Porto Alegre, UFRGS/Curso de Pós-Graduação em História, 1991; FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre, EST Edições, 2004; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; _____. TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007; CARVALHO, Daniela Vallandro de. “Ladrões de Gado, desertores, assassinos e quilombolas”: *Práticas de Resistência escrava na Província de São Pedro. Anais do I Simpósio Internacional de História e Cultura Negra do Litoral Norte*. Osório-RS, novembro de 2005; _____. OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Os lanceiros Francisco Cabinda, preto Antonio, João aleijado e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos*. In: RS: Negro - cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 46-62.

povoamento efetivo a partir das estratégias familiares e estatais decorrentes do Tratado de Madrid, em 1750. É neste sentido que podemos considerar esta vila e seus arredores como uma *fronteira*, sendo assim vista pelos seus contemporâneos. Ao falarmos de ocupação *efetiva* não estamos nos deixando levar por uma miopia etnocêntrica que nos forçasse a *inviabilizar* a anterior circulação e moradia de uma considerável população indígena. Entretanto, mesmo a população indígena sofreu as consequências destas políticas de extensão das fronteiras e foi deslocada, não sem resistência.

Esta fronteira de Cachoeira era habitada por *gentes* e nossa intenção neste item é explanar sobre a formação demográfica desta vila. A partir da primeira metade do século XVIII, também começaram a chegar os primeiros casais de açorianos que contribuíram para o crescimento populacional. O que nos interessa é descrever um pouco essa formação para melhor compreendermos a sociedade que estava estabelecida um século depois, em meados do XIX.

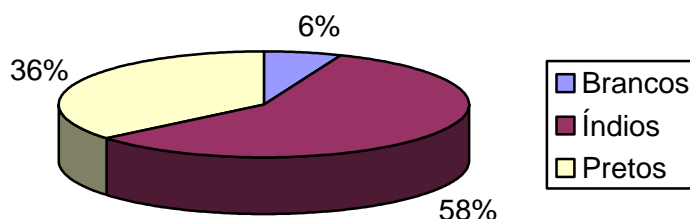
O censo populacional de 1780, 30 anos após o início de seu povoamento, demonstra que Cachoeira do Sul ainda possuía uma população incipiente diante das demais freguesias da Província, ocupando o décimo quarto lugar. A população branca era pouco representativa em relação à indígena, que ainda era maioria. Portanto, temos um maior número de indígenas e escravos e menor número de brancos. Quanto às demais freguesias, também podem ser evidenciadas muitas disparidades, mas esta situação se modificaria já no início do século XIX.

TABELA 2 – População do Rio Grande do Sul em 1780.

Freguesias	Branços	Índios	Pretos	Total
<i>Madre de Deus</i>	871	96	545	1.512
<i>Rio Grande</i>	1.643	182	596	2.421
<i>Estreito</i>	880	97	277	1.254
<i>Mostardas</i>	360	40	291	591
<i>Viamão</i>	1.028	114	749	1.891
<i>Santo Antonio</i>	828	91	270	1.189
<i>C. Arroio</i>	234	25	158	417
<i>Aldeia Anjos</i>	210	1.890	255	2.355
<i>Vacaria</i>	291	32	248	571
<i>Triunfo</i>	637	--	640	1.277
<i>Taquari</i>	580	--	109	689
<i>Santo Amaro</i>	512	--	208	720
<i>Rio Pardo</i>	1.317	438	619	2.374
<i>Cachoeira</i>	42	383	237	662

FONTE - SANTOS, 1984.

GRÁFICO 1 – Percentual da população do Rio Grande do Sul em 1780.



FONTE - SANTOS, 1984.

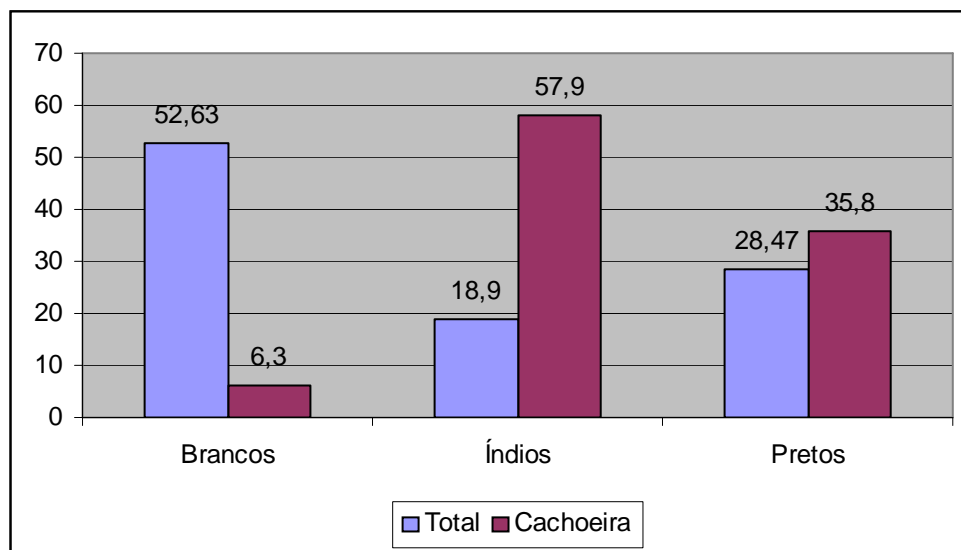
Este censo de final do século XVIII, realizado ainda sob o impacto da Guerra Guaranítica (1754/1756), da Invasão Espanhola (1763/1777) e da recente assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), aponta Cachoeira do Sul como uma localidade caracterizada por uma pequena população, mas multifacetada étnica e socialmente. Temos, segundo os dados acima, 6,3 % de indivíduos brancos, 57,9 % de indígenas e 35,8 % de pretos escravos. Comparando os dados gerais da capitania com os da vila, temos disparidades impressionantes.

TABELA 3 – Percentuais da população geral do Rio Grande do Sul e Cachoeira do Sul em 1780.

	Branços		Índios		Pretos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<i>Total</i>	9.433	52,63	3.388	18,90	5.102	28,47	17.923
<i>Cachoeira</i>	42	6,30	383	57,90	237	35,80	662

FONTE - SANTOS, 1984.

GRÁFICO 2 – Percentuais da População do Rio Grande do Sul e Cachoeira do Sul 1780.



FONTE - SANTOS, 1984.

A inexatidão dos censos demográficos não deve nos impedir de usá-los para definir com mais clareza nossos lócus de pesquisa. Os censos nos trazem informações diversas, não só dos números populacionais apresentados, mas das categorias utilizadas pelos censores, que denotam as percepções das autoridades da época sobre os habitantes que os rodeavam.

Em primeiro lugar, devemos considerar que os 42 indivíduos listados como brancos na Cachoeira de 1780, não recebiam esta designação unicamente pela cor de sua epiderme. Branco, neste censo, está sendo usado como sinônimo de *livre*, certamente sendo incluído neste número alguns pardos *forros*. Já *pretos* aí aparece como uma definição de status, como sinônimo de trabalhador escravizado. Aos indígenas, que como apontamos no início deste capítulo, demarcou topinimicamente uma das ruas da Vila de Cachoeira. Ao final da guerra guaranítica, parte dos indígenas aculturados foram deslocados para o passo do Fandango, pelo decreto de 1769, do governador da Província José Marcelino de Figueiredo. No local foi erigida

a capela de São Nicolau e o lugar passou a ser chamado de Aldeia.

TABELA 4 – População do Rio Grande do Sul, por zonas e condição jurídica em 1814.

	Branços	Indígenas	Livres	Escravos	Recém-nascidos	Total
Rio Pardo	5.931	818	969	2.429	298	10.445
Cachoeira	4.576	425	398	2.622	204	8.225
Missões	824	6.395	77	252	403	7.951
Porto Alegre	2.746	34	588	2.312	431	6.111
Piratini	1.439	182	335	1.535	182	3.673
Rio Grande	2.047	398	160	1.119	226	3.590
Triunfo	1.760	55	240	1.208	193	3.456
Santo Antonio da Patrulha	1.706	8	330	961	98	3.103
Viamão	1.545	11	188	908	160	2.812
N. Sr ^a . dos Anjos	1.292	256	233	716	156	2.653
Pelotas	712	105	232	1.226	144	2.419
Santo Amaro	953	27	66	773	65	1.884
Taquari	1.902	42	67	433	80	1.714
Conceição do Arroio	837	19	180	538	74	1.648
Mostardas	723	5	68	281	74	1.151
Totais	28.993	8780	4131	17.313	2788	60.835
Total Província	32.300	8.655	5.399	20.611	3.691	70.656

FONTE - Mapa Estatístico da Província de São Pedro de 1814 (CARDOSO, 1977, p. 62).

O censo da população da Província do Rio Grande do Sul realizado em 1814, segundo as zonas e condição jurídica, aponta um crescimento em relação ao realizado em 1780. Houve um aumento considerável das populações branca e escrava, bem como da indígena. Embora em menor percentual, Cachoeira do Sul obteve um crescimento; de 42 indivíduos brancos, passou para 4.576 e pulou do décimo primeiro lugar que ocupava para a segunda freguesia mais populosa. Interessa-nos, para análise pontuar, o considerável crescimento populacional, em

relação ao período anterior, o que, por certo, condicionou o desenvolvimento sócio-econômico da Vila de Cachoeira.

Os dois censos, tanto o de 1780 como o de 1814, se referem à população de Cachoeira do Sul de um modo mais amplo, pois naquele período as localidades de Alegrete, Caçapava do Sul, Santa Maria e Santana do Livramento ainda eram parte do município. Entretanto, embora os dados devam ser relativizados, por não ser possível precisar a quais freguesias exatamente se referem, mesmo assim servem para ilustrar um pouco da trajetória da formação populacional do município de Cachoeira do Sul, que é o pretense aqui neste subitem. Contudo, o censo de 1859 é o que utilizaremos para pensar Cachoeira do Sul enquanto cenário onde atuaram os comerciantes, os negócios a que se dedicaram e sua inserção no campo político.

TABELA 5 – População de Cachoeira do Sul, segundo o sexo, 1859.

Sexo	Indivíduos	%
Homens	2.619	51
Mulheres	2.550	49
Total	5.169	100

FONTES - Mapa Estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo do total de livres, libertos, e escravos (FEE, 1981, p. 69).

TABELA 6 – População de Cachoeira do Sul, segundo a condição jurídica, 1859.

	Livres		Escravos		Libertos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	1.725	49	853	52	41	48
Mulheres	1.731	51	775	48	44	52
Total	3.456	100	1.628	100	85	100

FONTES - Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo do total de livres, libertos, e escravos (FEE, 1981, p. 69).

O censo de Cachoeira do Sul de 1859, um século após o início do povoamento da Vila, aponta para uma população escrava de 31%, percentual superior à média da Província, que era de 25%.⁷¹ Tomando esses dados e comparando-os com os de Alegrete, município da região da campanha, observamos que o percentual de escravos em relação ao total da população é de 23%, inferior aos 31% de Cachoeira. No entanto, quanto à população livre, tanto em Cachoeira do

⁷¹ FEE: 1981, p. 69. Os dados deste censo provavelmente já estejam manifestando os primeiros sintomas do final do tráfico negreiro e a população escrava tenha diminuído.

Sul como em Alegrete, aparece um equilíbrio entre homens e mulheres, bem como no que se refere aos escravos e libertos, onde os percentuais dos sexos também aparecem estáveis.⁷²

Estas semelhanças na composição da população de Cachoeira do Sul e Alegrete resultam de características socioeconômicas próximas. São ambas as regiões de economia agrária, assentada na criação de gado e de base escravista. Estes dados apontam a presença considerável de cativos nas atividades pastoris, que aparecem como trabalhadores especializados nos ofícios de campeiros, peões, etc. Este perfil socioeconômico de Cachoeira do Sul pode ser mais aprofundado se dirigirmos nossa análise para os patrimônios inventariados.

1.4 AS MAIORES FORTUNAS

A diversidade de segmentos sociais que compunham a sociedade sulina tem sido reafirmada por estudos historiográficos recentes, que dão conta da existência de unidades produtivas de pequenos, médios e grandes criadores, com ou sem a posse da terra, registrando a presença de escravos na composição das fortunas. Os estudos realizados por Paulo Zarth, sobre o Planalto Sulino, Helen Osório sobre o Rio Grande do Sul e Luiz Augusto Farinatti (realizado primeiramente em sua dissertação de mestrado sobre Santa Maria da Boca do Monte e recentemente em tese de Doutorado sobre o município de Alegrete), dão conta de apontar uma grande variedade de atividades econômicas no século XIX. Nessa direção, orientaremos nossa análise, no sentido de apreender a estrutura socioeconômica, de Cachoeira do Sul, município da região central do Rio Grande do Sul.

Pesquisas recentes, como as citadas acima, têm ressaltado o caráter plural da economia sul-riograndense dos setecentos e dos oitocentos, que não pode ser vista como limitada apenas aos grandes proprietários pecuaristas e charqueadores. As estratégias das elites regionais sulinas, assim como de outras regiões do Brasil, contemplavam uma inserção familiar complexa em esferas produtivas e de distribuição de mercadorias. É claro que as estratégias familiares de elite – incertas e nunca pré-determinadas ao êxito – eram mais intrincadas do que esta perspectiva econômica nos evidencia, necessitando o estabelecimento de redes verticais e horizontais de solidariedade e aliança.

⁷² FARINATTI, 2007 p. 45.

O que passamos a fazer, a partir de agora, é uma análise patrimonial das elites da Vila de Cachoeira, na segunda metade do século XIX. Nossa intenção é *cercar* nosso tema de análise de forma gradativa, nos aproximando das elites comerciais, através de uma visão geral sobre as grandes fortunas de Cachoeira do Sul naquele momento, entre as quais estavam os negociantes inseridos e profundamente entrelaçados.

Para descrevermos o aspecto socioeconômico da população que estava estabelecida na Vila de Cachoeira do Sul, em meados do século XIX, utilizaremos como fonte os inventários *post-mortem*. No marco temporal de 1845 a 1865, coletamos um corpo documental de 229 inventários, sendo que 213 destes não apresentavam problemas para a análise serial dos patrimônios.⁷³

A análise de inventários, considerando constantemente as limitações e imprecisões que possam conter, tem se mostrado uma fonte preciosa e nos fornece dados sobre a vida material dos indivíduos que viveram naquele período. E não somente dados quantitativos, também qualitativos, tais como a descrição do grupo familiar dos falecidos e as redes sociais, econômicas e políticas nas quais estavam inseridos. O status reservado à figura dos fazendeiros, observado por Manolo Florentino e João Luiz fragoso, em estudo sobre a economia colonial, levava por vezes um sujeito que havia adquirido um grande capital no comércio, no final da vida, a abandonar a atividade e investir em imóveis urbanos e propriedades rurais. Os autores classificaram esta conduta como “Herança Ibérica”.⁷⁴

Contudo, a utilização do inventário *post-mortem* como fonte nos permite observar aspectos referentes às dívidas dos indivíduos, constantes na estrutura dos processos e as relações de crédito existentes, mostrando-nos verdadeiras redes financeiras, entre contas a receber e a pagar. As relações que se estabeleciam entre os sujeitos, principalmente os comerciantes,⁷⁵ e não somente estes, revelam seus vínculos sociais, isto é, com quem se relacionavam financeiramente, e nos induzem a uma reflexão para além do quantitativo. Entendemos que as dívidas, além dos aspectos financeiros propriamente ditos, também exteriorizam relações de confiança e solidariedade, acima de tudo, porque ninguém venderia ou emprestaria, financeira, ou faria outra transação de crédito ou débito a alguém que, soubesse de

⁷³ Estes dezesseis autos que optamos em não considerar em nossa análise são inventários incompletos ou que não chegaram ao final, sendo interrompidos por motivos, muitas vezes, desconhecidos.

⁷⁴ FRAGOSO, João Luiz; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 231.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 207.

antemão, não honraria o compromisso. Se existia uma relação de confiança, não é incorreto pensarmos que pudesse ser de amizade, de parentesco ou de compadrio, ou outra forma de aliança. Nessas circunstâncias, seria possível tornar esta fonte quantitativa por excelência em uma análise qualitativa e que possibilitaria descobrir as vinculações dos indivíduos e de seus negócios.

Como a historiadora Sheila de Castro Faria declarou em seu trabalho *A Colônia em Movimento*, é pertinente pensarmos o conceito *fortuna* que os habitantes do Brasil colonial e imperial tinham.⁷⁶ Fortuna era visto como montante do patrimônio, mas também significava as trajetórias de ascensão ou decadência socioeconômica e política, tanto individuais como familiares. Patrimônio significava “Bens dados ou herdados do pai, mãe, avós. Quaisquer bens pertencentes a alguém, dos quais, ou de seus frutos vive, e se trata”, enquanto fortuna evidenciava aspectos mais dinâmicos: “sorte, destino, dita, ventura, boa ou má, felicidade ou desgraça, sucesso bom ou mau, de ordinário se toma por boa fortuna”.⁷⁷

Em nossa opinião, os inventários são excelentes documentos para nos darem *uma idéia* da situação geral da sociedade em determinado período, mas evidentemente sabemos que estes documentos nos dão uma visão um tanto estática dos personagens que pesquisamos. São fontes que nos materializam a situação *final* dos inventariados, os bens que acumularam e que preservaram no momento último de suas vidas. Mas o dinamismo das trajetórias e das relações diversas que estes indivíduos e suas famílias teceram ao longo de suas vidas, não pode ser esboçado apenas através da análise dos inventários, necessitando do cruzamento com outras fontes, tais como processos criminais, listas eleitorais, documentação eclesiástica. Tentaremos, conforme nos expressamos na introdução, *quebrar* parcialmente este potencial imobilidade da análise dos inventários, através do recurso a uma trajetória individual – do negociante Antonio Vicente da Fontoura -, sobre o qual temos uma percepção um tanto mais densa, permitida pelas fontes variadas a que tivemos acesso.

A utilização dos inventários *post-mortem* em pesquisa histórica não é nenhuma novidade e desde as últimas décadas do século XX e o início do século XXI, a história social tem bebido nessa fonte e produzido trabalhos de grande relevância. A composição das fortunas e suas variações foi um dos temas

⁷⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 21.

⁷⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813, páginas 52 e 412.

explorados por João Luiz Fragoso. De posse destes dados, o autor propôs um novo modelo explicativo para a economia colonial portuguesa, afastando o “estigma” da submissão aos mercados externos e demonstrando a existência de um mercado colonial com relativa autonomia.⁷⁸

A discussão teórico-metodológica, no campo da história social, tem produzido vários estudos sobre outros aspectos das sociedades, que não somente o econômico e que acreditamos podem nos ajudar a pensar nosso objeto, na conformação dos espaços urbanos, os modos de vida, os locais de sociabilidades e os mais variados tipos sociais que deles desfrutavam. Também as multifacetadas relações que se estabeleciam a partir desse convívio são possíveis de ser apreendidas. Um exemplo disso é o estudo de Maria Luiza Ferreira de Oliveira, sobre as relações sociais e a urbanização em São Paulo no período de 1850-1900. Este trabalho foi elaborado com base na análise dos bens de raiz e sua localização, das relações de créditos, da posse ou não de escravos, entre outros aspectos. A autora reconstruiu espaços em que os donos de armazéns, e outros atores sociais atuavam e, também, parte do cotidiano daqueles sujeitos com base nos inventários *post-mortem*.⁷⁹

A composição dos bens dos indivíduos residentes em Cachoeira do Sul, percebida através da análise dos inventários *post-mortem*, tem revelado o forte emprego de mão-de-obra escrava, assim como a presença de bens rurais e urbanos e ainda um número considerável de animais vacuns, cavalares, muares e, embora muito incipientes, alguns poucos ovinos. Uma sociedade com características claramente pré-capitalistas e rurais, em consonância com o observado em outros municípios da província sulina, por exemplo, Alegrete, nos estudos feitos por Farrinatti e Graciela Garcia, também o de Paulo Zarth para o planalto gaúcho e Helen Osório sobre o Rio Grande do Sul, entre outros. Esses estudos regionais mostram uma paisagem agrária, o que também pode ser observado em Cachoeira do Sul. Podemos assim, tentar apreender o modo de vida dos sujeitos residentes na vila para onde encaminharemos nossa análise.

Nosso objetivo é analisar a composição dos bens inventariados dos 213 inventários da amostra pesquisada e a participação de cada empreendimento na formação dos patrimônios, os bens de raiz ou imóveis, a posse de escravos e animais, bem como as dívidas ativas e passivas. De acordo com as possibilidades e

⁷⁸ FRAGOSO, João Luiz, *Homens de Grossa aventura*. Rio de Janeiro: 1998.

⁷⁹ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*. São Paulo: Alameda, 2005.

cientes das muitas dificuldades, iniciamos tratando de alguns casos específicos.

Em que pesem as dificuldades apontadas e retornando ao nosso *guia*, o Comendador Fontoura vemos alguns aspectos de seu inventário ⁸⁰ e de mais outros dois destes documentos que apresentaram o maior montante partilhável.

No ano de 1861, a viúva Clarinda Francisca da Fontoura realizou a abertura do inventário do Comendador Antonio Vicente da Fontoura, falecido no ano anterior. Fontoura era dono de um patrimônio de £ 21.409,09, distribuído entre 19 escravos. Dois armazéns na rua sete de setembro (área central da vila de Cachoeira), uma morada de casas, um terreno e mais objetos de prata e ouro e ainda dívidas ativas e animais. O comendador, falecido em circunstâncias trágicas, as quais serão abordadas em capítulo específico desta dissertação, possuía o segundo maior patrimônio da amostra, era comerciante e atuava em Cachoeira do Sul desde 1829.⁸¹ Deste modo, Antonio Vicente da Fontoura foi um comerciante que obteve sucesso em seu empreendimento e teve assim garantido um lugar no topo da escala socioeconômica, amealhando fortuna e pertenceu à elite política. Retornaremos mais adiante ao inventário do nosso personagem e a sua atuação no mundo dos negócios e no tumultuado campo político.

Com o maior monte-mor da amostra, aparece David Jose de Barcellos com um patrimônio avaliado em £ 28.982,10.⁸² Barcellos era dono de um sobrado localizado na rua Sete de Setembro. Também era vizinho do comendador Fontoura, proprietário de um plantel de 20 escravos e uma vasta propriedade rural, com criação de animais vacuns. O fazendeiro e comerciante, Barcellos também acumulou uma fortuna invejável para os padrões da época. Por hora nos deteremos apenas nessa análise superficial de seu patrimônio, pois os comerciantes serão tratados em específico no capítulo dois deste trabalho.

Compondo também o ápice da pirâmide sócio-econômica, conforme revela a amostra dos inventários, aparece em terceiro lugar uma mulher, Dona Ricarda Gomes dos Santos, falecida no ano de 1852 e tendo como inventariante seu filho Tristão José Pinto.⁸³ A viúva Santos possuía um montante em bens que foram avaliados em £ 11.554,28. Cada um dos sete filhos de Dona Ricarda recebeu como

⁸⁰ Salientamos que aprofundaremos a análise deste importante personagem no capítulo dois.

⁸¹ "Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 233, A. 1861. APRS."

⁸² "Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M. 13, N. 236, A. 1861. APRS"

⁸³ "Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M. 9, N. 162, A. 1852. APRS."

legado materno um patrimônio de £ 1.650,61, um valor nada desprezível se considerarmos que 39% dos inventários da amostra possuíam como monte-mor valores inferiores a este.

Os bens da viúva eram assim compostos: uma morada de casas com um terreno anexo, uma chácara nos subúrbios da Vila (no local denominado “Águas Mornas”), com mais de meia légua de campo e demais benfeitorias. Um campo no rincão da Cruz e mais três fazendas, uma delas em Santa Maria da Boca do Monte, que estava de posse de uma herdeira. Segundo o inventariante, a falecida possuía mais de três mil rezes de criar, além de animais cavalares e muares. Mas as propriedades iam além dos limites da região Central da Província e se estendiam até a capital, Porto Alegre, onde era dona de um lance de casas. Também era proprietária de um plantel de dez escravos, e teve arrolado em seu inventário muitas dívidas ativas que se aproximavam a 35% do valor total dos bens inventariados.

Os números encontrados constantes do inventário de Dona Ricarda Gomes da Silva indicam um grande investimento em bens rurais, como mostram a posse de terras, animais e também de escravos. Embora ela possuísse “uma morada de casas na Vila” e outra na capital da Província do Rio Grande do Sul, é possível concluir que sua fortuna tenha se originado na criação de gado. As três mil cento e oitenta e oito reses de criar incluem a viúva inventariada e seus filhos entre os grandes estancieiros.

Ao compararmos este inventário aos analisados por Luiz Augusto Farinatti⁸⁴ percebemos nele o típico estancieiro sulino. Criar gado para as charqueadas, em grandes unidades produtivas é tema muito recorrente da historiografia sul-riograndense e não sem razão, uma vez que nossa amostragem de inventários também aponta para a existência de grandes propriedades rurais de criação de gado. Limitar, contudo, tão somente a isso o mundo agrário significa cair na armadilha de eleger um estereótipo inadequado, como demonstram muitos dos estudos recentes.⁸⁵ As fazendas de criação não compunham sozinhas o cenário

⁸⁴ FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de doutorado].

⁸⁵ Várias produções historiográficas recentes tem afirmado a presença de pequenos lavradores, criadores com ou sem a posse da terra ao lado dos grandes proprietários. Entre esses indivíduos aparecem libertos, vivendo como agregados nas terras de seus ex-senhores. Este foi o caso de Manoel Francisco, conhecido por Manoel Pequeno, que havia comprado sua liberdade e morava nas terras de seu ex-senhor o Coronel Hilário Pereira Fortes e criava umas poucas cabeças de gado com as quais lhe foi possível comprovar renda mínima para se qualificar como votante nas eleições municipais de 1860, em Cachoeira do Sul. (Processo crime 3079, A. 1860. Cachoeira do Sul). Representativa dessas muitas nuances são também as obras de FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio

agrário do Rio Grande do Sul. Outrossim, a paisagem era composta de vários matizes, indo além das grandes estâncias, que eram circundadas por pequenos e médios estabelecimentos de criação, revelando assim, que a posse da terra nem sempre foi requisito obrigatório para viver da atividade pecuária. Havia a presença de agregados ou arranchados em terras alheias que viviam também de suas pequenas roças e de uma pequena criação de animais.

Conforme Farinatti (2007) e Zarth (2002), havia entre os estancieiros outros indivíduos menos afortunados, com propriedades mais modestas que também faziam parte daquela sociedade e, nem por isso, foram menos importantes. Mais ainda, devem ser vistos no conjunto como pertencentes a um “grande complexo agro-exportador”, como chamou o historiador Marcos Ferreira de Andrade em seu estudo sobre elites de Minas Gerais no período imperial.⁸⁶ O autor observa que os pequenos investimentos também são passíveis de análise e interferem no conjunto se observados em uma perspectiva mais ampla. Mesmo se tratando de economias subsidiárias, é possível perceber a existência de vários grupos de fortunas e, no caso do Rio Grande do Sul, mais especificamente Cachoeira do Sul, não menos importante serão na análise do corpo documental os menores montantes.

Diante dessas observações nos perguntamos quem eram os sujeitos sociais residentes em Cachoeira do Sul, no período em estudo, e qual a fortuna que amalharam durante suas vidas? De que bens eram compostos seus patrimônios e quais foram os investimentos priorizados por estes sujeitos? Como forma de elucidarmos tais questionamentos, buscaremos através da análise do patrimônio partilhado apreender a participação dos bens de produção e dos investimentos nos autos levantados. Assim, utilizaremos primeiramente a classificação dos inventários por montante-mor e optamos por analisar os patrimônios pelo plantel de cativos, o montante investido em bens imóveis rurais e urbanos, dívidas ativas e passivas, dinheiros e outros utensílios.

Por uma questão metodológica optamos por dividir os inventários *post-mortem* em dois períodos, o primeiro que vai do ano de 1845 a 1854 e o segundo que vai de 1855 a 1865, por entendermos que ocorreu uma mudança na conjuntura após o ano de 1850, com o final do tráfico negreiro. Outra transformação, que embora não tenha se efetivado na prática no período estudado, contudo faz jus ser

de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de doutorado]. ZARTH, ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaísmo ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002.

⁸⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a Formação do Estado Imperial brasileiro- Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

referenciada: é a Lei de Terras, que foi uma tentativa do império brasileiro de normatizar a questão da posse da terra. No entanto, a lei de terras teve diferentes repercussões nas províncias brasileiras e seu entendimento esteve atrelado às diferenças regionais, o que determinou divergências na sua aplicação.⁸⁷ Cada Província fez uma leitura individual do texto, de acordo com os interesses sociais envolvidos, o que determinou a sua difícil aplicação.

A Lei de terras, segundo Paulo Zarth, foi interpretada pela literatura brasileira “como instrumento de controle da propriedade da terra, através da qual se pretendia impedir o livre acesso ao solo”. Uma fórmula para limitar que os imigrantes e agricultores nacionais tivessem livre acesso aos solos, sendo a lei de 1850, portanto, um ponto de partida da transição do trabalho escravo para o livre. Contudo, se considerada sob uma outra perspectiva, é possível perceber que os políticos e autoridades oficiais, representantes das elites, levantaram a questão da necessidade de coibir a alta concentração da terra e a própria presença da escravidão.⁸⁸

Retornando ao foco principal, os comerciantes, torna-se indispensável, para observar o universo em que atuaram, compreender as questões da terra. A posse ou não desta e o que dela se produzia contribui de forma decisiva no tipo de sociedade que se estabeleceu no Rio Grande do Sul do século XIX. Em estudo recente sobre a campanha rio-grandense, Farinatti (2007), revelou aspectos importantes sobre a sociedade pré-industrial do século XIX em Alegrete, município da Província do Rio Grande do Sul, desmembrado de Cachoeira em 1857. O autor detecta uma sociedade composta de vários estratos sociais e de uma forte elite agrária que se articulava estrategicamente, como forma de se manter no topo. Grandes proprietários de terras e de gados, os fazendeiros cultivavam avidamente as relações horizontais, como também as verticais. A necessidade de mão-de-obra, a qual era escassa, contribuiu para inúmeros desdobramentos dessas ligações. Não bastava ter terras para a pecuária, era necessário também ter braços para trabalhá-la, e este era um ponto a ser negociado constantemente pelos proprietários. Daí a necessidade de agir estrategicamente, buscando reforçar laços em todos os estratos sociais.

O recrutamento para o exército agravava a falta de braços para o manejo do gado, através do recrutamento militar, constante no século XIX, originando a

⁸⁷ GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: Conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto alegre; UFRGS, PPGH, 2005. [Dissertação de Mestrado], p. 69- 72.

⁸⁸ ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX...* p, 47.

necessidade reiterada de negociações entre os grupos sociais sul-riograndense, seja internamente na Província ou com o poder central Imperial. Uma sociedade de base agrária, caminhando rumo a uma urbanização mais consistente, cercada de pequenas chácaras. Isso se evidencia na amostra pesquisada dos inventários *post-mortem*, de Cachoeira do Sul, relativa ao período de 1845-1865. Uma grande maioria de proprietários estava envolvida com a criação de gado, os montantes investidos eram de várias envergaduras e evidenciavam a existência de pequenos, médios e grandes criadores.

Além de uma elite agrária que vivia dos frutos da terra, havia aqueles indivíduos que comercializavam os bens produzidos pela pecuária e agricultura, como também os oriundos de outras regiões do Brasil e também produtos vindos, principalmente, da Europa. Entretanto, é necessário destacar as trocas comerciais com os vizinhos platinos, mesmo essas sendo através de transações lícitas ou de contrabando. Em perspectiva mais ampla, o volume de negócios foi apontado por Flores (2007), através dos valores de exportação da Província, compreendendo o período de 1857 a 1863, os quais indicam a proeminência do porto da cidade de Rio Grande, no século XIX, com montantes que superavam os portos de Uruguaiana e Porto Alegre.⁸⁹ Daí a importância da conexão fluvial do Centro da província (Cachoeira) com a região portuária de Torres para o fortalecimento econômico.

Através, em parte, desses sujeitos, os negociantes/comerciantes, ocorria o intercâmbio entre dois universos: um mundo rural do interior da província sulina, Cachoeira do Sul, com um outro mundo, o de uma Europa em plena Revolução Industrial. Dizemos isso, baseando-nos no grande número de objetos importados encontrados nos bens inventariados, como são exemplos, tecidos de linho, seda, linho, prataria, entre muitos outros.⁹⁰ Não eram somente trocas materiais, obviamente, o fato dos comerciantes locais interagirem com os de outras praças comerciais, com culturas diferentes e manterem vínculos com estes. Acreditamos possa ter sido um fator da influência no modo de vida dos residentes em Cachoeira.

A economia do Rio Grande do Sul em meados do século XIX era baseada na produção do charque e no trabalho escravo, o que originou a formação de um tipo de elite tida como agrária, charqueadora e, também, comerciante. Havia teia de

⁸⁹ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864*. Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em História / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. [Dissertação de mestrado], p.158-166.

⁹⁰ "Inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes. M 8, N. 134, A. 1849; M 15, N. 265. A. 1864."

relações imbricadas, com contornos definidos pela posse da terra e de escravos, pela produção do charque e pelo comércio de um modo geral. É evidente que na medida em que se fortalecia a economia, isso acabava por fortalecer as elites,⁹¹ e isto, se era visto com bons olhos pelo poder central, por outro lado também representava um maior cuidado deste, pois a possibilidade de sublevação era constante e considerada. Essa tática de combinar um ou mais ramos de negócio foi identificada em Alegrete, pelo historiador Luiz Augusto Farinatti, o qual destaca os fazendeiros também envolvidos em “negócios de tropas”, como nos informa.⁹² Isso nos interessa para pensarmos os negociantes/comerciantes e a composição de seu capital material, bem como se estruturava em meados do século XIX, a Vila de São João da Cachoeira, conforme os inventários *post-mortem*.

1.5 ENTRE “GRANDES E PEQUENOS”: A COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS

A análise dos inventários *post-mortem* de Cachoeira do Sul nos sugere uma estratificação socioeconômica muito variada, conforme demonstra a tabela 7:

TABELA 7 – Monte bruto médio nos inventários Post Mortem de Cachoeira do Sul (1845-1865).

	1845-1854	1855-1865
Total da riqueza inventariada em £	138.169,470	270.909,96
Número de inventários	89	124
<i>Monte bruto médio em £</i>	<i>1.552,460</i>	<i>2.184,75</i>

FONTE - 213 inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

Salientamos que utilizamos como opção metodológica a conversão do valor dos bens em libras esterlinas, moeda estrangeira mais estável que o réis, moeda nacional no período estudado.⁹³ Os montantes brutos incluem todos os bens inventariados, incluindo as dívidas ativas. No entanto, não estão abatidas as dívidas

⁹¹ Não pretendemos, e não achamos necessário, deter nossa análise na discussão dos vários conceitos de elite, por isso remetemos os interessados para as obras recentes de: FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de doutorado] KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006. [Tese de Doutorado].

⁹² FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, [Tese de Doutorado], p. 56.

⁹³ A conversão do mil-réis em libra esterlina baseou-se em Westphalen; Bach; Krohn. Centenário 1828-1928, Bahia, 1928, p.87, cit por Kátia de Queiroz Mattoso, *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.254-255.

passivas e por isso denomina-se bruto.

A tabela 7 mostra uma diferença na média do percentual de riqueza inventariado entre os dois períodos. O primeiro período (1845-1854) indica que os inventariados possuíam um monte bruto médio inferior ao segundo período (1855-1865). Analisemos melhor essas variações. A partir de 1850 ocorre uma mudança de conjuntura. Como já dito antes, a proibição do tráfico e a lei de terras passa a manifestar os primeiros efeitos no segundo período, isto é, uma valorização dos escravos e das terras que passam a incidir nos montantes avaliados.

No caso dos cativos, por exemplo, um escravo campeiro com idade de 18 anos, era avaliado em 1846 pela quantia de £ 67.20,⁹⁴ enquanto que em 1861 poderia valer o equivalente a £169,60.⁹⁵ Contudo esses exemplos são ilustrativos de uma mudança, aproximadamente, isso não era a regra. Às vezes, devido a uma série de variáveis, os cativos eram avaliados por menos, seja pelo seu estado físico, por seu comportamento “escravo com vício de fugir”, ou porque os herdeiros conseguiam um avaliador que colocasse o preço desta peculiar mercadoria para baixo, como uma forma de burlar o pagamento das taxas de heranças e legados.

A valorização das terras, do mesmo modo, contribuiu para a diferença patrimonial. Por exemplo, em 1850, uma légua de campo era avaliada em torno de £ 672,00;⁹⁶ a partir do ano de 1860, a mesma quantidade de terra passa a custar cerca de £ 1.296,00. Com isso, nos parece que, em parte, a explicação para o aumento dos patrimônios está vinculada a essas duas questões: aumento no valor dos escravos e das terras.

A riqueza inventariada em Cachoeira do Sul, se comparada aos percentuais encontrados em Alegrete, apresenta um padrão mais modesto. As médias verificadas por Farinatti (2007), dos montantes inventariados se mantiveram acima do encontrado em Cachoeira do Sul. Considerando os valores médios encontrados pelo autor para o período de 1841- 1850, são de £ 2.097,029, e 1851-1860 chega £ 2.939.976. Se compararmos aos montes brutos de Cachoeira, que somavam entre 1845-1854 £ 1.552,460 e de 1855 a 1865 £ 2.184,750, embora não se trate exatamente de nosso recorte temporal, é possível perceber uma diferença nos patrimônios. Em outras palavras, tratava-se de uma sociedade com padrões de

⁹⁴ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.7, N.117, A. 1846. APRS.”

⁹⁵ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 236, A. 1861. APRS.”

⁹⁶ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.9, N.139, A. 1850. APRS.”

riqueza menores do que Alegrete, mas é possível apontar para um aumento nos patrimônios, nos dois municípios, na medida em que o século foi avançando. Farinatti afirma que a década de 1840, foi permeada por guerras e seca, que abalaram a economia, como mostram os números dos inventários, no entanto, posterior a 1850 ocorre um aumento patrimonial, devido principalmente à valorização das terras de um modo geral, e dos escravos, com o fim do tráfico atlântico e o fim das guerras, recuperando a economia.⁹⁷

Nos inventários post-mortem, os bens de raiz são parte considerável dos patrimônios, pois não poucas vezes apresentam-se como o maior montante. Além desse aspecto econômico, a descrição destes bens nos permite identificar muitas vezes a que tipo de atividade os indivíduos inventariados se dedicavam no momento de sua morte. Dizemos isso porque nem sempre nos é possível identificar claramente as categorias sócio-profissionais dos sujeitos. As lacunas que essa falta gera, de certa forma, interferem na análise, em alguns aspectos, mas assim mesmo essa fonte possui um excelente potencial para compreensão do tipo de sociedade que Cachoeira se constituía em meados do século XIX.

TABELA 8 – Participação dos bens de raiz nos inventários *post-mortem em £.* (Cachoeira 1845-1865).

	1845-1854	1855-1865
	%	%
Imóveis Urbanos	10.3	6,9
Imóveis Rurais	25.5	35.8
Total de Bens de Raiz	35.8	42.7
Monte Total	100	100
N. de Inventários	89	124

FONTE - 213 inventários post-mortem. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

Os bens de raiz dos processos analisados eram compostos de bens rurais, campos de criação, de animais vacuns e cavalares, grandes estâncias e pequenos lotes de terra, chamados também de quinhões, quando herdados dos pais, ou ainda de pequena chácaras e sítios, onde apareciam também pequenas criações. Uma mescla de tipos e tamanho de propriedades são descritas na maioria das vezes

⁹⁷ FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de doutorado], p. 49.

como “um campo”, “um chão” ou ainda “um quinhão” e raramente aparecem “léguas de campo”. As “casas de moradas” ou “arranchementos” às vezes são compostos de “casa de vivendas” ou de “casa de atafona”, indicando a produção de farinha. Além das propriedades rurais, aparecem imóveis urbanos, como casas, terrenos e também chácaras contíguas, além, evidentemente, dos casos em que os bens constantes eram somente urbanos. Nem todos os sujeitos eram proprietários rurais, embora o caráter agrário prevaleça, indicado tanto pelos bens rurais, como pela criação de animais.

No ano de 1862, no inventário de Dona Maria Thereza de Oliveira, constavam os seguintes bens: em bens urbanos, uma casa e um terreno na Vila de Cachoeira, um pedaço de matos, uma chácara e um rincão de campo em Rio Pardo, onde possuía uma criação de animais vacuns. Declarou ainda o inventariante haver ficado 12 sacos de farinha de mandioca e 6 alqueires de feijão que foram produzidos pelos 12 escravos que possuía. Além disso, era proprietária de um terreno e uma casa na vila de sua residência.⁹⁸ Os bens imóveis foram avaliados em (seiscentos mil réis), 1% de seu patrimônio, sendo que o montante total de sua fortuna era de 25:442\$240, divididos em animais vacuns e cavaleiros, escravos, atafona e demais utensílios.

A tabela 8 mostra que os imóveis rurais, nos dois períodos considerados, apresentaram um maior percentual em relação aos bens urbanos. Com isso, nos é possível apontar a hipótese de ser uma sociedade com forte caráter agrário e baixo nível de urbanização. Embora possam estar sub-representados, os inventários nos permitiram visualizar, além de uma sociedade rural, também a escravidão como estrutural da mesma, assunto que passaremos a tratar a seguir com maior acuidade.

1.6 “ESCRAVOS DE TODO O SERVIÇO”: A PRESENÇA DOS CATIVOS NA COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS

É comum encontrarmos nos inventários listas nominais de escravos. Nelas constam sempre o nome e a idade e, infelizmente, só algumas vezes aparecem descrições sobre as atividades exercidas pelos cativos. Assim, vimos denominações como “trabalhadores de roça ou roceiros”, “campeiro”, ou ainda para as mulheres escravas “de todo o serviço” – indicando trabalhadoras que desempenhavam as

⁹⁸ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório órfãos e Ausentes: M.14, N. 253, A. 1862. APRS.”

mais diversas funções na casa do seu senhor. Porém, menos comum nesta fonte, foi encontrarmos pistas sobre a trajetória desses indivíduos e de seu grupo, embora a historiografia rio-grandense clássica, na tentativa de branquear a população rio-grandense, tenha restringido ao escravo, apenas um caráter de “mercadoria” e de “bem”. Uma fórmula que pretendia, além de negar a presença do escravo, desvirtuar o caráter de violência e submissão imposto pela estrutura escravocrata.⁹⁹

Hoje, felizmente, isso está superado por produções histográficas de forte base empírica que reconstruíram a história e passaram a discutir o papel do escravo na sociedade oitocentista. Essa discussão resultou no reconhecimento do elemento negro na base da sociedade sulina e rendeu-lhe a merecida historicidade, evidenciando que o Rio Grande do Sul também esteve vinculado fortemente à sociedade escravocrata brasileira. Reconhecidamente o negro é atualmente entendido como grupo presente na formação da mescla étnica que constituiu a população da Província, incluído entre os indígenas, portugueses e demais imigrantes europeus.

Os inventários *post-mortem* contém dados importantes sobre os cativos, como o tamanho dos plantéis, a idade, o sexo, a nacionalidade (se africanos ou crioulos - nascidos no Brasil), as nações a que pertenciam e as categorias sócio-profissionais. O tamanho dos plantéis e o sexo geralmente constam na declaração de bens. Infelizmente os demais dados não são homogêneos, aparecendo eventualmente e prejudicando a quantificação. Embora os dados sejam parcos, seus indícios podem ser valiosos para uma análise qualitativa. Nesse capítulo, utilizaremos apenas alguns dados quantitativos no sentido de ver a sua participação nos montantes inventariados, sendo que os demais aspectos serão tratados mais adiante.

Os escravos aparecem nos inventários entre os bens semoventes, ao lado dos animais vacuns, cavalares, mueres e ovinos. A inclusão dos escravos juntos aos demais animais, pode dar uma falsa impressão e enganar um olhar superficial, induzindo a pensar que ambos eram tratados de forma semelhante, como bens relegados à condição não-humana. Porém, essa conotação deve ser percebida enquanto pensamento de uma sociedade escravocrata e nesse sentido destaca Slenes (1999) – “associar escravos e gado - não apenas como semoventes, mas como seres sexualmente desregrados – era comum na época.” O autor faz referência à visão de romancistas e viajantes da década de 1860 e 1880 que faziam tais associações.

⁹⁹ XAVIER, R. C. L. (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1.

A visão dos contemporâneos da sociedade escravista está longe de ser homogênea, nem a forma de pensar e agir, tão pouco é possível ao historiador deixar-se levar por tais impressões superficiais. Os escravos, muitas vezes, são declarados livres nos processos após a morte dos seus senhores pelos “bons serviços prestados” ou, em outros casos, recebem ajuda no final da vida.

Uma amostra de que havia várias peculiaridades entre as formas de tratar os escravos é o caso da escrava Rita, que teve uma enfermidade e necessitou de internação na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde faleceu pouco tempo depois. Quando do momento do falecimento de seu senhor, aparece entre as dívidas passivas um valor a ser pago pelo tratamento da escrava na Santa Casa de Misericórdia.¹⁰⁰ Sendo essas contas a pagar relativas a medicamentos, “duas operações”, *da sepultura* e do “carro” que conduziu o corpo ao cemitério. Casos assim nos permitem imaginar que se havia a violência típica do próprio sistema, por outro lado ela tinha variações e estas por sua vez poderiam ser partes de negociações entre senhores e escravos. No caso da cativa Rita, houve provavelmente um reconhecimento pelos seus serviços e que lhe rendeu um amparo no final da vida. Visto por outro ângulo, a escrava durante a vida fez por merecer a distinção, poderia não tê-lo feito.¹⁰¹

Os escravos, enquanto bens semoventes, aparecem avaliados de acordo com a idade, profissão, o estado de saúde, ou dependendo do olhar do avaliador, dando a impressão “na linguagem fria dos inventários”,¹⁰² de possuírem um caráter exclusivamente econômico. Convém esclarecer que, embora os números frios nos dêem essa conotação severa de propriedade, não podemos deixar de considerar o que a historiografia atual em trabalhos recentes tem discutido a respeito de sua trajetória, sob os mais diversos aspectos, como culturais e sociais. Esses “bens”, homens e mulheres, com vontade própria, ansiedades e, porque não, sonhos, embora relegados ao cativo, também participaram ativamente da construção da sociedade que se estabeleceu no século XIX no Rio Grande do Sul.

¹⁰⁰ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Crime e civil N. 33. M. 2 A. 1859. APRS.”

¹⁰¹ Claro que os senhores tinham interesse na saúde de seus escravos também como forma de valorizar estas caras *mercadorias*, mas não podemos negar que, entre senhores e seus cativos, pudessem surgir diferentes formas de afeto. Cabe mencionar que os senhores eram responsáveis pelo pagamento do tratamento médico e enterro de seus escravos, quando internados na Santa Casa de Misericórdia. Por esse motivo, muitos cativos eram *alforriados* quando desenganados pelos médicos, como uma forma dos seus senhores se isentarem dos custos gerados. Ver: 6. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Lealdades Compartilhadas: Famílias Negras e Etnicidades no Espaço Urbano (Porto Alegre – Século XIX)* In: Leituras de História Cultural ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

¹⁰² MOREIRA, Paulo Staudt. *Os Cativos e os homens de bem: Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre- 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

Quando iniciamos nossa pesquisa, devemos confessar, fomos surpreendidos pela expressão “bens semoventes” ou simplesmente “escravos” que aparecia reiteradamente na declaração de bens, na grande maioria dos inventários. Quando falamos em maioria, estamos nos referindo a um percentual de 84% dos processos analisados, onde aparece ao menos um escravo, ou seja, dos 213 inventários levantados, 180 declararam possuir cativos. Se compararmos ao agro fluminense estudado por Fragoso (1992), encontramos um percentual total de escravos presentes nos inventários em torno de 90%. Para o Rio Grande do Sul, Helen Osório encontrou em 85% dos inventários a presença de escravos. Portanto, o percentual de inventários com posse de escravos em Cachoeira foi o mesmo verificado por Osório para as demais regiões da Província e muito semelhante ao padrão do Rio de Janeiro, considerando, é claro, que esta historiadora enfoca o período colonial sulino.

Contudo, estes números, mesmo sendo indicativos de uma sociedade escravista, devem ser analisados com prudência e se faz necessário relativizar este percentual. Se comparados, os plantéis em relação às regiões agro-exportadoras de *plantation*, como o agro fluminense, onde Fragoso (1998) aponta que 30.7% dos proprietários possuíam mais de 20 escravos e escravarias que superavam os 100 cativos,¹⁰³ veremos algumas diferenças. Em Cachoeira do Sul verificamos um percentual muito inferior, apenas 4.4% dos proprietários eram donos de mais de 20 escravos (ver tabela 9).

Nos 180 processos com cativos, muitas vezes aparecem escravos quase sem valor algum, como no caso da inventariada Angelina Vellozo Teixeira,¹⁰⁴ que deixou entre seus bens uma parte do escravo de 80 anos de idade, que havia recebido de herança de sua paterna. Outro exemplo é o do escravo Pedro “coxo de uma perna”, com 90 anos de idade, pertencente ao casal de falecidos José Joaquim Alves e Dona Dominga Francisca de Loretto, em que “sendo visto e avaliado pelos ditos avaliadores”, acharam valer a quantia de 10\$000 réis (dez mil réis).¹⁰⁵

Na década de 1850, quando os cativos eram avaliados, um escravo homem possuía um valor médio de 800\$000 (oitocentos mil réis), muito acima dos valores apresentados nos dois casos. Na análise que fazemos destes *cativos velhos*, algumas

¹⁰³ FRAGOSO, João Luiz, *Homens de Grossa aventura*. Rio de Janeiro: 1998. p. 95.

¹⁰⁴ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: N. 143. M. 9 A. 1851. APRS.”

¹⁰⁵ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: N. 178 M.10. A. 1854. APRS.”

observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, devemos considerar que muitas vezes a idade destes cativos era *presumida*, sendo avaliada mais a *condição física* ou a *aptidão para o trabalho*, do que a idade efetiva. Estes cativos idosos, mesmo que não tivessem um preço de mercado considerável, provavelmente tinham importância no que tange à transferência de conhecimento no interior do plantel e mesmo no cuidado com cativos crianças. Outrossim, a presença de escravos *velhos* também sinalizava para o restante do plantel que certas negociações eram respeitadas, como, por exemplo, o sustento e tratamento (mesmo que deficiente) dos idosos.

Tomando o outro extremo dos inventários analisados, aparece um deles em que o número de cativos é muito superior aos demais. No processo de Francisco Rodrigues de Amorin, foram declarados 47 cativos, avaliados em 32.350\$000 (trinta e dois contos e trezentos e cinquenta mil réis). O montante total de sua fortuna foi avaliado em 105:138\$00 (cento e cinco contos, cento e trinta e oito mil réis), representando um investimento de 31% em mão-de-obra escrava. O restante do patrimônio estava assim distribuído: 16% em animais vacuns e cavalares, 46% em bens de raiz (casas e terras principalmente) e os 7% restantes em móveis e utensílios.¹⁰⁶ Estes exemplos são ilustrativos e apontam para uma diversidade na posse de escravos em Cachoeira do Sul, variedade essa que tem de ser considerada.

O caso acima citado é atípico e não retrata uma realidade homogênea, pois os plantéis eram muito inferiores a este, por isso é preciso considerar estas diferenças específicas/localizadas, além das existentes em relação ao próprio império brasileiro escravista. Muitos estudos têm se referido às diferenças regionais, nos aspectos sociais, culturais e econômicos e um desses trabalhos é o de Schwartz (2001), sobre Campinas, em São Paulo, no qual o autor relaciona as especificidades de cada região e o tipo de economia com as expectativas dos cativos:

É claro que a natureza das exigências do trabalho variava consideravelmente de um regime para outro, segundo o tipo de atividade econômica e o nível da tecnologia disponível. A variedade de requisitos para o trabalho era o elemento principal que determinava a natureza da vida dos escravos, pois definia os níveis de expectativa do proprietário e organizava a vida e as prioridades dos escravos. Em resumo, quem trabalhava na pecuária e vivia em relativo isolamento tinha oportunidades diferentes daqueles que trabalhavam em grupos nas minas de ouro ou daqueles que trabalhavam na lavoura de cana-de-açúcar.¹⁰⁷

¹⁰⁶ "Inventário *post-mortem*". Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes. N.265. M.15 A. 1864. APRS."

¹⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. p, 90-91.

A presença de cativos estava diretamente ligada ao tipo de economia e isso fazia com que tanto proprietários, quanto os próprios cativos, tivessem expectativas específicas. Isso influenciava e determinava não só o tamanho dos plantéis, como o modo de vida dos escravos e a dinâmica das relações que se estabeleciam entre os senhores e os cativos. Manter um escravo em campo aberto a cuidar dos rebanhos exigia um tipo de negociação distinta da utilizada na lavoura agro-exportadora, por exemplo, onde o cativo trabalhava sob os olhos do senhor. Importa aqui perceber que as diferenças da província sulina em relação às demais regiões do Brasil e que isso, de certa forma, influenciou o investimento em mão-de-obra escrava.

Os dados fornecidos pelos inventários são necessariamente representativos de um momento estanque, e pouco dizem da trajetória dos indivíduos inventariados, apenas do momento final de suas vidas. Contudo, se forem comparados aos paradigmas clássicos da historiografia rio-grandense, corroboram o que a historiografia recente vem afirmando: havia uma forte presença de negros envolvidos nas mais diversas atividades.

Segundo o paradigma clássico, os cativos estariam mais concentrados nas regiões charqueadoras. Além disso, as relações entre senhores e escravos teriam um caráter menos violento das demais regiões, com uma espécie de benevolência por parte dos senhores. Atualmente é consenso entre os historiadores a presença cativa nos mais diversos locais e atividades da Província e não apenas nas charqueadas como supunham alguns historiadores.

Entre esses historiadores está Fernando Henrique Cardoso que, na década de 1970, apontou para a utilização maciça de mão-de-obra escrava, além das charqueadas, e também nas estâncias de criação de gado e no serviço doméstico.¹⁰⁸ Um estudo recente que mostra a escravidão como parte estrutural da sociedade sulina é o de Gabriel Berute, sobre o comércio de escravos no período colonial, no qual demonstra que o Rio grande do Sul estava inserido no tráfico atlântico, através do porto fluminense ou pelo percurso terrestre, através do deslocamento de tropas.¹⁰⁹

¹⁰⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰⁹ O autor, em trabalho recente sobre o tráfico negreiro no Rio grande do Sul, demonstrou que os custos na aquisição de mão de obra escrava eram muito baixos o que facilitava a compra; o mesmo nos revela a análise dos inventários de Cachoeira onde encontramos um percentual de 84% dos

TABELA 9 – Presença de escravos nos inventários *post-mortem* (Cachoeira do Sul 1845-1865).

Períodos	Nº total	Inventários c/escravos		Nº de escravos	
		Nº	%	Nº	%
1845-1854	89	78	87.6	597	53.7
1855-1865	124	102	82.2	692	82.2
Total	213	180	100	1.289	100

FONTE - 213 inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

Os dados da tabela 9 não deixam dúvidas quanto ao investimento em mão-de-obra escrava e, se avaliarmos o percentual de inventários da amostra que tiveram escravos, teremos um índice de 84,50 % de processos em que foi declarado ao menos um escravo. Este é um percentual elevado para uma economia subsidiária como a do Rio Grande do Sul e, por isso, concordamos com o historiador Gabriel Berute, que afirma que os baixos custos dos cativos disseminaram o acesso a estes, tanto dos estratos sociais mais abastados, como de setores menos afortunados da população livre.¹¹⁰ Mas, como já foi dito antes, esses números tem de ser relativizados, pois mesmo que tenham havido muitos proprietários com escravos, os plantéis eram na maioria pequenos se comparados às regiões agro-exportadoras.

No período de 1845 a 1854, dos 89 inventários considerados, 78 apresentaram escravos. O número total de escravos é de 597 que, se dividido pelo número de processos com cativos (78 processos), nos dá uma média de 7.6 % cativos por auto. Do mesmo modo, para o período de 1855 a 1865, dos 692 cativos avaliados nos 102 inventários, a média diminui para 6.7%. Essa redução da média do percentual de escravos por inventário no segundo período, se deve ao fim do tráfico que, além de encarecer a mão-de-obra, limitou o acesso a esta. Em contrapartida também houve um crescimento da sua procura por parte das regiões agro-exportadoras, resultando na drenagem de cativos para estes locais. Os números se aproximam aos encontrados por Farinatti, em Alegrete, onde o autor verificou uma média percentual de 7 escravos

processos com escravos. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio grande de São Pedro do Sul*, c. 1790- c. 1825, p. 18.

¹¹⁰ O autor em trabalho recente sobre o tráfico negreiro no Rio grande do Sul, demonstrou que os custos na aquisição de mão de obra escrava eram muito baixos o que facilitava a compra. O mesmo nos revela a análise dos inventários de Cachoeira onde encontramos um percentual de 84% dos processos com escravos. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio grande de São Pedro do Sul*, c. 1790- c. 1825, p. 19.

(período de 1841-1850) e de 6 escravos (período de 1851-1860), constantes nos inventários *post-mortem* relativos a criadores de gado que analisou.

Embora os inventários não sejam a melhor fonte para o estudo mais aprofundado da posse de escravos, pois podem estar sub-representados, mesmo assim é possível utilizar esta fonte para demonstrar o papel estrutural da escravidão na sociedade rio-grandense. Vejamos a tabela 10.

TABELA 10 – Estrutura da posse de escravos (Cachoeira do Sul 1845-1865).

Faixas de escravarias	Nº proprietários	%	Nº escravos	%
1 a 5 escravos	89	49,5	247	19.2
6 a 19 escravos	83	46,1	824	63,9
20 ou mais	8	4,4	218	16.9
Total	180	100	1289	100

FONTE - 213 inventários post-mortem. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

Em um estudo sobre as elites regionais em Minas gerais, mais precisamente o município de Campanha da Princesa, localizado ao Sul da província mineira, Marcos Ferreira de Andrade encontrou percentuais que se assemelham aos de Cachoeira do Sul.¹¹¹ A região estudada pelo autor, assim como Cachoeira, era voltada para o abastecimento interno, mesclando atividades pecuárias com agrícolas e comércio. Tais semelhanças nos permitem traçar alguns paralelos no sentido de apreendermos os plantéis escravistas.

A maioria dos inventários que pesquisamos estava localizada na faixa dos que possuíam entre 1 e 5 escravos, num percentual de 49.5%, seguidos pelos donos de plantéis de 6 a 19 cativos, 46.1% e por último se encontravam os senhores com mais de 20 escravos, representando 4.4 dos proprietários. Números semelhantes em relação aos proprietários foram evidenciados para a o município de Campanha da Princesa, em Minas Gerais. A localização por faixa de escravaria seguiu a mesma ordem de Cachoeira do Sul com escravarias menores em maior número (1 a 5 escravos), com maior número de proprietários, seguidos pela segunda faixa (6 a 19 escravos) e por último os inventários com mais de 20 cativos.

O padrão de concentração dos escravos (tabela 10) apresenta algumas variações com menor número de cativos. Do total aparecem 8 proprietários (4.4%),

¹¹¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a Formação do Estado Imperial brasileiro*, 2008, p. 38.

com 218 escravos, enquanto que 89 donos de cativos aparecem com 247 e 83 senhores com 824 escravos. Estes números apontam que os plantéis médios (6-19 escravos), predominaram em Cachoeira do Sul. Em outras palavras, demonstra que a escravidão era parte estrutural da economia sulina e que a atividade pecuária, se não exigia grandes plantéis de cativos, também não podia abrir mão destes, ou na agricultura, onde houve a combinação de mão-de-obra familiar com escrava. Esta forma de trabalho foi também utilizada em outras regiões, como no Rio de Janeiro,¹¹² ou internamente na província sulina, como o caso de Alegrete, estudado por Farinatti, onde o autor concluiu a existência dessa combinação de formas de trabalho, aliando trabalho escravo com trabalho familiar.

Se compararmos com os encontrados por Fragoso, sobre o agro-fluminense, do ano de 1830, embora se trate de um período anterior, teremos a seguinte variação: a maior faixa de escravaria se concentrava entre os proprietários que possuíam, entre 20-49 cativos e estes correspondiam a 27% de todos os proprietários. E mais; os maiores plantéis encontrados chegavam a 161 cativos, como já foi dito antes. Estes percentuais apontam que as regiões de economia subsidiária utilizaram-se de um menor número de cativos em relação às províncias voltadas para o comércio externo.

Importa, contudo, perceber a presença dos escravos na maioria dos inventários *post-mortem*. Embora os plantéis fossem inferiores às regiões agro-exportadoras, isso não diminui a sua importância, como mão-de-obra e também na formação da sociedade cachoeirense. Os dados colocados ao longo do capítulo apontam para uma sociedade de base agrária, escravista e com baixa urbanização e que nos servem de pano de fundo para compreendermos a atuação dos comerciantes estabelecidos em meados do século XIX na vila de Cachoeira e dos quais trataremos a seguir.

¹¹² FRAGOSO, João Luiz, *Homens de Grossa aventura*. Rio de Janeiro: 1998.

2 DONOS DE SEU PRÓPRIO NEGÓCIO: COMERCIANTES E NEGOCIANTES EM CACHOEIRA

A busca por um lugar estável é objetivo comum aos homens, inerente às suas aspirações, independente da sociedade em que viva. Mas inserir-se em uma paisagem social, principalmente em um período permeado de conturbações armadas como os oitocentos, pressupõe a capacidade (ou a oportunidade) de tecer relações que assegurem (mesmo que dentro de limites) constância existencial. Assim, obter um local dentro de um determinado grupo que lhe garanta tecer sua trajetória de sucesso, nos parece ser algo perseguido pelos indivíduos que, de uma forma ou de outra, ocupam e ocuparam um lugar que possibilitou uma maior visibilidade dentro da sociedade. Estes pensamentos, por assim dizer, nos vieram à mente quando decidimos buscar respostas às questões sobre o grupo dos comerciantes. A busca maior nesse capítulo será em entender o significado de *ser dono do seu próprio negócio* na Vila de Cachoeira do Sul na segunda metade do século XIX.

Os estudos sobre a sociedade do século XIX no Brasil, de um modo geral, e em especial no Rio Grande do Sul, tem se concentrado em análises de grupos sociais. Têm sido cada vez menos recorrentes os investimentos em análises do tipo macro, o que abre um leque de possibilidades aos historiadores. Estudos sobre escravidão,¹¹³ elites agrárias e lavradores,¹¹⁴ militares,¹¹⁵ enfim, são apenas alguns exemplos num universo de monografias que muito têm contribuído para a história social do Rio grande do Sul.

Nessa corrente historiográfica, que procura compreender a dinâmica de uma sociedade, partindo de um grupo social específico, é que nosso trabalho se insere. Neste capítulo nos propomos a ajustar o foco de análise com ainda mais sutileza,

¹¹³ Estudos recentes têm demonstrado a presença estrutural da escravidão e recomposto trajetórias dos cativos, revelando suas ansiedades, conquistas, enfim, a outra face dos que estavam no outro extremo da hierarquia social. Para não nos alongarmos nas citações, remetemos os interessados para o excelente levantamento feito pela professora Regina Xavier: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2007.

¹¹⁴ KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. [Tese de Doutorado]. FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, [Tese de Doutorado], p. 71-72. ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaísmo ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002. GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: Conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto alegre; UFRGS, PPGH, 2005. [Dissertação de Mestrado].

¹¹⁵ José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM.

sacando do grupo total de inventários pesquisados aqueles que detalhamos como sendo caracterizados pelo predomínio das atividades comerciais.

2.1 VIVENDO EM BANDOS: A DINÂMICA DO GRUPO DOS COMERCIANTES EM CACHOEIRA¹¹⁶

O ano de 1860 com certeza foi um ano difícil para a família Fontoura, com o falecimento de seu progenitor, o Comendador Antonio Vicente da Fontoura.¹¹⁷ O comerciante Fontoura amealhou considerável fortuna, como dito antes, sendo descritas em seu inventário duas casas de negócios localizadas na Vila de Cachoeira. Nossa personagem principal fazia parte de um seleto grupo da elite comercial, em que era um dos mais abastados, juntamente com o também comerciante David de Barcellos,¹¹⁸ falecido um ano após, e que, também, além de uma casa de negócio, legou para seus herdeiros uma vasta propriedade, composta de terras e animais principalmente, além de algumas benfeitorias.

Quando iniciamos a catalogação dos dados dos inventários na busca da identificação dos comerciantes, atividade que nos exigiu um grande esforço, certos estávamos do grande desafio em atingirmos nosso objetivo principal, ou seja, refazer a história deste grupo socioeconômico. No entanto, feito isso, nos deparamos com uma outra dificuldade - a inexistência de trabalhos exclusivos sobre comerciantes na província sulina no período imperial, com os quais pudéssemos dialogar e traçar comparativos mais específicos. Embora reconhecidamente o tema já tenha sido abordado por muitos autores e esteja inserido em muitos trabalhos, para o período colonial e alguns também para o Império, há várias lacunas que necessitam ainda ser preenchidas com estudos para o tema no Rio Grande do Sul.¹¹⁹ Nesse sentido é que nos inserimos, procurando responder sobre quem eram os comerciantes, qual a origem de suas fortunas e quais relações sociais possíveis

¹¹⁶ Foi tanta a influência e o estímulo que encontramos nos textos do historiador João Luiz Fragoso, que não resistimos a, neste sub-capítulo, parafraseá-lo. Ver: FRAGOSO, João Luis. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In Tempo. Niterói: UFF, vol. 8, nº 15, jul-dez 2003, p. 11-36.

¹¹⁷ "Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório órfãos e Ausentes: M.13, N. 233, A. 1861. APRS."

¹¹⁸ "Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório órfãos e Ausentes: M.13, N.236, A. 1861. APRS".

¹¹⁹ OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio grande do Sul*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. FARINATTI, Luiz Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. OLIVEIRA Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: experiências de Urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

se estabeleciam em função desta atividade.

A historiografia sul-rio-grandense tem produzido, nas últimas décadas, trabalhos importantes e reconstituído a trajetória de vários grupos sociais, os quais nos serviram de base para a compreensão dos comerciantes em Cachoeira do Sul.

Helen Osório elaborou estudos importantes no sentido de apreender a dinâmica dos segmentos sociais e as estruturas às quais estavam vinculados (primeiramente sobre a apropriação e ocupação do espaço na dissertação de mestrado e por último em tese de doutorado sobre estancieiros, lavradores e comerciantes). Ambos os trabalhos tem como marco temporal o período colonial, anterior ao nosso, contudo, são fundamentais e nos serviram de base, bem como outros trabalhos que mencionaremos ao longo do capítulo. Na tentativa de iluminarmos algumas questões a respeito de qual lugar na hierarquia social os comerciantes ocupavam e o que lhes garantia uma posição privilegiada enquanto membros da elite aliamos o trabalho junto às fontes empíricas com as produções historiográficas referentes ao tema no século XIX. Sejam estas produções sobre a Província do Rio Grande do Sul ou de outras regiões do Brasil Imperial.

O grupo mercantil, estabelecido em Cachoeira, em meados do século XIX, deve ser entendido como parte de uma elite que obteve fortuna através do comércio e também de atividades relativas à criação de gado e que estava interligado com comerciantes de outras praças comerciais, principalmente com a cidade de Porto Alegre, conforme mostram as dívidas do comendador Fontoura e da maioria dos comerciantes analisados. A capital da Província, Porto Alegre, como mostram estudos recentes, possuía vínculos com outras regiões do Brasil.

Partimos da afirmativa da existência de um mercado interno que se constituiu ao longo do período colonial e se manteve durante o Império. João Luiz Fragoso (1998), em estudo sobre o grupo mercantil fluminense, pertencente à principal praça comercial da colônia e Império do Brasil, o Rio de Janeiro, afirmou a existência de um mercado interno brasileiro. Um mercado com certa autonomia e estabilidade que gerou acumulações endógenas e, em alguns momentos de crise internacional, manteve certa estabilidade nas flutuações da economia externa.¹²⁰ Tais afirmações têm como base um estudo minucioso sobre os comerciantes/negociantes envolvidos com o comércio externo e interno e está baseado no volume das transações praticadas por este grupo, o qual designou de

¹²⁰ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura*, p. 15-35.

“*grosso trato*”, ou seja, os grandes empreendedores. O autor propõe um novo modelo explicativo para a economia,¹²¹ que reconhece a existência de um mercado interno importante, embora prevaleça o caráter de uma economia agro-exportadora, e que a circulação de produtos entre as Províncias fomentou a formação de *elites mercantis*, e é nesse sentido que buscaremos apreender os comerciantes de Cachoeira.

A existência de um mercado de trocas internas também foi verificada por Kátia Mattoso, pois “(...) Salvador redistribuía as (mercadorias) que chegavam de outras Províncias do país – de Alagoas ao Rio grande do Sul -, como a carne-seca que, com a farinha de mandioca, formava a base da alimentação de todos os brasileiros”.¹²² Contudo observa a autora que a Bahia é “(...) pertencente a um amplo e mal conhecido mercado de trocas”. A dificuldade de mapear o comércio entre as províncias brasileiras, originada pela falta de dados sobre o fluxo comercial entre Salvador e as outras províncias do império, não impede de aferir à Bahia a importância no estabelecimento de relações comerciais com as demais províncias. Disso interessa-nos destacar as interligações existentes entre as províncias do império, através das trocas comerciais, pois acreditamos que os comerciantes de Cachoeira do Sul participavam ativamente desse grande complexo mercantil Imperial.

O grupo mercantil do Rio Grande do Sul, segundo a análise de Osório (2001) sobre o período colonial,¹²³ era composto em sua maioria por imigrantes portugueses inseridos em redes familiares que viam na colônia uma possibilidade de obter ganhos. O início da carreira geralmente esteve ligado ao ofício de caixeiro-viajante, inserido em redes familiares.¹²⁴ Pertencer a determinados grupos poderia significar ingressar numa carreira lucrativa ou ainda, como aponta a autora, em princípio do século XIX os grandes negociantes do Rio grande do Sul possuíam

¹²¹ Para saber mais sobre a discussão dos modelos explicativos da economia brasileira consultar entre outras obras: CARDOSO Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: vozes, 1980 e *escravo ou camponês? O protocamperismo negro nas Américas*. São Paulo: Graal, 1983. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial* São Paulo: Ática, 1978. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense 1977 e *História econômica do Brasil*. São Paulo, 1978. LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

¹²² MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX. Uma Província no Império*, 1992..., p. 492.

¹²³ Acreditamos ser importante retrocedermos no tempo para compreendermos o estabelecimento do grupo mercantil sulino e assim pensar no grupo mercantil já estabelecido no período imperial em Cachoeira e na permanência de algumas características importantes, como estar inserido em redes familiares, de amizade e de compadrio.

¹²⁴ OSÓRIO, Helen. *In Revista de História. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa...*, p. 101-108.

vínculo com os do Rio de Janeiro. Os comerciantes do Rio Grande do sul, “eram correspondentes ou haviam sido dos homens do Rio de Janeiro”, explicitando dessa forma a inserção dos comerciantes em redes fossem familiares, de amizade ou simplesmente relações de negócios.¹²⁵

Deste modo, a necessidade de estar vinculado a alguém, funcionou como ponto de partida no início da carreira e isso vem ao encontro ao nosso guia, o Comendador Fontoura. Conforme declarou ele mesmo em seu diário, o princípio de sua carreira foi primeiramente como aprendiz na casa de comércio de um amigo de sua família e posteriormente como caixeiro-viajante de outro comerciante, até abrir o seu próprio estabelecimento. Mas essa inserção neste grupo não parou por aí, o comendador Fontoura, no mesmo ano em que abriu sua casa de comércio, casou-se com Clarinda Francisca Gomes Porto, irmã do também Comerciante e militar José Gomes Porto. O General Portinho, como era conhecido, atuou na Revolução Farroupilha e uniu-se em primeiras núpcias com Benta Gomes da Fontoura, irmã do Comendador, que em 1861 quando foi aberto o processo de inventário de sua mãe, Vicência Cândida da Fontoura, já havia falecido.¹²⁶

O falecimento da esposa levou o General Portinho a um segundo matrimônio, com Branca Sertório, filha mais velha do comerciante Francisco Sertório,¹²⁷ falecido em 1859, e do qual, juntamente com sua esposa, foi o inventariante. Embora o inventário demonstre que Francisco Sertório possuía um patrimônio modesto, isso reafirma a importância de pertencer ao grupo.

Os inventários nos revelaram que os laços entre as famílias Gomes Porto e Fontoura possuíam mais um vínculo. Quando da abertura do inventário de José Gomes Porto¹²⁸ (pai do Brigadeiro Portinho e Dona Clarinda, esposa de Fontoura), conforme o padrão, deve constar o nome dos herdeiros e seus respectivos cônjuges. Dessa forma, encontramos o registro da herdeira Dona Listarda Francisca da Fontoura casada com José da Fontoura, irmão do Comendador Fontoura.

Essa união é confirmada também pelo inventário de Dona Vicência Cândida da Fontoura,¹²⁹ mãe do Comendador Fontoura. Entre os herdeiros consta o nome de José Antonio Fontoura e sua esposa Listarda Francisca da Fontoura, sendo a

¹²⁵ Ibid., p. 110. A correspondência era uma forma de relação baseada na reciprocidade, mais do que uma troca de favores, era uma obrigação, como buscar encomendas ou transportá-las, entre outras.

¹²⁶ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 245, A. 1861. APRS.”

¹²⁷ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Crime e Civil M.2, N. 31, A. 1859. APRS.”

¹²⁸ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Crime e Civil M.2, N. 32, A. 1859. APRS”.

¹²⁹ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 245, A. 1861. APRS”.

mesma quem assina a entrega da casa de Rio Pardo, que foi “*residência da inventariada*”, ao Comendador Fontoura, pelo que “*lhe devia sua mãe*”. Embora não tenhamos maiores descrições sobre as atividades, do casal nota-se que havia laços consolidados com matrimônios entre as duas famílias.

Alguns autores, dentre eles Kuhn (2006) e Fragoso (2003), utilizaram a denominação “*bandos*”, ou “*façções*” para representar esses grupos de parentescos e amizades. Segundo Kuhn, essa foi uma forma encontrada pelas elites locais de adquirirem e preservarem privilégios.¹³⁰ Isso se confirma para o caso das famílias Fontoura e Gomes Porto, porque haviam vários laços de parentesco.

Não é nossa intenção fazermos uma análise demográfica exaustiva, mesmo porque não possuímos fontes para tal proposta, no entanto, nos limitaremos a observar alguns casos específicos que envolvem laços de parentescos possíveis de serem apreendidos. Com isso almejamos perceber que os comerciantes utilizavam o casamento como uma das estratégias de inserção e fortalecimento do grupo mercantil. Estar ligado a redes parenterais já foi verificado por Fragoso (2003) ao estudar o grupo mercantil estabelecido no Rio de Janeiro: a existência de laços de parentesco permeava as relações estabelecidas entre os indivíduos. Convém, contudo, esclarecer o sentido em que utilizaremos a expressão “*bando*”. Para Fragoso a definição se refere a

[...] um termo medieval luso: *bandos*. Resultavam dos embates entre as *façções* nobres. E, portanto, referia-se à teia de alianças que tais famílias criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção. Estes pactos eram com senhores de engenho não nobres, oficiais do rei e comerciantes, assim como amplas redes de alianças que incorporavam elites de outras regiões coloniais, autoridades em Salvador e em Lisboa. Incluíam, ainda, reciprocidades com segmentos subalternos da sociedade: lavradores, escravos, índios flecheiros, etc. Através destas práticas, as *melhores famílias* adquiriam algo indispensável em suas disputas: a cumplicidade de outros estratos sociais. Mais do que isto a composição dos *bandos* mais do que isso legitimava a própria hierarquia estamental.¹³¹

As elites locais agiam estrategicamente e estas aproximações dos comerciantes, através de matrimônios, apontam para a importância associativa do grupo e pertencer a este podia conferir poder de mando, de negociação e inserção em diversas esferas daquela sociedade. Isso se dava não só no aspecto econômico,

¹³⁰ KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII...*, p. 310-327.

¹³¹ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In *Tempo*. Niterói: UFF, vol. 8, nº 15, jul-dez 2003, p. 09.

mas também no campo político, ocupando cargos públicos, assunto que exploraremos com maior profundidade no capítulo três dessa dissertação.

Nem todos estes indivíduos comerciantes viviam apenas de negócios, mas dedicavam-se a outras atividades, principalmente a criação de gado e também a agricultura. Esse foi o caso de David José de Barcellos que estava no topo da hierarquia econômica e possuía um grande percentual investido em terras e animais.¹³² Isso indica que este grupo socioeconômico não era absolutamente estanque, já que a diversificação das atividades parece ser uma prática comum. Entretanto, não só o *grosso* de seus patrimônios estava concentrado na área mercantil, como quando se auto-definiam (em listas de qualificação eleitorais, por exemplo) ou quando eram definidos por seus pares, a classificação de *comerciantes* era mencionada.

Desde os tempos coloniais, o grupo mercantil ocupou no Rio Grande do Sul¹³³ um lugar de destaque na hierarquia social, como já dito antes, formado através de redes familiares ou de amizade. Essas ligações, segundo Osório, eram utilizadas “*para galgar posições dentro da hierarquia mercantil*”¹³⁴ onde o parentesco tinha como função inserir os indivíduos no grupo e estimulava, em certa medida, a abertura do próprio negócio. Isso se dava, muitas vezes, através de sociedades. As redes familiares faziam o trajeto de Portugal, principalmente do Minho, passando pelo Rio de Janeiro e chegando até Rio Grande do Sul. No princípio do período imperial, o grupo dos comerciantes era formado por indivíduos na maioria nascidos fora da Província.

Os dados nos mostram que, em meados do século XIX, em Cachoeira, já havia um grupo mercantil de elite, com indivíduos nascidos na província sulina. Essa elite, através de seus negócios, adquiriu riqueza e *status* e estava envolvida ativamente na política local e provincial. Havia conquistado um lugar de destaque, sendo referência constante na documentação analisada.

2.2 “QUE VIVE DE SEU NEGÓCIO”: OS COMERCIANTES DE CACHOEIRA

Ao analisarmos os inventários, realizamos uma classificação dos

¹³² “Inventario *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 236, A. 1861. APRS.”

¹³³ OSÓRIO, Helen. In Revista de História. *Comerciantes do rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa*, p. 106.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 104.

comerciantes, utilizando como padrão a existência na declaração de bens: primeiramente pela presença de casa de negócio, armazém, botica ou loja; segundo, pela presença de gêneros de comércio e, terceiro, pela análise das dívidas ativas e passivas.

As dívidas podem iluminar alguns aspectos importantes da vida econômica, apesar de, em alguns casos, não indicarem a que se referiam. É sem dúvida uma importante fonte porque indicam não só quem eram os credores/devedores, mas quais os produtos negociados, valores e principalmente as relações estabelecidas entre os sujeitos, fossem elas verticais ou horizontais, entre outros aspectos. Havia uma relação de confiança estabelecida que nem sempre se efetivava na prática e em alguns processos estão descritas como “dívidas perdidas” e remontam de anos anteriores.

Dessa forma, optamos por classificar os inventários por montante mor em libras esterlinas e definimos as fortunas, em pequenas, médias e grandes, conforme a tabela 11.

TABELA 11 – Fortunas dos comerciantes de Cachoeira do Sul (1845-1865) em £.

Grupos de Comerciantes (1845-1865)	Total Fortuna em £	Nº de inventários	% sobre nº de inventários
Pequenos comerciantes (até £ 5 mil)	10.405,69	9	60
Médios comerciantes (£ 5 mil a £ 10 mil)	23.449,53	3	20
Grandes comerciantes (acima de £ 10 mil)	61.638,47	3	20
Total	95.493,69	15	100

FONTES - 213 inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

A tabela número 11 nos mostra que Cachoeira do Sul possuía um grupo mercantil com grandes desigualdades econômicas: dos 213 inventários por nós considerados, como de defuntos comerciantes, 60% estavam entre os pequenos comerciantes, e os médios e grandes representavam 40% da riqueza inventariada. Estes percentuais nos revelam uma grande concentração de capitais, pois 64% da riqueza inventariada estava em mãos de apenas 3 comerciantes (que representavam somente 22% dos indivíduos analisados), ficando 24% com os considerados médios. Somando os percentuais dos grandes e médios comerciantes,

teremos 88% da riqueza inventariada em mãos de 40% dos indivíduos.

Estes percentuais revelam a existência de uma elite dentro do grupo mercantil que também se destaca ao abarcarmos analiticamente todos os inventários post-mortem de Cachoeira do Sul deste período. Devemos ter em mente que o grupo está sub-representado devido às limitações da fonte e se faz necessário considerar que existiam outros indivíduos que praticavam algum tipo de comércio, fosse eventual ou de pequena envergadura. Entre estes podem estar donos de pequenas “*vendas*”, localizadas no interior do município, comerciantes ambulantes sem uma casa de negócios instituída, negociantes de tropas, assim como muitas outras formas de comercialização de gêneros, atividades essas que não deixaram muitos vestígios documentais, principalmente considerando os inventários.¹³⁵

Assim, o grupo dos comerciantes, como mostra a tabela 11 é marcadamente hierárquico e com muitas desigualdades econômicas. Lembrando que nosso foco são os grandes comerciantes e que seria um equívoco metodológico trabalhar com diferenças patrimoniais tão grandes. Contudo, apresentamos a situação do grupo como um todo para situar a elite comercial economicamente, e as relações verticais, que estabelecia como forma de se reiterar no topo da sociedade, como veremos no decorrer do capítulo.

Optamos, como já dissemos na introdução, em pesquisar o topo do grupo dos comerciantes, sua elite. Para tanto, consideramos que deveríamos iniciar a análise destes *afortunados defuntos* com uma perspectiva mais dilatada, localizando-os em um grupo mercantil mais amplo e diversificado. Agindo assim, pensamos melhor situar a elite comercial, econômica e socialmente, para depois refinarmos o seu estudo através de uma micro-análise que contemple outros aspectos, como a sua inserção política.

Incluímos como comerciantes todos os inventários que apresentaram

¹³⁵ Sabemos que muitos pequenos negócios escaparam de nossa *malha* documental, já que desapareceram sem deixar vestígios ou seus donos simplesmente se mudaram, seguindo as oscilações econômicas e as novas oportunidades surgidas. Mesmo assim, considerando o *universo documental* que manipulamos, consideramos poder afirmar a existência deste elevado grau de acumulação de riquezas nas mãos de alguns poucos indivíduos. Destaquemos que as fontes jurídicas são documentos privilegiados para a observação destas pequenas casas de negócios, tabernas, botequins. Segundo Moreira: “As vendas atuavam como espaços de entrelaçamento de experiências das mais diversas, possibilitando a troca de informações e o enraizamento de laços de solidariedade e reciprocidade. Nestes locais, os populares podiam conversar banalidades, ingerir bebidas alcoólicas, jogar, organizar pequenos roubos, fugas, insurreições, ou seja, era um espaço lúdico perpassado de efetivas ou potenciais estratégias de resistência”. (MOREIRA, Paulo R. S. *Entre o Deboche e a Rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993: p. 65). A respeito ver também: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

indicativos de algum tipo de comércio. Estes foram identificados primeiramente pela presença de gêneros de comércio que geralmente aparecem descritos como “fazendas secas e molhados” e que tiveram dívidas ativas declaradas. Assim, conforme o declarado, nos foi possível apreendermos os seguintes casos: 8 inventários declararam possuir casa de negócio, armazém, loja e dívidas ativas; 5 processos gêneros de negócios e também dívidas ativas; 2 atuavam como prestamistas e possuíam ativos. Somente 1 inventário não apresentou dívidas ativas e passivas, mas declarou mercadorias pertencentes a uma loja de armarinhos.

Desse modo catalogamos os 15 processos da tabela, 12 que incluem variados patrimônios. Nossa proposta desde o princípio foi trabalhar com a elite comercial, como viemos afirmando e, para isso selecionamos os cinco maiores montantes de fortunas os quais chamaremos de elite. Estes possuem fortunas acima de £ 8.000,00 que representa 86% dos patrimônios avaliados dos comerciantes da amostra. Afora isso nossa opção por utilizarmos o comendador Fontoura como guia metodologicamente exclui os comerciantes de pequeno vulto, uma vez que este era a segunda maior fortuna de todos os inventários (1845-1865), catalogados.

TABELA 12 – Comerciantes de Cachoeira do Sul (1845-1865).

Inventariados	Ano	Dinheiro	Ouro/ Prata	Mercadorias	Outros	Bens Urbanos	Bens Rurais	Escravos	Animais	Div. Ativas	Div. Passivas	Monte Mor
João Nicolau Tavares Teixeira	1848	0	0	450.50	52.10	465.92	150.80	124.80	0	201.33	0	1.445.45
Antonio Pereira Mafra	1849	0	0	226.80	33.63	448.00		162.00	0	125.41	628.07	995.84
Maria Núncia de Macedo	1851	0	19.70	136.73	80.48	1.657.70	0	1.228,15	0	136,85	0	3.259.61
Justina Rosa de Loreto	1853	0	0	649.80	51.82	198.92	0	320,11	0	28,43	74.56	1.249.08
Anna Francisca de Moraes	1857	0	0	247.91	15.09	0	177.60	77,00	230,88	149.06	82.17	897.55
João Jorge Walter	1858	0	0	142.773	18.801	321.000	0	53.50		195506	0	731.58
Joaquim Gomes Pereira	1859	702.78	5,35	0	29,73	2.846,20	428,00	676.03	0	1.975,85		6.663.94
Rita de Cássia Gonçalves Pinho	1859	0	0	0	33.88	321.00	0	64.20	0	299,88	0	718.96
Francisco Sertorio	1859	0	0	192.73	16.35	267.50	0	149.80	0	8.19	430.63	634.57
Antonio Vicente da Fontoura	1861	0	458.23	1.988.28	40.28	735.00	0	1.113.00	112.36	16.961.94	3.864.46	21.409.09
David José de Barcellos	1861	0	57.89	2.260.08	400.77	1.189.10		2.414.68	5.513,64	2.261,19	6.773,29	28.982.10
Manoel Pires dos Santos Jacuhy	1862	735.05	0	3.606.71	23.52	1.195.48	80.30	352.00		5.165.896	7.116,99	11.247.28
Guilhermina Francisca Da Silva Ilha	1864	0	0	781.17	45.31	1.293.15	1.554.00	39.96	0	902,99	6.356,07	8.465.68
Maria Justina de Carvalho	1865	0	11.44	245.10	21.41	187.20	0	0	7,9	0	0	473.05
Joaquim Severo Fialho	1865	72.56	72.87	0	76.07	438.80	208.00	617.76	250,00	7.777.65.	389,50	8.319.91

FONTE - 213 inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

2.3 COM O PODER NAS MÃOS: OS COMERCIANTES MAIS AFORTUNADOS

Ocupar um lugar na elite mercantil na sociedade oitocentista do Rio Grande do Sul requeria ter ao menos um negócio rentável que, conseqüentemente, gerasse razoável acumulação de capitais. Consideramos como elite os comerciantes com fortuna acima de £ 8.000,00, percentual que consideramos o mais adequado diante dos dados levantados e que são expressos nos números indicados pela tabela 12. Entretanto, tomamos estes capitais acumulados como indícios de que estes *afortunados defuntos*, ao longo de suas trajetórias biográficas (que incluíam também

as de seus familiares mais próximos) executaram estratégias sociais e políticas eficientes que os permitiram *permanecer e prosperar nos negócios* por longos períodos de tempo. Os inventários, neste caso, nos servem para indicar indivíduos que merecem pesquisas individualizadas mais profundas, pois suas riquezas apontam que souberam tecer relações e inserir-se favoravelmente no contexto social oitocentista.

Convenhamos que não devesse ser fácil ser comerciante em um período caracterizado pela conturbação bélica constante. Quando a província não estava envolvida em uma guerra civil – como durante o decênio Farroupilha –, era a situação fronteira e a área platina que se apresentavam alvoroçadas. Conseguir acumular fortuna considerável através das atividades mercantis indica não só talento econômico, mas capacidade de fomentar relações que não só possibilitem a compra e venda (distribuição) dos produtos diversos, mas também a obtenção de créditos complementares e a inserção privilegiada nos grupos que hegemonicamente tem acesso aos cargos e proventos públicos.¹³⁶

Evidentemente que estes momentos belicosos abriam possibilidades econômicas favoráveis, como o fornecimento de munícios diversos para as tropas que eram mobilizadas, mas também devemos considerar que dificultavam a circulação de mercadorias e tornavam as casas de negócio alvo de saques e outras formas de violência.

Considerar a instabilidade bélica uma variável constante do contexto histórico do Brasil meridional no século XIX, nos faz ponderar com mais relevância a análise da trajetória de um indivíduo como Antonio Vicente da Fontoura. Fontoura foi um dos eminentes líderes farroupilhas ao longo dos dez anos de conflito, e sua continuidade até o momento de seu falecimento, como membro da elite mercantil local, deve ter sido forjada com muita habilidade.

Com os dados indicados pela tabela 12 nos foi possível extrair um grupo composto de 5 inventários que apresentaram um monte-mor acima da faixa de £ 8.000,00. O lugar em que ocupavam em Cachoeira do Sul o Comendador Antonio Vicente da Fontoura, David Jose de Barcellos, Manoel dos Santos Jachuy, dona Guilhermina Francisca da Silva Ilha, Joaquim dos Santos Fialho, era o topo da elite mercantil, uma posição *invejável*, pois eram todos proprietários de grandes fortunas para os padrões da sociedade Cachoeirense do período estudado. Vejamos no total

¹³⁶ Incluímos aí não só os cargos eletivos, mas mesmo a inclusão no funcionalismo público municipal e provincial, além do fornecimento de objetos diversos para a câmara local, como mercadorias para iluminação pública, alimentação de presos, etc., como veremos adiante.

dos inventários analisados (213), como estavam colocados os 5 comerciantes que elegemos como elite, considerando as fortunas acima de £ 8.000,00 pertencentes a grandes proprietários de terras e de escravos, que denominamos de estancieiros:

TABELA 13 – Fortunas de comerciantes acima de £ 8.000,00.

Inventários de comerciantes acima de £ 8.000,00	Total da fortuna inventariada em £	Inventários de fazendeiros acima de £ 8.000,00	Total da fortuna inventariada em £
5	78.424,06	4	41.068,09

FONTE - 213 inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Civil. 1845 a 1865. APRS.

Para aquela sociedade, estar no topo da hierarquia podia significar ter privilégios reservados a poucos, poder de mando e de negociação. A tabela 13 localiza os comerciantes dentro da elite de Cachoeira. Os 5 comerciantes com fortunas acima de £ 8.000,00, além de superarem em número de processos relativos a estancieiros, possuíam 47.7% da montante das fortunas inventariadas, indicando assim uma acumulação de capital em média maior que os estancieiros. Por fim, o que nos interessa na tabela 13 é que entre as 9 maiores fortunas inventariadas no município de Cachoeira do Sul (1845-1865), cinco pertenciam a comerciantes, assim como as duas maiores. Com isso podemos afirmar que a elite da Vila era composta principalmente de comerciantes.

Vejamos agora, através da tabela número 14, a composição das elites:

TABELA 14 – Participação das fortunas dos comerciantes superiores a £ 8.000,00 (Cachoeira 1845-1865).

Inventário	Ano	Dívidas Passivas	Monte Bruto em £	Imóveis Rurais	Imóveis urbanos	Comércio	Animais	Escravos	Dívidas Ativas	Dinheiro	Outros
Antonio Vicente da Fontoura	1861	18%	21.409,09	n/c	3,4 %	9,3%	0.5	5.2%	79.3%	n/c	2.3%
David José de Barcellos	1861	23%	28.982.10	8.1%	9.3%	7.7%	18.7%	8.2%	46.7%	n/c	1.3%
Manoel Peres dos Santos	1862	63%	11.247,28	0.8%	10.6%	32.1%	n/c	3.1%	46.4	6.7	0.3%
Jachuy Guilhermina	1864	71.6%	8.465.68	44.6%	15.3	9.2%	n/c	0.5%	28.9%	n/c	1.5%
Francisca da Silva Ilha	1865	4.6%	8.319,91	n/c	6.7%	n/c	0.5%	9.5%	82.3%	0.8%	0.3%
Joaquim Severo Fialho		55.9	19.728.98	12.8	12.9	11.7	4.9%	5.4%	56.7%	1.9%	1.1%
Médias de investimentos											

FONTA - 213 inventários *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de órfãos e Ausentes. Cartório Crime e Cível. 1845 a 1865. APRS.

A diversidade de investimentos, segundo Frago (1998), foi uma das alternativas utilizadas pelos comerciantes de grosso trato, residentes no Rio de Janeiro, para obter maiores ganhos. Ao longo de suas trajetórias, o autor verificou que apostavam em vários ramos de negócios, alternando comércio com agricultura ou investindo em prédios, enfim, uma economia baseada na multiplicidade econômica, embora preponderasse o capital mercantil, por se tratar do maior porto do Brasil até a primeira metade do século XIX. Conclui que o Rio de Janeiro possuía “[...] uma economia regional com fortes traços pré-industriais, ou seja, uma economia com uma frágil divisão do trabalho e um mercado restrito”.

No município de Alegrete, Farinatti (2007) também observou que havia diversidade de investimentos, como forma de angariar e assegurar cabedais.¹³⁷ Embora o autor trabalhe majoritariamente com elites estancieiras, e não com elites comerciais, é possível traçar um paralelo entre ambas, uma vez que por vezes se confundiam, ou seja, existiam estancieiros que também comercializavam e

¹³⁷ FARINATTI, Luiz Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*, p. 56-57.

comerciantes dedicados igualmente a criação de gado, entre outras variações. Evidentemente que as separações entre os grupos de elites são possíveis apenas para efeitos de estudo, contudo, na prática, existem muitos aspectos de convergência de interesses e também abundam casos em que estes vários segmentos da elite estavam *irmanados* por laços de parentesco e sociedade.

Estas associações, entretanto, absolutamente não condicionavam as relações sociais, assegurando a pacificação e o ordenamento harmônico. Como veremos no capítulo seguinte, estas interdependências diminuía, mas não aboliam as tensões. As divergências de interesses podiam, a qualquer momento, eclodir de forma violenta e evidenciar a fragilidade deste sistema. Essa discussão será ponto do próximo capítulo, por hora basta perceber a variedade de investimentos entre os comerciantes sulinos.

Para Osório (2005), de um modo geral, a diversificação de negócios foi uma alternativa não só da América colonial, mas das sociedades pré-industriais européias, pois havia a necessidade de se adaptar às mudanças bruscas de conjunturas em tempos de instabilidade. Em suma, não seria coerente fazer investimentos em um único negócio, colocando em risco o patrimônio já adquirido, sendo a diversidade a garantia do sucesso, ou pelo menos uma pré-condição importantíssima. A análise patrimonial dos comerciantes do Rio Grande do Sul indica um quadro bem específico, em que somente a uma minoria foi possível diversificar os negócios e sua análise determinou vários subgrupos dentro do grupo mercantil.¹³⁸

Estes exemplos apontam para uma diversidade de investimentos dos estratos sociais dedicados ao comércio principalmente. Resta-nos verificar em que medida é possível perceber a atuação dos indivíduos da elite comercial em Cachoeira do Sul e quais traços são possíveis apreender e em que proporção. Devemos ter em mente que o grupo de negociantes em Cachoeira possuía um padrão de fortuna modesto em relação aos estudos apresentados acima. Este padrão assemelhava-se somente aos considerados parte da elite, que eram poucos. De qualquer modo, buscaremos, na medida do possível, delinear algumas ideias a respeito de suas trajetórias.

A diversidade na composição dos patrimônios de comerciantes também foi encontrada por Marcos Ferreira de Andrade em seu estudo sobre a região de

¹³⁸ OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 301-307.

campanha da Princesa, 1799-1850 (Minas Gerais). Os três comerciantes, analisados pelo autor possuíam, além dos ativos, propriedades rurais agrícolas e de criação, e eram também proprietários de escravos.¹³⁹ A maior fortuna, segundo o autor, pertencia a um comerciante e equivalia a 281:690\$482 (duzentos e oitenta e um conto, seiscentos e noventa mil e quatrocentos e oitenta e dois réis), e outro em 133:228\$573 (cento e trinta e três contos, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e três mil réis). Este padrão se assemelha ao encontrado em Cachoeira do Sul, que também teve seu maior inventário pertencente a um comerciante e no montante de 278:683\$323 (duzentos e setenta e oito contos, seiscentos e oitenta e três mil e trezentos e vinte três réis). Se compararmos os dois com os dois primeiros de Cachoeira, teremos uma média um pouco mais elevada. Contudo, importa perceber que ambas são elites de comerciantes regionais e que possuem semelhanças de padrões econômicos.

David José de Barcellos,¹⁴⁰ falecido no ano de 1861, foi um comerciante que apresentou variedade na composição de sua fortuna. O bem sucedido estancieiro apostou na diversidade de investimentos. Era dono da maior fortuna inventariada da amostra e, ao que tudo indica, preferiu diversificar seus investimentos, combinando uma fazenda de criação com o comércio, sendo o primeiro possivelmente o fator de ter amealhado sua riqueza. Embora não tenhamos dados para comprovar os rendimentos de cada atividade, verificamos que o mesmo possuía mais de 5.000 cabeças de gado vacum, uma criação de mais de 1.000 cavalos e em torno de 100 muares. Para o padrão dos inventários dos comerciantes analisados, o estancieiro-comerciante apresentou um percentual de investimento em bens rurais superior aos demais.

As dívidas ativas¹⁴¹ registradas no inventário de Barcelos representavam 46.7% do total de seus bens, em contrapartida os percentuais dos investimentos rurais (Imóveis e rebanhos) somavam 26.8%, sendo, portanto, um investimento considerável, o segundo maior montante. Além disso, foi listada pela inventariante uma *canoa de tabota* que se achava *ancorada no rio*, (avaliada em £ 212,00), que deveria ser utilizada para o transporte de mercadorias. Assim os dados mostram que

¹³⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a Formação do Estado Imperial brasileiro- Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 75-87.

¹⁴⁰ "Inventario post-mortem. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 236, A. 1861. APRS."

¹⁴¹ Cabe explicar que dívidas ativas são créditos que o falecido deixou para seus herdeiros, decorrentes de empréstimos, vendas de mercadorias ou aluguéis (de imóveis e escravos) a terceiros. Na lista das dívidas ativas, assim, encontramos os indivíduos que deviam quantias para o inventariado.

o patrimônio estava investido principalmente em dívidas ativas, uma característica fundamental dos comerciantes por excelência e, nesse caso, as dívidas apontam para uma prática prioritária do comércio, em detrimento da criação de gado. Quanto à mão de obra escrava, este inventário apresentou o segundo maior percentual encontrado entre os três, o que pode se justificar pelos investimentos agrários e a necessidade de utilização do trabalhador escravizado no manejo do gado.

Os inventários trazem informações importantes sobre as escravarias, indicando sempre o nome dos escravos, idade e valor. Infelizmente, nem sempre informam o lugar de procedência (no caso dos africanos) e em que atividades eram utilizadas. No caso da escravaria do estancieiro-comerciante Barcellos, entre os 20 escravos relacionados, apenas 6 possuem indicadas as especialidades. Os escravos Romualdo, de 20 anos, Manoel, 24 anos, e Venâncio, de também 24 anos, eram domadores, enquanto que Domingos de 50 anos, e Felipe, de 52 anos, eram roceiros. Somente Agostinho foi declarado pela viúva inventariante como campeiro. Embora os demais não tivessem suas atividades descritas, os seis casos apontam que o inventariado, além da criação de gado, também investia na agricultura, provavelmente de subsistência, embora não tenhamos dados para fazer tal afirmação.

Quanto às dívidas passivas de David de Barcellos, o total era de 23% e ocupavam terceiro lugar dentre os cinco sobre a sua fortuna, superiores as do Comendador Fontoura, que eram de 18%.

Nos inventários, as contas a serem pagas, informam sempre o nome do credor e o valor a ser pago, mas nem sempre descrevem a que se referem. As dívidas passivas de David José de Barcellos, também em alguns casos, não informavam a que se referiam. Nos casos em que estão especificados se referem a empresas e companhias, como por exemplo, a José Borges da Costa e CIA ou Estevão José da Silva & Irmãos, acompanhados da seguinte referencia: “de Capital a Prêmios”, apontando dessa forma se tratarem de empréstimos contraídos pelo falecido. Nota-se que o percentual investido em comércio era de 7.7%, sendo provável que esteja inserido nos casos em que a viúva inventariante não declarou a que se referiam.

O comerciante Antonio Vicente da Fontoura,¹⁴² quando de seu falecimento, era dono de dois armazéns e na avaliação de seus bens em 1861, 79.3% de seus investimentos estavam concentrados em dívidas ativas. Para se ter uma ideia do

¹⁴² “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes: M.13, N. 233, A. 1861. APRS.”

que representava esta porcentagem, lembramos que ela equivalia a 79.3%, sendo relacionados nada menos do que 568 devedores. Este percentual por si só nos permite afirmar que sua atividade principal era de comerciante, que é também ratificada pela inexistência de bens rurais e o inexpressivo percentual investido em animais, precisamente 85 cavalos e 2 burros mansos, ambos utilizados para o deslocamento de mercadorias.

O investimento em escravos também foi uma das opções do comendador, uma vez que 5.2% eram provenientes dos 19 escravos declarados, no entanto, não consta a atividade que desempenhavam. Sabemos que a escravaria do comendador era composta de apenas três escravos homens adultos, sendo os demais, nove mulheres e sete crianças, abaixo de três anos de idade. As diferenças em relação à escravaria de Barcellos se justifica, pois o último possuía estância de criação e por isso necessitava de mão-de-obra especializada.

As mercadorias do comércio, seu segundo maior investimento, com 9.3% percentuais, eram maiores do que os 7.6 % de Barcellos, e se assemelhava a Guilhermina Francisca da Silva Ilha, com 9.3%, caso que analisaremos a seguir. Os imóveis urbanos com 3.4% estavam muitos inferiores se comparados aos outros comerciantes. Seu inventário aponta uma prática essencialmente comercial, pois 79.3% de seu patrimônio avaliado estava investido em dívidas ativas.

Quanto às dívidas passivas, o comendador possuía um dos menores índices, os 18% só eram superiores aos do prestamista Joaquim Severo Fialho que, como veremos a seguir, apresenta pouca diversificação de negócios. Essas dívidas consistem principalmente a fornecedores da cidade de Porto Alegre, como mostram constas anexas ao inventário.

Uma análise dos dois maiores inventários nos levou a uma outra questão: qual a origem de tamanha fortuna? Acreditamos desde o princípio na diversificação de negócios, mas os inventários, nos dois casos, mostraram comércio aliado a pecuária. A resposta, contudo, nos veio através da leitura do inventário de Dona Maria Amália de Carvalho e seu marido José Marcelino de Coimbra que tiveram seu processo de inventário realizado no ano de 1847.

Maria Amália de Carvalho e seu marido eram proprietários de terras e de escravos, com uma criação de animais vacuns e cavalares. Possuíam 25% do seu patrimônio comprometido com dívidas passivas, que iam de visitas médicas, remédios e créditos firmados a várias pessoas. Dentre as pessoas às quais o casal devia por “crédito firmado a prêmios”, aparecem como maiores credores

comendador Fontoura (£ 133,54) e David José de Barcellos (£ 84.30). Isso mostra que em 1847 os comerciantes atuavam no mercado de créditos e tudo indica que em 1861, ano da abertura dos dois processos de inventários, ainda estivessem envolvidos no negócio. O comendador Fontoura apresentava um número elevado de devedores (568) e que certamente operava enquanto usuário, aliado ao comércio, o que lhe garantiu sucesso econômico.

O terceiro maior comerciante, Manoel dos Santos Peres Jachuy, que possuía em dívidas ativas 46.4%, não traz em seu inventário a declaração de imóveis rurais e nem de animais, o que nos leva a supor que a prática do comércio era seu maior investimento. O inventariado, nesse caso, investiu 32.5 % em mercadorias, o maior percentual da amostra. Este inventário é o que apresenta, entre estes cinco maiores, o de menor diversificação econômica, tendo sempre em mente que o inventário é a representação de um momento estagnado da vida dos falecidos e talvez em sua trajetória, em algum momento, tivesse diversificado seus negócios, assim como os demais.

Outro aspecto que chama a atenção é o percentual de 6.7 % dos bens arrolados em dinheiro, aspecto incomum devido à baixa circulação monetária, característica de uma economia pré-industrial. O mesmo quadro foi encontrado por Osório (2007) e segundo a autora os percentuais em moedas encontrados por ela aparecem entre os menores índices avaliados, oscilando entre 0.1% a 10.8% percentuais.¹⁴³

No caso de Campanha da Princesa, analisado por Marcos Ferreira Andrade, os percentuais em moedas aparecem entre 1 a 10.7%, o que indica que a baixa circulação de moeda do Império era recorrente principalmente nas economias regionais.¹⁴⁴

No ano de 1864, Francisco de Loreto de Carvalho e Silva dava início ao processo de inventário de sua esposa Dona Guilhermina Francisca da Silva Ilha.¹⁴⁵ O inventariante declarou que o casal era proprietário de duas casas de negócios, uma na vila e a outra na colônia (interior do município). Junto à casa da colônia possuíam terras que, segundo o viúvo, se localizavam na divisa aos lotes de “Católicos e protestantes”, em área de colonização alemã e italiana. Nas dívidas

¹⁴³ A autora trabalhou com uma amostra de 541 inventários para o período de 1765-1825, cf., p. 260.

¹⁴⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a Formação do Estado Imperial brasileiro- Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 75-87.

¹⁴⁵ “Inventario post-mortem. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.15, N.274, A. 1864. APRS.”

ativas do casal, referente ao estabelecimento do interior do município, constam sobrenomes de alemães, por exemplo, que deviam à casa de negócios: as famílias *Zimmer, Muller, Lang*, entre muitas outras. Pelos registros, as dívidas são referentes a gêneros de comércio fornecidos pelo casal, uma vez que não envolvem grandes valores e os devedores se repetem constantemente na lista. Os bens rurais foram os que apresentaram maior percentual, ficando em 44.6%, em relação aos demais. Acreditamos que o investimento maior em bens rurais se justifica pela presença de colônias de imigrantes que ofereciam uma possibilidade de ganhos.

Dona Guilhermina e seu esposo possuíam ainda uma casa de negócios na Vila e também bens urbanos, que também ficaram com o maior percentual em 15.3%. Contudo, em mercadorias 9.2%, referentes a duas casas de negócios, muito inferior aos outros estabelecimentos de comércio. O percentual de escravos foi o menor entre os cinco, assim como também as dívidas ativas, o que não ocorre com as dívidas passivas, que eram de 71.6% do montante inventariado, superando os demais em muito. As contas anexas ao inventário demonstram que elas foram adquiridas na maioria para suprir os dois estabelecimentos.

Nosso quinto comerciante chamava-se Joaquim Severo Fialho, e vivia de empréstimos a juros, como demonstrado em seu inventário, estando assim seu patrimônio majoritariamente calcado em dívidas ativas e seus respectivos rendimentos. Optamos por incluir entre os comerciantes o prestamista Fialho, baseados na definição de negociante que consta do Código Comercial de 1850 (Art. 119) e que diz o seguinte: “São considerados banqueiros os comerciantes que têm por profissão habitual do seu comércio as operações chamadas de Banco”.

Com isso, o Tenente Coronel Joaquim Severo Fialho,¹⁴⁶ que “vivia do seu negócio”, dono da menor fortuna entre os 5 comerciantes, Ao contrário dos demais apresentou um elevadíssimo percentual em dívidas ativas, chegando a quantia de 80.2% do total inventariado, o que se explica pelas operações de crédito que realizava. Não possuía bens rurais no momento da morte, mas uma dívida ativa revelou que ele havia vendido uma propriedade rural a qual não havia sido paga ainda. O percentual em bens urbanos ficou 6.7%, valor intermediário na amostra. A presença de escravos equivalia a 7.4% de sua fortuna, índice também intermediário em relação aos seus pares.

O padrão médio das fortunas encontrado por Osório (2005), em dívidas

¹⁴⁶ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Crime e cível: M.2, N. 43 A. 1865. APRS.”

ativas correspondiam em 27.4% e os investimentos em bens urbanos em 22.4%.¹⁴⁷ Em Cachoeira, o índice difere do encontrado pela autora, sendo que as dívidas ativas ficam em média em 53.4% (considerando 213 inventários) e os bens urbanos em 14.2%. Esses números devem ser relativizados devido à variação de período entre os dados e as diferenças de praças comerciais, já que a autora agrupou três do Rio grande do Sul - Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, abarcando assim os maiores negociantes da Província. Estes percentuais denotam o caráter agrário da Vila de Cachoeira e o alto endividamento numa economia com baixa circulação de moeda.

Se compararmos Cachoeira ao panorama encontrado por Oliveira (2005), na cidade de São Paulo onde 80% dos inventários consultados apresentaram algum tipo de dívida. Como também aos números verificados por Osório, para o Rio Grande do Sul, podemos concluir que a Vila apresentava índices menores de endividamentos. Cabe lembrar que os períodos estudados variam do início do século XIX (Osório) até a segunda metade (Oliveira), onde nos localizamos temporalmente em meados e que tais diferenças devam ser consideradas, como dito antes, pois as mudanças conjunturais foram constantes.

Os percentuais que encontramos, se comparados aos observados por Farinatti em seu estudo sobre 15 famílias de elite, (das quais aparece apenas um comerciante entre os maiores montantes), percebemos semelhanças quanto à presença de dívidas ativas, com índices sempre superiores em relação aos demais bens avaliados: representando, no caso por ele apresentado, 39.7%, e, em nosso estudo, a média entre os grandes comerciantes (cinco processos), ficou em 68% do montante inventariado. Esses números das dívidas ativas, segundo o autor, apontam para “uma prática preferencialmente comercial”.¹⁴⁸ Concluimos, dessa forma, que os cinco inventários da amostra são constituídos majoritariamente de práticas comerciais, embora houvesse diversificação de investimentos em outros ramos econômicos.

As dívidas dos indivíduos são essenciais, nesse caso, para jogar luz sobre suas relações, fossem de crédito, negócios, de amizade, de vizinhança e, principalmente, de confiança, assunto que passaremos a tratar.

¹⁴⁷ OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 301

¹⁴⁸ FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. p. 71-72 [Tese de doutorado]. P. 53

2.4 UMA SOCIEDADE ENDIVIDADA: OS LIVROS DE ARMAZÉNS (OS CREDORES E DEVEDORES NOS INVENTÁRIOS)

Segundo o dicionário Silva, inventário é o “registro, rol, catálogo, que se faz dos bens que o defunto deixa, ou dos bens e móveis de algum vivo”.¹⁴⁹ Esta fonte documental vem sendo usada, nos últimos anos, para a abordagem das mais diversas temáticas, através de perspectivas quantitativas, qualitativas ou mesclas de ambas.

Mesmo entendendo que esta fonte – como aliás qualquer outra – possui limitações que devem ser levadas em consideração, não podemos descartar os inventários como excelentes *pontos de observação*, embora imperfeitos.¹⁵⁰ Deste observatório podemos ter uma visão, ainda que com lacunas, da paisagem ou cenário social a ser abordado. Os inventários nos proporcionam um certo mapeamento dos personagens sociais, habitantes de um determinado período histórico e nos dão informações sobre trajetórias individuais e familiares, bem como a constituição de fortunas.

Mesmo que saibamos o potencial desta fonte para a pesquisa histórica, consideramos que sua utilização demanda o cruzamento com outros documentos para que uma perspectiva mais densa seja satisfeita.

Mas antes de efetuarmos qualquer cruzamento, parece adequado mencionar que os inventários formam um documento multifacetado, já que composto por uma miríade de itens. Expliquemos melhor. Quando feita uma leitura detalhada desta fonte, percebemos que ela é, na verdade, a composição de vários itens produzidos por cidadãos comuns ou especialistas em áreas diversas: advogados, tutores, juízes, párocos, avaliadores. Os inventários são assim, um documento integral, se avaliarmos a razão de sua existência (o arrolamento dos bens e a sua distribuição entre os herdeiros), mas não devemos com isso perder de vista a sua pluralidade (produzida pela variedade de agentes que nele interferem).

Como os personagens principais desta dissertação são os comerciantes, logo optamos por um primeiro rastreamento destes indivíduos através dos inventários. Podemos identificar quais eram os negociantes mediante a observação

¹⁴⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813: 179.

¹⁵⁰ Ver o capítulo 1.2 - *Um posto de observação imperfeito: Os Inventários post-mortem*, da dissertação de: SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo, UNISINOS, 2008.

dos bens arrolados, principalmente quando aparecem claramente descritas casas de negócio, armazéns, etc. Mas outros itens são, também, indicativos de atividades mercantis e das redes que demandam.

É relativamente comum encontramos nas listas de bens dos inventários os termos *dívidas ativas* e *dívidas passivas* e que podem representar se os herdeiros herdarão um maior ou menor patrimônio. Estes itens (as dívidas) podem nos indicar, por exemplo, se os indivíduos se dedicavam ao comércio e ainda qual o resultado de seu empreendimento. Em casos de as dívidas ativas superarem as passivas e o montante da fortuna ser superior ao devido, significa que o comerciante obteve sucesso, caso contrário, quando o passivo predomina o mesmo, pode ter sido acometido pelo infortúnio. Claro que isso ocorre considerando-se que os inventários exteriorizam uma fotografia do patrimônio e do momento econômico dos defuntos em um determinado período.

Esses dados matemáticos são relevantes, pois informam e localizam os sujeitos nas esferas hierárquicas de uma determinada sociedade. Mas seriam somente estes os aspectos que contém as dívidas? Quais outros aspectos são passíveis de ser apreendidos através da análise da relação de credores e devedores? Buscaremos responder essas questões através da análise das contas a pagar e contas a receber dos inventários dos comerciantes.

Novamente recorreremos aos dicionários de época, pensando na etimologia da palavra *dívida* e no uso coloquial que ela tinha no nosso período de análise. Para os habitantes dos novecentos, no império brasileiro, dívida era “obrigação de satisfazer alguma soma em dinheiro, ou de outros bens em geral. O dinheiro, ou coisa devida. Ter dívida a Deus, estar-lhe obrigado”.¹⁵¹ Notamos que nesta definição outra palavra foi citada duas vezes – *obrigação* -, que segundo o mesmo dicionário era: “Dever, necessidade moral de fazer alguma ação, ou abster-se dela [...]”. ou ainda, “Escritura de dívida, ou pela qual alguém confessa ser obrigado a outrem por alguma coisa que lhe deve. Livrar a obrigação: resgatá-la, remi-la, pagando; ficar livre dela. Pessoas da obrigação: isto é, da família ou casa”.¹⁵²

Assim o significado de *dívida* aparece atrelado ao de *obrigação*. E obrigação, segundo a última frase da definição acima, aponta para a existência de relações sociais, afetivas e familiares entre credores e devedores. Tais divagações podem parecer

¹⁵¹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813: 630.

¹⁵² SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813: 356.

desnecessárias, já que na atualidade quem contrai uma dívida também tem a obrigação de saldá-la. Mas contextualizando estas informações para o nosso período de análise – o segundo reinado -, podemos considerar que em uma estrutura socioeconômica pouco monetarizada, basicamente rural, com poucos estabelecimentos de crédito, as dívidas eram indicativos de algo mais. As listas de dívidas podem nos indicar os caminhos por onde as mercadorias eram distribuídas e por onde chegavam as redes que interligavam estes comerciantes com outros negociantes e produtores diversos, em vários pontos da província e mesmo fora dela. Os devedores de uma casa de comércio podem também nos dar uma visão ampla do público que as freqüentavam, seus *status* (escravos e livres), seus padrões de consumo. Mas salientar a *obrigação* que se contrai no momento em que se contrata uma dívida – ativa ou passiva –, aponta também que estas listas constantes dos inventários clareiam redes nas quais estes comerciantes estavam inseridos. Apontam não só devedores e credores, mas potenciais aliados.

O fato que chamou nossa atenção para essa questão foi o grande número de inventários que apresentaram dívidas ativas e passivas ou ambas. Mais intrigados ficamos quando da análise dos maiores comerciantes, nos quais os índices eram muito altos, fossem em relação ao montante das fortunas avaliadas ou na quantidade de indivíduos credores e devedores constantes nas listas de bens.

Primeiramente, vejamos o aspecto econômico das dívidas, ressaltando que elas evidenciavam contas a serem saldadas, e que o momento da morte dos inventariados talvez tenha feito apressar a sua quitação. Vários historiadores, especialistas na temática da escravidão já destacaram como a ocasião do falecimento dos senhores tencionava o plantel de escravos pertencente ao mesmo.¹⁵³ As negociações que estavam se desenrolando com a participação do falecido agora caíam na imparcialidade dos registros públicos e da ação dos juízes e demais funcionários. A quitação das dívidas e a atribuição das cotas aos respectivos herdeiros, provocava, muitas vezes, a separação de famílias escravas.

No caso das dívidas ativas e passivas, ocorria algo similar. Em uma economia com baixa monetarização, na qual, como já vimos, pouco dinheiro circulava, os indivíduos contraíam entre si *obrigações*, que muitas vezes não eram saldadas em moeda corrente, mas sim em novas *obrigações*. No centro destas,

¹⁵³ Sobre a repercussão do falecimento dos senhores nas famílias escravas, ver: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas*: Campinas, século XIX. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

como vimos, centenas de *obrigações* estava o comerciante, que se firmava como ponto nodal destas relações financeiras. O momento do *passamento* destes indivíduos – principalmente quando a morte ocorria repentinamente, como no caso do comendador Fontoura – era caracterizado pela mágoa dos parentes e pelo receio dos devedores e credores sobre o destino de suas dívidas.¹⁵⁴

O código comercial de 1850, aprovado pela Lei nº 556, de 25 de Junho de 1850, impunha uma série obrigações aos comerciantes, como a de manter registro rigoroso de todas as suas transações. O artigo 10 advertia que o comerciante devia: “seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e ter os livros para esse fim necessários”, sendo que “Os livros que os comerciantes são obrigados a ter indispensavelmente, na conformidade do artigo antecedente, são o Diário e o Copiador de cartas”¹⁵⁵. Com isso, o momento da morte, além do pesar, era um momento de tensão para os familiares de comerciantes, pois o artigo 11 deixa claro as punições a quem se negasse a apresentar tais livros,

Se algum comerciante recusar apresentar os seus livros quando judicialmente lhe for ordenado, nos casos do artigo nº. 18, será compelido a sua apresentação debaixo de prisão e, nos casos do artigo nº. 19, será deferido juramento supletório à outra parte. Se a questão for entre comerciantes, dar-se-á plena fé aos livros do comerciante a favor de quem se ordenar a exibição, se forem apresentados em forma regular (artigo nºs 13 e 14).¹⁵⁶

Dos 213 inventários analisados, 53% deles apresentaram dívidas, demonstrando assim que o endividamento era uma das características dos indivíduos residentes em Cachoeira do Sul e, sobretudo, dos comerciantes. Mas isto não representa uma exceção, pelo contrário, vários estudos têm apontado que recorrer a créditos foi uma alternativa empregada pelos comerciantes, isso para o Rio grande do Sul como outras regiões. Esses estudos abrangem principalmente a primeira metade do século XIX, e trabalham com patrimônios inventariados principalmente e denotam uma grande presença de dívidas ativas e passivas.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Isso considerando que as dívidas ativas legadas aos herdeiros não eram dinheiro em si, mas a obrigação de quitação por parte de um devedor.

¹⁵⁵ Código de Comércio de 1850, Capítulo II - Das obrigações comuns a todos os comerciantes: artigo 10 13 e 14).[□]

¹⁵⁶ Código de Comércio de 1850, Capítulo II- Das obrigações comuns a todos os comerciantes: artigo 20.

¹⁵⁷ FRAGOSO, João Luís, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Para se manter um negócio com certa estabilidade era preciso ter uma rede de relações a fim de se articular e obter créditos que suprissem as necessidades de uma casa de comércio. Podemos perceber essa articulação entre os comerciantes de Cachoeira e os de Porto Alegre, pois, sem dúvida nenhuma, a capital da Província era o centro abastecedor da Vila, em meados do século XIX. Na maioria das dívidas constantes nos inventários dos comerciantes, apareciam contas a pagar com casas de negócios de Porto Alegre, suprindo os estabelecimentos com os mais variados produtos. Consistiam principalmente em ferragens, tecidos, armarinhos, alimentos como sal e açúcar, louças, pratarias e muitos outros objetos, que constam em documentos anexos aos inventários. Concluimos assim que havia relações de crédito e que Porto Alegre era o centro abastecedor da Vila, mas, sobretudo, ficam evidentes as relações de confiança existentes.

Fragoso e Florentino (2001), em estudo minucioso, apontaram para uma cadeia de endividamento da elite mercantil do Rio de Janeiro, que se estendia interna e externamente ao Brasil. Uma vasta rede de relações recíprocas entre comerciantes que permitiam aos indivíduos se manter dentro de um mercado instável, por isso, muitas vezes, estes recorriam à parentela e até aos casamentos entre sócios. A dificuldade das casas de negócio de manter uma rede de comércio induzia os comerciantes a elaborarem continuamente estratégias, visando ter uma maior estabilidade em seus negócios.¹⁵⁸

Uma sociedade endividada foi o que percebeu Maria Luiza Ferreira de Oliveira ao estudar São Paulo na segunda metade do século XIX. A autora percebeu que na sociedade paulistana: “Era muito corriqueiro entrar em uma loja, levar a mercadoria e combinar o posterior pagamento, assim como pedir o auxílio, por exemplo, do médico, e pagar no futuro. Mais ainda, “[...] bater na porta de um vizinho e pedir algum dinheiro”.¹⁵⁹ As dívidas eram parte do cotidiano das pessoas e a “venda feita a fiado” não era segundo a autora uma prática do comerciante, ele

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. p. 71-72 [Tese de doutorado]. p. 53
 ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro- Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 301. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*. Alameda: São Paulo, 2005.

¹⁵⁸ FRAGOSO, João Luiz e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 2001. p. 218

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*. Alameda: São Paulo, 2005. p. 135.

vendia desse modo e também comprava a crédito.¹⁶⁰ Com isso, percebemos que havia cadeias de endividamentos e os sujeitos do oitocentos não estavam imunes ao envolvimento nessas redes de dívidas e créditos. Fosse tais relações por amizades, por parentesco ou negócios, em certa medida, podemos dizer que existia uma necessidade de se endividar. E esta demanda variava entre os indivíduos, mas especialmente eram quase que imprescindíveis aos comerciantes em seus negócios.

A um olhar distraído talvez essas relações possam passar por meras formalidades em que os indivíduos em função de um mercado com pouca liquidez se viam impelidos a realizar transações creditícias. Contudo, pensamos que estas relações, se olhadas mais atentamente, podem nos fornecer indícios do modo de agir da sociedade em que se incluem outros elementos que não somente o material.

Os cadernos nos quais estavam anotadas as contas a receber do comendador Fontoura, (falecido em 1860), estavam preenchidos com diligência, constando os nomes e demais anotações de seus 568 devedores.¹⁶¹ Dentre os muitos que tinham contas a acertar com o comendador, estava o também pequeno comerciante Antonio Pereira Mafra,¹⁶² (ver tabela 12), que já havia falecido no ano de 1848; (12 anos antes e que ainda seus herdeiros não haviam saldado suas dívidas). No inventário de Mafra, Fontoura aparecia como seu maior credor, pela venda de “miudezas de armazém”, como consta das contas anexadas em seu inventário. Contudo o comendador, logo após a morte de Mafra, moveu ação judicial contra a viúva Maria Umbelina da Silva,¹⁶³ que mesmo assim optou por não saldar a dívida de seu falecido, embora o processo de inventário tivesse deduzido de seu montante partilhável o valor referente ao pagamento do credor Antonio Vicente da Fontoura.

Isso demonstra que eram relações de confiança, mas que outros fatores poderiam ter levado os herdeiros de Pereira Mafra a optarem por não saldar as dívidas ou talvez não tenham conseguido fazê-lo, pois também eram credores de outros indivíduos. Mafra, por sua vez, na sua trajetória, teve negócios com a Câmara de vereadores de Cachoeira, onde já na década de 1830 aparecia por diversas

¹⁶⁰ Ibid, p. 137.

¹⁶¹ “Inventario *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.13, N. 233, A. 1861. APRS.”

¹⁶² “Inventario *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.08, N. 134, A. 1849. APRS.”

¹⁶³ “Ações ordinárias Cachoeira do Sul. M.33, N. 944. A. 1850.”

vezes vendendo farinha de mandioca.¹⁶⁴ Os pagamentos eram feitos sempre posteriormente, inclusive pelos órgãos públicos, que não estavam imunes à demanda das conjunturas econômicas.

Convém aqui explicarmos brevemente o envolvimento entre o poder público e os comerciantes, especificamente a câmara de vereadores. Esta instituição foi instalada, primeiramente, na Vila de Rio Grande, no ano de 1747.¹⁶⁵ Já no período colonial, funcionava como um dos “instrumentos de atuação política existentes”,¹⁶⁶ e eram dominadas por “facções políticas ou bandos”.¹⁶⁷

Conforme Vargas (2007), essas disputas do poder local se mantiveram no período imperial. As câmaras eram, em primeira instância, a representação micro do poder imperial, mas seu papel não se restringia a isso:¹⁶⁸

Era quase uma regra o partido do Governo eleger a maioria esmagadora dos seus correligionários em todas as províncias. Isto resultava em Câmaras unânimes eleitas exclusivamente para favorecer a governabilidade do partido no poder. O Rio Grande do Sul, contudo, apresentou uma peculiaridade. Os liberais desta Província conseguiram façanhas como eleger toda a sua bancada em pleno domínio conservador (1873-1877).

Os órgãos camarários possuíam a função de sustentar os partidos políticos que em determinado momento estavam no poder ou fazer oposição a este, conforme sugere o autor acima. Contudo, podemos perceber que, além de local onde as elites políticas expressavam seus anseios, as câmaras possuíam também uma função social.

Verificamos, através da análise da documentação avulsa pertencente a Câmara Municipal de Cachoeira (recibos de pagamentos, atas, livros e registros diversos), que esta instituição estava envolvida em várias instâncias daquela sociedade. O poder público local, a câmara municipal, era responsável pelo sustento da cadeia pública, provendo desde alimentação, remédios e demais necessidades

¹⁶⁴ AHCS 1831, ofícios da Câmara de vereadores, Serie C, Sub-série 10, grupo 2.

¹⁶⁵ FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963. HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor a nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais NA Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006 [Tese de Doutorado], p. 13

¹⁶⁶ KUHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII*. [Tese de Doutorado]. P19

¹⁶⁷ Ibid. P.174. A respeito do funcionamento e papel das Câmaras no período colonial ver: BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003*; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia do Amaral. (Org.) *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo, Alameda Editorial, 2005.

¹⁶⁸ VARGAS, JONAS Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado], p. 72

básicas dos indivíduos presos. Também era o órgão que providenciava os remédios para a população pobre. O boticário Laurindo José de Siqueira recebeu do procurador da câmara municipal a quantia de “cento e treze mil, novecentos e oitenta mil réis de remédios fornecidos aos pobres durante o primeiro trimestre do corrente ano [1859]”.¹⁶⁹ Nesse ano, o boticário aparece apresentando várias contas.

Ainda no ano de 1859 o comerciante Antonio Vicente da Fontoura recebeu, como procurador de Dona Felicia Pires da Silva, a quantia de duzentos e oito mil réis, em pagamento pela criação da exposta Maria.¹⁷⁰ Ainda o órgão público arcava com as despesas dos pobres nos processos criminais. Em recibo datado de 12 de outubro de 1861 aparece “a municipalidade condenada a pagar as custas dos processos criminais” de três réus: Vicente Fernandes de Siqueira, José Bento Rodrigues e o preto Manoel Pequeno por ser pobre, ambos envolvidos nos crimes corridos no dia 8 de setembro de 1860 em que saiu ferido de morte o comerciante Antonio Vicente da Fontoura. Sobre os fatos sinistro falaremos no capítulo três dessa dissertação. O que nos interessa por hora é perceber que o poder público estava envolvido diretamente em redes sociais com os comerciantes.

Mesmo com um aparentemente microscópico poder, as câmaras municipais estavam inseridas em uma série de disputas pelas facções locais. Como veremos no capítulo 3, a instância paroquial era um círculo interdependente dos demais níveis, imperial e provincial. Os *bandos* locais, associados ou afiliados a seus congêneres provinciais e imperiais, travavam lutas renhidas pelo acesso à instância paroquial de poder, através da qual poderiam interagir com segmentos variados da sociedade local. Por fim, o poder público local não estava dissociado das redes mercantis e da sociedade de um modo geral, outrossim, estava inserido nela.¹⁷¹

A historiadora Silvia Lara, analisando a sociedade colonial luso-brasileira, destaca a importância do “fazer-se ver” e a visibilidade dada pela presença dos “homens de bem” nas câmaras municipais. Também no Império, mesmo que com algumas modificações, percebemos este “fetiche do prestígio”, esta “necessidade de

¹⁶⁹ AHCS. Livro de despesas da Câmara de Vereadores Cachoeira do Sul, A. 1859.

¹⁷⁰ Livro de despesas “da Câmara de Vereadores Cachoeira do Sul, A. 1859.

¹⁷¹ O funcionamento, estrutura e funções básicas das Câmaras Municipais podem ser encontradas na Lei de 1º de outubro de 1828 (*Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz*). Mencionamos a importância das Câmaras Municipais no jogo político local, apesar de sabermos que as suas funções foram seriamente reduzidas pelo Ato Adicional de 1834. A respeito destas limitações, ver: GOUVEA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008 (item 2.2.3 – Câmaras Municipais).

distinguir-se dos outros”,¹⁷² esta *qualificação* representada pelo assento na edilidade.

A câmara de vereadores de Cachoeira interferia em várias esferas da sociedade, atuando como órgão mantenedor de alguns segmentos sociais e isso gerava a necessidade de estar vinculada aos comerciantes locais. Outro exemplo que demonstra essa relação são os pagamentos que realizava sistematicamente a alguns comerciantes que chamaremos de *eventuais*, pois desempenhavam outras funções.

Entre esses comerciantes *eventuais*, aparece um caso que consideramos representativo e emblemático, é o de José Joaquim Cidade, fiscal da Câmara municipal, do qual o comendador Fontoura é credor. No ano de, 1859 ele aparece várias vezes nos pagamentos efetuados pela câmara de vereadores pelo fornecimento de velas, cadernos, tintas, lápis entre outros. O fiscal municipal provavelmente se abastecia de gêneros nos armazéns do comendador e os revendia para a câmara, servindo de intermediário nos negócios. Nos anos de 1859 e 1860, não encontramos nenhuma venda do comendador Fontoura para a Câmara, no entanto, após seu falecimento, após 1861, aparecem diversas vezes seus filhos comercializando produtos para o órgão público e José Joaquim Cidade não mais consta dos pagamentos efetuados.¹⁷³

Provavelmente, com a morte do comendador tenham sido desfeitas as relações, mas isso são apenas hipóteses sem base para comprovação. De qualquer modo, são significativas para pensarmos as relações estabelecidas e exteriorizadas através das dívidas.

Assim citamos o segundo maior devedor, que foi o Manuel Peres dos Santos Jachuy, que possuía uma fortuna superior a £10.000,00 e que quando do seu falecimento possuía uma dívida passiva de 63%. As dívidas passivas mostram que o comerciante devia ao também comerciante Francisco Loreto de Carvalho, esposo de Dona Guilhermina (uma das cinco maiores fortunas) e a viúva Barcellos & filhos (viúva de David de Barcellos). Com isso, percebemos que havia relações de crédito, embora não possamos precisar se de mercadorias ou de capital usurário. Como os inventários nos apontam a pouca existência de dinheiro vivo em circulação, estas

¹⁷² ELIAS, Norbet. *A sociedade da Corte- investigação sobre a Sociologia da realeza e da Aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p. 18. Ver o primeiro capítulo de: LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 456 p.

¹⁷³ “Livro de despesas “ da Câmara de Vereadores Cachoeira do Sul, A. 1859. AHCS

dívidas ativas e passivas provavelmente eram relativas a saldos de negociatas diversas, muito provavelmente com a transferência de mercadorias e serviços de umas mãos para outras.

Encontramos ainda, entre os 568 devedores do comendador Fontoura o fiscal da Câmara José Joaquim Cidade e Porto e Irmãos & CIA o que revela que os comerciantes, apesar de concorrentes, em alguns momentos recorriam do crédito entre si.

As dívidas dos comerciantes entre si ou como denominaram Fragoso e Florentino, as “cadeias de endividamentos”, eram créditos que poderiam se referir a aquisição de mercadorias bem como empréstimos em dinheiro. Esses créditos firmados segundo Oliveira (2005), ocorriam em todos os extratos sociais que recorriam ao crédito, especialmente nos momentos de crise, isso porque a falta de liquidez e de moeda circulando na praça estimulava os indivíduos a lançarem mão desse tipo de negociação.¹⁷⁴

Retornando ao comendador, gostaríamos de apontar duas outras relações de crédito com comerciantes. A primeira com o Brigadeiro José Gomes Porto e a segunda com Noé Antonio Ramos. Detalhemos melhor: o Brigadeiro Portinho também atuava como comerciante e aparece como devedor do comendador Fontoura e o outro comerciante citado Noé Antonio Ramos, viúvo de Justina Rosa de Loreto (ver tabela 12), que aparece como devedor. Estes comerciantes, além de amizade e parentesco, tinham contas a ajustar e não há porque pensarmos que estas dívidas em nome de tais laços pudesse ser amenizadas. Basta lembrarmos a dívida cobrada pelo comendador Fontoura de sua mãe Dona Vicência e verificaremos que os negócios eram obrigações e que necessariamente deveriam ser honradas.

Os laços de amizade, parentescos e compadrios influenciavam as relações de negócios. Contudo, o inverso também é verdadeiro: pois para “viver de seu próprio”, sobretudo significava investir em um negócio e ter resultados positivos. Manter um cabedal requeria astúcia e relações não *proveitosas* tendiam a se desfazer. Sublinhamos que as amizades, se mantinham enquanto havia uma convergência de interesses, caso contrário, estariam fadadas a desaparecer.

Por fim, importa perceber que os comerciantes estavam envolvidos em várias transações de créditos e débitos e que estas relações iam além dos negócios,

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*. Alameda: São Paulo, 2005, p. 154-155

outrossim, se desdobravam em vínculos de confiança, amizade e até compadrio. Mas isso não impediu que houvesse tensões, afinal, ser dono do seu próprio negócio significava, nos casos apresentados, ocupar um lugar de elite obter prestígio e benesses. Em contrapartida entrar em disputas políticas poderia ter o significado de viver ou morrer. Cachoeira do Sul como palco de disputas políticas entre as elites locais é o assunto que trataremos a seguir.

3 PARCIALIDADES EM LUTA NO CENÁRIO ELEITORAL – O ASSASSINATO DO COMENDADOR FONTOURA E OS DESENTENDIMENTOS ENTRE ELITES

3.1 CENA DE SANGUE NA PARÓQUIA DE CACHOEIRA DO SUL

Numa manhã de setembro do ano de 1860, mais precisamente no dia oito, provavelmente nenhum dos moradores da Vila de Cachoeira poderia supor o sinistro que em poucas horas viria a acontecer em plena Igreja matriz, e no qual sairia lastimado fatalmente o comendador Antonio Vicente da Fontoura. Os ferimentos foram feitos por um escravo liberto, conhecido pela alcunha de Manoel Pequeno, que em meio a um tumulto, munido de um punhal, o esfaquearia três vezes no ventre. Tais relatos poderiam ser perfeitamente parte de um de romance policial, não fossem resultantes de uma violenta disputa eleitoral e sem um final feliz, como nos dramas literários.¹⁷⁵

Gostaríamos de esclarecer que nesse capítulo agregamos as fontes já trabalhadas no processo crime do comendador Antonio Vicente da Fontoura, pois pensamos que o seu assassinato nas eleições em 1860 pode nos auxiliar no intento de identificar os grupos políticos e suas manobras, e localizar no entremeio destas redes um representante legítimo da elite comercial local. Ainda destacamos, que os cenários eleitorais podem ser excelentes pontos de observação para a análise das ações destas elites, já que eram momentos onde se exteriorizavam atritos e solidariedades. Dessa perspectiva - de antagonismos e solidariedades - a fonte criminal se mostra um caminho fecundo na identificação e compreensão das ações desses grupos e dos limites ou fragilidades das redes de parentesco (casamento, compadrio) pelas quais as elites procuravam *casar* seus interesses e aproximar os pares.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o crime que resultou na morte do comerciante Antonio Vicente da Fontoura, gostaríamos de salientar que as fontes judiciais são documentos produzidos por conflitos diversos, mas não se resumem aos atos de violência. Chamados à arena judiciária, aos tribunais ou às delegacias, as testemunhas opinam, se posicionam, mesmo quando declaram “nada saber” ou que “só ouviram falar”. Que suas vozes são condicionadas ou deturpadas por filtros diversos como a repressão policial, o medo perante o juiz ou a parcialidade dos

¹⁷⁵ Processo crime N. 3079 A. 1860. Cartório Crime e Civil Cachoeira do Sul

escrivões, isso ninguém duvida. Mas desde March Bloch¹⁷⁶ sabemos que nem o policial mais ingênuo acredita piamente em sua fonte, mas isso não o faz descrever totalmente da possibilidade de descobrir o culpado.¹⁷⁷

Desde o principio deste trabalho viemos afirmando a existência de um grupo de elite que buscava se afirmar através de laços de parentesco, amizades e, como veremos adiante, do compadrio. Contudo havia no grupo mercantil cisões que resultavam em tensões constantes, na luta por posições políticas e sociais. Essas mal resolvidas questões, por vezes, acabavam originando episódios dramáticos (e geradores de relatos) e nisso se insere o crime do comendador Fontoura. Excluído o aspecto criminal do fato em si, através do processo é possível localizar os indivíduos nas esferas sociais e mais precisamente os comerciantes e sua participação política. E não só isso, a política era apenas um aspecto, mas refletia outros interesses como o econômico, por exemplo. Afinal os momentos de tensões também mostram incompatibilidades constituídas ao longo de um determinado tempo e que somente em situações extremadas os envolvidos as deixam transparecer. Os fatores perceptíveis podem e geralmente são os mais diversos, como políticos, econômicos e sociais.

Contudo devemos fazer algumas ressalvas quanto ao uso das fontes judiciais, pois os depoimentos das testemunhas geralmente eram intermediados, fosse pela intimidação diante do juiz, a parcialidade do escrivão ou simplesmente pelo fato do depoente pertencer a um determinado *bando*. No entanto, embora deva se ter sempre em mente essas fragilidades, a fonte possui um leque de possibilidades de entendimento do passado, as quais, na medida do possível e, conforme nosso interesse específico nesta dissertação buscaremos apreender.

Retornemos ao fatídico acontecimento. Nas palavras do juiz eleitoral, compunham a mesa que coordenava as eleições no dia 8 de setembro de 1860, o Comendador Antonio Vicente da Fontoura, o Brigadeiro José Gomes Portinho, o

¹⁷⁶ BLOCH, Marc. *Introdução à História. Portugal*. Publicações Europa-América, 1997.

¹⁷⁷ Entre os trabalhos que exploram as formas de analisar os processos criminais como fonte, ver: CORRÊA, Mariza. *Os crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981. ZENHA, Celeste. *As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais*. Niterói: UFF, 1984 [dissertação de mestrado]. CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986. _____. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o Deboche e a Rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993. [Dissertação de Mestrado]. _____. *Adivinhações, feitiçarias e curas: os poderes naturais e sobrenaturais dos negros e a fé dos senhores de escravos (Rio Grande do Sul/século XIX)* In: *História Cultural: Narrativas, Imagens, Práticas Sociais*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2008, p. 211-242.

coronel Hilário Pereira Fortes e o Doutor José Pereira da Silva Goulart. Depois de iniciados os trabalhos, as atas assinadas, ocorreu uma dúvida sobre a identidade de um dos votantes da lista eleitoral¹⁷⁸ e nesse momento irrompeu uma discussão acalorada; segundo o relato:

[...] duas parcialidades se disputavam neste lugar o triunfo das eleições, ambas com diversas nomeações – **Santa Luzia** e **Saquarema**, aquela tem por chefes o Comendador Fontoura e Brigadeiro José Gomes Portinho e esta o Doutor Pereira Goulart, Coronel Hilário Pereira Fortes e Felizberto Machado de Carvalho Ourique, que de parte a parte se esforçavam para vencer.¹⁷⁹

O primeiro relato que temos sobre o ocorrido, e que inicia o processo crime, foi feito no dia 10 de setembro (portando dois dias após o desfecho cruento), pelo juiz de paz que atuava como presidente da mesa paroquial, Tristão da Cunha e Souza. Esta peça judiciária, como ficará claro no desenrolar deste capítulo, é de uma riqueza de detalhes impressionante e assustadoramente inesgotável. Desde este primeiro ofício de uma testemunha ocular do ocorrido, as demais partes que compõem este processo crime¹⁸⁰ transparecem o receio das autoridades provinciais a respeito deste atrito entre personalidades (e suas famílias e bandos) insígnies da política provincial. Os ecos da Farroupilha deviam ainda soar nos ouvidos do Império e o medo de uma guerra civil que dividisse as elites locais fazia com que as autoridades se mobilizassem com uma rapidez impressionante.

O juiz Tristão da Cunha e Souza, que não era nem um pouco isento, exterioriza com clareza ao presidente da Província, Joaquim Antônio Fernandes Leão¹⁸¹, que a *cena de sangue* que ocorreu no interior da Igreja Matriz de Cachoeira

¹⁷⁸ Sobre as regras para a qualificação eleitoral, ver: VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul 1868-1889*. UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado], p. 135.

¹⁷⁹ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Grifos nossos.

¹⁸⁰ Os processos não são peças únicas, mas pelo contrário se caracterizam por uma composição heterogênea: “As partes dos processos criminais (interrogatórios, autos de corpo de delito, etc.) carregam em si as visões de mundo dos profissionais que circulavam pela instância judiciária: policiais, advogados, promotores públicos, juizes, médicos, legistas, farmacêuticos, peritos em geral e de todos aqueles que de uma forma ou de outra participavam da sua elaboração. As peças judiciárias geradas pela investigação dos delitos mais diversos são prenhes de disputas discursivas que, muitas vezes, distanciam-se do *fato* investigado e direcionam-se para outros grupos com os quais momentaneamente seus autores travavam batalhas de afirmação profissional”. CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a Solidariedade e a Animiosidade: As relações interétnicas populares (Santa Maria - 1885/1915)*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005. [Dissertação de História]

¹⁸¹ O Conselheiro Leão foi presidente da Província entre 04.05.1859 e 17.10.1861. FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. 6ª edição, Porto Alegre, Sulina, 1981. Da passagem de Leão pela presidência da província do Rio Grande do Sul, ver: (01) - Relatório do

do Sul fora resultado de um embate entre duas *parcialidades*. Esta palavra – já encontrada nas pesquisas sobre o período colonial pelo historiador Kuhn (2006) –, remete a divisões ou agrupamentos políticos que cindiam a cena política em disputas por representatividade e espaço na esfera pública municipal, provincial e imperial. Estas parcialidades eram a base fomentadora das organizações político-partidárias, e eram compostas de *bandos* opostos.

Durante o período imperial brasileiro, tiveram origem os partidos políticos conservador e liberal.¹⁸² Ambos vistos pela historiografia, segundo Mattos (2004), sob uma “ótica negativa”, isto é, com muitas semelhanças e poucas diferenças. Os dois lados - Saquarema e Santa Luzia (ou somente Luzia) - representavam respectivamente o partido conservador e o partido liberal. Ambos surgidos da disputa pelo poder político no Império brasileiro, e consolidados sob a luz dos movimentos liberais do período regencial, que evidenciaram os fortes interesses divergentes existentes.

Contudo, adverte o autor; além de semelhantes, existiam diferenças e havia uma hierarquia, essa última forjada com a contenção das revoltas e que de certa forma fez com que impusessem o seu poder. O discurso liberal, no entanto, ao contrário pregava a liberdade, o que não significava igualdade e que ao longo do período conforme a necessidade, foi adequando o discurso de forma a manter os seus privilégios.¹⁸³

A liberdade, de certa forma, se referia a ter parte no governo imperial e usufruir as benesses que esse podia oferecer. Dizemos isso pelo fato das revoltas liberais não terem aprofundado a resolução de questões estruturais como a

Presidente da província Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão à assembléia legislativa provincial na 2.^a sessão da 8.^a legislatura em 5 de novembro de 1859 (AHRs – A 7.06); (02) - Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1.^a sessão da 9.^a legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão (AHRs – A 7.07); (03) - Relatório do presidente da província Joaquim Antão Fernandes Leão à assembléia legislativa provincial na sessão extraordinária de 7 de março de 1861 (AHRs – A 7.07); (04) - Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou à presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. vice-presidente comendador Patrício Correia da Câmara (17 de outubro de 1861). Porto Alegre, Tipografia do Jornal A Ordem, 1861 (AHRs – A 7.07).

¹⁸² Conforme Ilmar Rohloff Mattos, os dois partidos políticos eram assim apelidados (de *saquaremas* e *Luzias*) em função de duas derrotas ocorridas durante as revoltas liberais de 1842. Na ocasião quais foram derrotados os liberais mineiros pelo Duque de Caxias na batalha de Santa Luzia e os conservadores do mesmo com mais de uma versão, entre elas a de um conflito envolvendo eleições na vila de Saquarema, onde os conservadores na figura de um padre tentaram impor o voto e dessa forma teria se originado a designação. Do Autor: *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

¹⁸³ Conforme Ilmar Rohloff Mattos, os dois partidos políticos eram assim apelidados (de *saquaremas* e *Luzias*) em função de duas derrotas ocorridas durante as revoltas liberais de 1842, nas quais foram derrotados os liberais mineiros pelo Duque de Caxias na batalha de Santa Luzia. Os Conservadores do mesmo com mais de uma versão entre elas a de um conflito envolvendo eleições na Vila de saquarema onde os conservadores na figura de um padre tentaram impor o voto e dessa forma teria se originado a designação. Do Autor: *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 152-154

escravidão, resumindo-se como conforme Mattos a: “defender as fronteiras de seus privilégios, as estreitas fronteiras da representação Nacional que não só negava voz à plebe como também restringia drasticamente a participação do povo”.¹⁸⁴

Quanto aos conservadores, havia o mesmo empenho em se manter no poder, se sobrepondo ao discurso liberal com um discurso fundamentado na restauração, e no conservadorismo e na manutenção da ordem pública. Em nome dessa ordem, a contenção dos rebelados era vital, como também a imposição hierárquica sobre os liberais.¹⁸⁵ Quanto aos adeptos de um ou outro lado não havia grandes divergências quanto à origem social, ambos eram compostos de proprietários de terras e escravos, comerciantes, profissionais liberais entre outros.

Mattos (2004) afirma que os partidos políticos possuíam especificidades e não podem ser observados apenas por suas semelhanças. Durante o período imperial se alternaram no poder – na costumeira *gangorra política* que revezava os partidos nos gabinetes – e isso necessariamente fazia diferença. Esta oscilação entre os agrupamentos políticos tinha como finalidade promover uma certa estabilidade política e harmonizar os embates, mas isso não impediu a permanência (mesmo que ocasional) de uma complexidade de elementos antagônicos que juntos poderiam resultar em disputas ferrenhas e localizadas, como no caso de Cachoeira do Sul.

Como descrito pelo juiz, havia dois partidos opostos que disputavam a eleição voto a voto e a contestação de um votante significava prejuízo a um dos lados. Contudo, a discussão foi encerrada e o voto aceito. O comendador Fontoura, desde a organização da mesa, “se conservou mudo e aplicado a escriturar a lista”, quando “dispararam 3 tiros do lado da parcialidade dos saquaremas sobre o Brigadeiro Portinho”, que só não foi atingido porque “naquele momento, havia subido na mesa para chamar à ordem os amotinados, sendo que foi atingido Tristão da Cunha e Souza Sobrinho (partidário dos Luzias), que “ficou gravemente ferido no braço”.

[...] em ato sucessivo era apunhalado o comendador Fontoura por um liberto do Coronel Hilário de nome Manoel Pequeno, que desde a organização da mesa se conservou sempre ao lado do seu **Senhor**, dando várias facadas no dito comendador, que não acabou nas garras de semelhante assassino por encontrar resistência em um moço que acudiu com uma cadeira. Os tiros foram dados por facínoras bem conhecidos nesse município, sendo um

¹⁸⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 155.

¹⁸⁵ Ibid, p. 156.

deles Zeferino Satírico [e] Vicente Fernandes de Siqueira e outros que, como o preto, se evadiram por meio do povo, que também amotinado e sem ordem fugia para todas as direções sem poder contê-los a minha voz, que neste ato alcei com vivas à sua Majestade, o Imperador, à Nação Brasileira e às autoridades constituídas.¹⁸⁶

No relato acima, o Juiz de Paz Tristão da Cunha e Souza nos fornece uma versão *Luzia* do ocorrido, impregnado de elogios a sua própria tranqüilidade em gerir o conflito, destacando a postura diligente e inerte que conservou sempre o comendador Fontoura (ocupado apenas em resolver a burocracia eleitoral) e o atentado maquiavélico e inesperado, desencadeado pelos inimigos saquaremas. É um relato influenciado pela visão de uma das parcialidades, mas que denuncia que se tratava de uma *crise anunciada*, antevista pelos participantes, o que justifica a grande presença de *povo* e a exaltação de ânimos.

Deve ter ficado razoavelmente claro no início deste capítulo, que a composição da mesa paroquial denunciava o nível de expectativa quanto àquela eleição. Notem que a mesa estava cindida entre dois saquaremas (o coronel Hilário Pereira Fortes e o Doutor José Pereira da Silva Goulart) e dois luzias (o Comendador Antonio Vicente da Fontoura e o Brigadeiro José Gomes Portinho). Ao *centro*, mantendo a integridade do pleito e representando o governo imperial, estava o juiz de paz Tristão da Cunha e Souza. Tristão tinha, segundo ele mesmo declarou, nas vezes em que foi interrogado, 62 para 63 anos, era viúvo, proprietário, tinha nascido em Cachoeira do Sul, onde residia, e era também “amigo intimo do comendador **Fontoura**”.

As eleições eram um momento em que os indivíduos necessariamente tomavam uma posição, manifestavam de qual lado estavam e isso já de antemão pressupunha tensão. Expliquemos o porquê: não é difícil imaginar que os sujeitos fossem aparentados, vizinhos ou mantivessem algum tipo de vínculo, mesmo que fosse de negócios, contudo ficar em lados opostos deveria alterar essas relações. Não que no âmbito do mundo *paroquial* as redes parentais diversas deixassem de ter a finalidade de agregar aliados, mas a escala reduzida desta esfera (em termos espaciais e demográficos) fazia com que muitos dos – mesmo que ocasionais – adversários, tivessem afinidades familiares, mesmo que distantes.

Além disso, o cenário eleitoral não era exclusividade dos membros ilustres

¹⁸⁶ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Grifos nossos.

da elite, nele circulando indivíduos de estratos sociais diversos.¹⁸⁷ Tanto no dia da votação, quanto na etapa anterior, da qualificação eleitoral, elites e populares se cruzavam. Queremos dizer com isso que a alteração de ânimos se estendia à totalidade da população.

Cabe esclarecermos quem eram os votantes: eram os indivíduos que elegiam os eleitores, que por sua vez votavam nos deputados. Para que um indivíduo adquirisse o direito de ser votante ou eleitor, deveria passar por um processo de *qualificação*, onde seria verificado se tinha as condições para tanto. Isso tornava a *qualificação* um momento crucial e tenso. Ser qualificado era fazer parte de um seleto grupo de “*homens bons*”, escapando do epíteto de “gente sem qualificação”,¹⁸⁸ segundo Mattos, expressão usual no período.

A palavra chave de todo este processo de visibilidade e invisibilidade residia nos *processos de qualificação* pelos quais os interessados em participar das dimensões de cidadania de que trata Murilo de Carvalho deveriam passar. Conforme os dicionários do período de nosso interesse, “*qualificar a pessoa*” significava “*dar-lhe um ser, predicamento ou qualidade civil, e autorizá-la*”. *Qualificar* era prerrogativa de *homens de bem* que já haviam passado por estas instâncias de afirmação e que poderiam então, por sua vez, atribuir qualidades àqueles que requeressem tais privilégios. Vemos assim que a qualificação localizava o indivíduo, atribuindo suas posses materiais e simbólicas, emergindo-o do povo anônimo ao reputar-lhe uma determinada ação política, vedada a maioria.¹⁸⁹

Portanto, compreender o significado de ser qualificado como votante na sociedade oitocentista é fundamental para entendermos as “ações políticas” conforme os autores acima apontam. Com tais prerrogativas, os grupos de elites tinham o lugar assegurado, mas não somente estas outras frações da sociedade também estavam habilitadas a participar do processo eleitoral, o que a certa medida estabelecia relações horizontais e verticais, das quais trataremos mais adiante.

¹⁸⁷ Sobre as eleições no império, ver: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997. DIAS, Maria Odila. Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881. In: FREITAS (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998. KLEIN, Herbert S. A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, pp. 527 – 544.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, VARGAS, Jonas Moreira, SANTOS, Sherol dos, GUERRA, Sara Caumo. *Qualificando Votantes: o alistamento eleitoral no século XIX no litoral norte gaúcho. Teatro ou prática política cotidiana?* In: BARROSO, Vera. *Raízes de Capão da Canoa*. Porto Alegre: EST, 2004.

¹⁸⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 124

¹⁸⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, VARGAS, Jonas Moreira, SANTOS, Sherol dos, GUERRA, Sara Caumo. *Qualificando Votantes: o alistamento eleitoral no século XIX no litoral norte gaúcho. Teatro ou prática política cotidiana?* In: BARROSO, Vera. *Raízes de Capão da Canoa*. Porto Alegre: EST, 2004. O conceito de qualificação foi retirado pelos autores, de: SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813.

A qualificação em primeira instância exigia uma renda mínima e isso excluía os escravos e outras frações da sociedade. Por outro lado, permitia que uma parcela social, que estava longe dos padrões de proprietário também pudesse votar.¹⁹⁰ Libertos, crioulos que comprovassem renda mínima poderiam participar e esse foi o caso do réu Manoel Pequeno que, conforme declarou em seu auto de qualificação, era “trabalhador de campo e tem algumas reses de que trata”. Conforme uma testemunha, Manoel, ao se libertar, continuou “morando agregado da mesma fazenda” pertencente a seu ex-senhor, o Coronel *saquarema* Hilário Pereira Fortes. Ambas as afirmações demonstram que se por um lado havia restrições quanto ao direito de votar, por outro isso não impedia as camadas mais despossuídas de participar.

Isso vai ao encontro da afirmação de Vargas (2007), que as camadas de baixa condição social também se qualificavam em função de que a renda mínima anual era de 100 mil réis e isso ampliava o número de votantes aptos a participar dos pleitos eleitorais.¹⁹¹ Por um lado, havia o interesse também dos populares e dos setores médios em se *qualificar*, mas por outro, fazia parte do jogo político, cada liderança eleitoral conseguir cadastrar como votante um maior número de indivíduos de sua parcialidade.¹⁹²

Segundo a descrição das testemunhas, o assassinato ocorreu após uma confusão gerada pela identificação de um votante. Consideremos que o *reconhecimento* dos votantes era feito pela mesa eleitoral, que determinava se aquele que se apresentava para depositar a cédula era quem dizia ser ou não. Ou seja, os mesários tinham junto a si a Lista de Qualificação Eleitoral e chamavam os votantes individualmente, os quais vinham até a mesa depositar a cédula na urna eleitoral. Não era difícil saber o rumo das eleições, já que a maioria dos votantes era

¹⁹⁰ Até 1881 as eleições eram indiretas, necessitando de uma primeira qualificação que escolheria os aptos a atuarem como *votantes*. Estes votantes - eleitores de primeiro grau -, elegiam diretamente os vereadores municipais, juiz de paz local e os eleitores. Estes últimos, por sua vez, estavam aptos a votarem nos deputados e senadores. Segundo a lei de 1º de agosto de 1846, as juntas de qualificação deveriam ser organizadas por paróquia, presidida pelo juiz de paz mais votado nas eleições e seriam responsáveis pela organização de uma lista que deveria ser tornada pública. O voto era censitário, exigindo a comprovação de uma renda – não muito alta – de 200\$000 réis. Apesar das restrições aos assalariados (que não eram considerados portadores de renda – com exceção de algumas profissões) e da exclusão de mulheres e escravos, nas eleições de 1872, foram qualificados votantes cerca de 13 % da população livre (perto de um milhão de pessoas)”. (MOREIRA et alli, 2004).

¹⁹¹ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio grande do Sul (1868-1889)*. UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado], p. 135-136.

¹⁹² O caso de Manuel Pequeno é excelente para ilustrarmos as formas possíveis de passagem do status de escravos para o de dependentes livres. Veremos isso adiante. Processo crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860.

identificada a uma das parcialidades.

Segundo o Juiz eleitoral Tristão da Cunha e Souza, quem lia a lista conclamando os votantes era o Brigadeiro Portinho, luzia (liberal) como o comendador Fontoura. Depois de serem lidos de 80 a 90 nomes foi chamado um votante chamado Francisco de Tal e, segundo o Juiz, “como conheci ser aquele o próprio indivíduo da chamada, eu e toda a mesa não tivemos dúvida em receber o seu voto, o qual lancei na urna, porém nem assim foi bastante, porque sempre continuaram a questão cada vez com mais calor”. Parece-nos, pela narração de Tristão e Souza, que a verificação da identidade dos votantes poderia ser prerrogativa exclusiva da mesa eleitoral, o que não impedia que os circundantes opinassem. O cenário eleitoral, portanto, às vezes descambava para a atmosfera circense! Os integrantes da mesa eleitoral estavam cercados por tamanho número de *povo* que o acesso a eles era muito difícil, como podemos ver em alguns depoimentos, como o de Belizario Afonso Taborda, que declarou:

[...] que nenhuma dúvida havia entre os votantes, entre as parcialidades, porque todos circulavam a mesa sem a distinção de lados ou parcialidades, e tão reunidos se achavam em roda da mesa paroquial que difícil se tornava vir o votante chamado a entregar sua cédula, porque muitas vezes entregavam a outros que estavam por diante e assim de mão em mão vinham chegar ao juiz de paz.¹⁹³

Ao que parece, esta desavença pela identificação deste Francisco de Tal foi apenas o pretexto para que as ofensas previamente preparadas acontecessem. À medida que os votantes entregavam as cédulas ao Juiz Eleitoral para que fossem depositadas na urna, crescia a impressão de que os luzias iriam vencer as eleições. Segundo o negro liberal Zeferino Martinho da Cunha: “[...] finalmente disse que sabe que esses homens do partido dos réus presentes consideravam perdida a eleição a vista das cédulas recebidas e da pouca gente ao seu lado que estava para votar”.

Essa violência ocorrida em Cachoeira do Sul, ao contrário do que possamos pensar num primeiro instante, não foi um fato isolado, especialmente nos pleitos eleitorais, onde estavam em jogo uma série de valores materiais e, sobretudo, os simbólicos. O status do poder também possuía seu magnetismo e cooptava os indivíduos. Uma pequena mostra disso são os títulos nobiliárquicos e o pertencimento quase que obrigatório em uma ordem, ou patente militar, que os ocupantes de cargos públicos possuíam. Ser reconhecido como tal era um privilégio.

¹⁹³ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul

Portanto, mantê-lo requeria usar as mais variadas estratégias, e dentre elas os cargos políticos foram uma grande opção das elites para obterem e preservarem o poder de mando.

O próprio presidente da mesa paroquial eleitoral, durante as eleições de 1860 em Cachoeira do Sul, Tristão da Cunha e Souza, em ofício ao conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, sabia que muita coisa estava em jogo e temia pela segurança pública, expressando-se da seguinte forma:

Releve vossa senhoria que eu diga mais que aceitei a presidência da mesa por empenho de um e outro lado político, que me tendo por independente em suas questões, confiaram em meu caráter, mas isto mesmo não foi hesitação de minha parte, e só depois que tive a promessa que não haviam desagradados, porque sou homem velho, doentio e não sirvo para atos tumultuários, não porque receasse direta e pessoalmente, mas pela ordem pública [...].¹⁹⁴

Um estudo recente que mostra essas faces da política da província sulina em relação ao império brasileiro através de uma “nova história política” é o de Vargas (2007), no qual o autor discutiu as “táticas” elaboradas pela elite política como forma de se manter no poder, angariando votos e se utilizando de várias formas de cooptação. A violência, segundo o autor, era parte integrante do jogo eleitoral e fazia com *que* “às vezes, os próprios mesários recusavam-se a presidir os trabalhos alegando vários impedimentos”.¹⁹⁵ Deste modo, fica evidente o caráter de tensão que as eleições geravam.

Os ferimentos realizados no comendador Fontoura o levaram à morte um mês após, e faziam parte de um plano arquitetado por seus rivais políticos. Assim afirmava o juiz eleitoral, “em ato sucessivo [aos tiros] foi apunhalado por um liberto do Coronel Hilário de nome Manoel Pequeno”. Logo, ele acrescenta ter certeza “de que essa parcialidade do coronel Hilário, doutor Goulart e Ourique, trouxeram sicários para perpetrarem o crime premeditado de assassinar os chefes do outro partido, desde que conhecessem que perdiam as eleições”. Não podemos, e não devemos, nos deixar cair no engodo de uma ou outra parcialidade, apesar de admitirmos nossa sensibilidade com o brutal assassinato do comendador Fontoura. O processo criminal está repleto de informações, evidenciando que ambas as parcialidades tinham consciência da delicadeza do momento e se prepararam

¹⁹⁴ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul.

¹⁹⁵ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio grande do Sul (1868-1889)*. UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado].

devidamente para o potencial embate. A Matriz de Cachoeira estava repleta de indivíduos simpatizantes e adeptos de saquaremas e luzias, armados, nervosos e divididos estrategicamente em dois grupos distintos.

Os crimes, ocorridos na Igreja Matriz, no dia 8 de setembro de 1860, resultaram em uma única condenação, que foi a do escravo liberto Manoel pequeno, sendo o mesmo condenado à morte. Quanto aos demais coronéis, apesar de terem sido presos, apresentaram defesa por escrito e por fim foram despronunciados. Não é difícil de entender que abastados senhores de terras e escravos tenham sido inocentados, pois se tratava de uma sociedade com poucas oportunidades para a maioria da população. Poucos chegavam ao topo da hierarquia social e isso significava ter construído laços, horizontais e verticais. Essas estratégias eram fundamentais nos momentos de dificuldades, principalmente, pois iriam ser traduzidas em apoio político.

O doutor Pereira Goulart, quando foi preso, recebeu várias manifestações de apoio de amigos. Por exemplo, em novembro de 1860, Miguel Teixeira de Carvalho escreveu-lhe um bilhete dizendo que sentia “pesar pela prisão”.¹⁹⁶ No entanto, essas manifestações não se limitavam a palavras de consternação, iam além do mero apoio verbal, exteriorizavam que as respectivas parcialidades estavam mobilizadas.

Um exemplo disso é a correspondência encaminhada pelo cachoeirense Joaquim Francisco Ilha ao coronel João Damasceno dos Reis, datada de 10 de outubro de 1860. Nela, Ilha solicitou que o amigo coronel “influencie na despronúncia dos acusados”¹⁹⁷ (Doutor José Pereira Goulart, Coronel Hilário Pereira Fortes e Felizberto de Machado Carvalho Ourique).

No processo que investigou o assassinato do Comendador Fontoura, aparecem dois membros da família Ilha, ambos pertencentes à parcialidade dos conservadores. Um deles era Cândido Francisco Ilha, a quem o réu Vicente Fernandes de Siqueira,¹⁹⁸ imputado no processo por ter dado uma pancada na cabeça da vítima antes do esfaqueamento, teria entregado voluntariamente uma pistola que portava. Cândido, que testemunhou no processo, tinha na ocasião 27

¹⁹⁶ Arquivo da família Pereira da Silva. Carta de Miguel Teixeira de Carvalho ao José Pereira da Silva Goulart. Ano 1860

¹⁹⁷ Arquivo da Família Pereira da Silva. Carta de Joaquim Francisco Ilha ao Coronel João Damasceno dos Reis. A.1860. Infelizmente não nos foi possível obter mais informações sobre os autores dessas correspondências, mas de qualquer modo, servem para pensarmos as solidariedades dos integrantes dos *bandos*.

¹⁹⁸ Vicente Fernandes de Siqueira, em seu termo de qualificação, declarou ser filho de Evaristo Fernandes de Siqueira, 34 anos, casado e “atualmente não tem profissão”, brasileiro, natural desta cidade e alfabetizado.

anos, era solteiro, residente e morador no 1º distrito de Cachoeira do Sul e vivia da lavoura e de ser carreteiro. O fato de um dos agressores de Fontoura entregar-lhe pacificamente a arma, que era reivindicada por vários indivíduos, denota a subserviência deste a um membro da família Ilha.

Outra testemunha do caso, Domingos José Correa Pinto (de 40 anos natural desta província, casado, fazendeiro), disse em depoimento não ter ido naquele fatídico dia à Igreja, mas era:

[...] sua convicção que este acontecimento foi planejado por Felisberto Ourique tendo dele conhecimento os seus companheiros, e tanto assim que dias antes já eles [diziam] com antecedência [...] que haviam de vencer a eleição e levar os seus contrários a cacetes, propalando estas notícias o major **Bernardino Francisco Ilha** e Tenente **Jesuino** de tal, partidários e agentes de **Felisberto Ourique** e dos seus [...] ¹⁹⁹

Os três acusados de mandantes do crime ocorrido na Igreja Matriz, que foram presos e posteriormente despronunciados, eram membros eminentes e reconhecidos das elites locais. A prisão dos mesmos é um indício forte o suficiente para verificarmos a importância dada pelas autoridades provinciais ao caso. Mesmo que tenham sido posteriormente despronunciados, o fato de terem sido encaminhados à prisão, em condições que desconhecemos indica que a aplicação da justiça se não fosse efetiva, pelo menos deveria ser teatralizada. Não é comum encontrarmos membros da elite econômica e política ingressando como réus nas cadeias públicas, mas alguma satisfação deveria ser dada pela presidência da província. O Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão e o Chefe de Polícia Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, mesmo sendo ambos conservadores, tiveram que levar ao xadrez – pelo menos temporariamente – dois de seus aliados. A necessidade de satisfazer a *voz pública* e o receio de uma conturbação social generalizada compeliram as autoridades à ação. Por seu lado, as famílias Reis, Ilha e outras, representantes da parcialidade dos saquaremas, procuravam por seu lado a despronúncia dos réus, o que acabaram conseguindo.

Ao pensarmos essas questões, mais precisamente na morte do comendador Fontoura, como já viemos afirmando pessoa de prestígio ao nível provincial e na despronúncia dos coronéis acusados percebemos que havia um equilíbrio de forças locais. Isto é, se a sua morte em tais circunstâncias, mobilizou as autoridades

¹⁹⁹ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul. Grifos nossos.

provinciais, por outro lado a não punição dos acusados denotam que o poder dos *bandos* se contra balanceavam. No entanto, o que nos interessa aqui entender não é o fato policial em si, mas o papel que representavam os indivíduos envolvidos, especialmente os comerciantes.

Contudo, seguramente podemos afirmar que os envolvidos, tratando especificamente dos integrantes da mesa eleitoral, faziam parte de grupos da elite local (mercantil, econômica e política). As redes de relações em que estavam imersos demonstram uma trama perfeitamente amarrada. Para isso pensamos que neste momento devemos abandonar por momentos a cena do crime (por mais que nossa curiosidade *sádica* nos retenha) e recompor traços da trajetória da figura que mais se destacou na nossa consulta das fontes - o comerciante Antonio Vicente da Fontoura, ao qual temos utilizado, como *guia* no entendimento das experiências dos comerciantes provinciais.

3.2 COM SORTE NOS NEGÓCIOS: ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO COMENDADOR ANTONIO VICENTE DA FONTOURA

Em muitos momentos, durante este estudo, fomos surpreendidos pela presença, na documentação, do Comerciante Antonio Vicente da Fontoura, figura recorrente nas fontes por nós compiladas. Ele nos parece constituir o que o historiador Carlo Ginzburg²⁰⁰ chamou de “excepcional normal”, que nos permite através dos indícios deixados, traços importantes da sociedade em que construiu sua vida. Assim, o Comendador Fontoura:

[...] parece assim ilustrar o que podemos chamar de “*excepcional normal*”. Ele torna-se excepcional pela quantidade de pistas documentais que falam a seu respeito e que permitem que ele surja para nós de uma maneira quase palpável, materializando/corporificando trajetórias que caracterizaram indivíduos como ele. Nossa sensibilidade foi atizada pela possibilidade de uma aproximação com um personagem tão rico, mas a complexidade de sua excepcionalidade reside justamente nas luzes que ela projeta sobre as vidas de outros de seus pares [...] Assim [...] é excepcional, pois nos leva a compreender (e visualizar) um pouco melhor a normalidade da situação social de seus contemporâneos.²⁰¹

²⁰⁰ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. _____ *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. _____ *Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis*. A Micro-História e Outros Ensaios. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991: p. 183. REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²⁰¹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Lealdades Compartilhadas: Famílias Negras e Etnicidades no Espaço Urbano (Porto Alegre – Século XIX)* In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Leituras de História*

O comerciante Antonio Vicente da Fontoura nasceu no município de Rio Pardo no ano de 1807, filho do agrimensor e relojoeiro Eusébio Antonio da Fontoura, um português que veio para o Rio Grande do Sul, na tentativa da coroa portuguesa de demarcar os territórios rio-grandenses. A mãe Vicência Cândida da Fontoura, que faleceu posteriormente ao filho, no ano de 1861, teve declarado um modesto patrimônio de 1.500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), correspondente a uma morada de casas na vila de Rio Pardo. Contudo, esse pequeno patrimônio não foi dividido entre os herdeiros e passou diretamente para as mãos da Viúva do Comendador, dona Clarinda, em pagamento do que sua sogra devia ao casal. Vemos que mesmo de posse de uma grande fortuna a viúva não abriu mão do direito de cobrar a dívida, que deveria ser reconhecida como legítima pelos demais herdeiros.

Conforme relata em seu diário,²⁰² desde muito cedo, aos 15 anos, o comendador Fontoura foi trabalhar como aprendiz em uma casa de negócios na Vila de Rio Pardo (1822). Na década de 1820, se mudou para Cachoeira do Sul para trabalhar como caixeiro de um comerciante local. Ingressar no ramo comercial exigia o cumprimento de certas etapas de aprendizado profissional: notemos que, ainda jovem, Fontoura aprendeu o funcionamento de uma casa de negócios e depois, como caixeiro, deve ter tomado conhecimento com as rotas mercantis da província. Estava, portanto, preparado para ingressar autonomamente no comércio. No ano de 1829, abriu sua primeira casa de negócios, ano que também se casou com Clarinda Francisca Porto, irmã do Brigadeiro Portinho e parente do General Bento Manoel Ribeiro. Cabe aqui esclarecermos um pouco mais sobre o Brigadeiro Portinho e Bento Manoel Ribeiro.

José Gomes Porto, conhecido como Brigadeiro Portinho, como já foi dito, era comerciante e cunhado do comendador Fontoura. Natural de Cachoeira do Sul, teve destaque na Revolução Farroupilha e ocupou vários cargos públicos: Tenente Capitão (1837), Major (1838), General, Comandante da Guarda Nacional das comarcas de Cachoeira, Santa Maria, Caçapava (1848),²⁰³ Membro do Comando da

Cultural. São Paulo : HUCITEC, 2008.

²⁰² Este Diário foi publicado primeiramente em 1934 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e, posteriormente, transformado em livro no ano de 1984 sob o título de: Diário de Antonio Vicente da Fontoura, pelas editoras EDUSCS, Sulina e Martins Livreiro.

²⁰³ No processo de 1860 existem referências a influência de Portinho na Guarda Nacional. Segundo a contestação do Coronel Hilário Pereira Fortes a uma testemunha que disse ter ele dito que seu

Brigada da Guarda Nacional (1854), Comandante da 2ª Brigada e 3ª Divisão do Exército, deputado da Assembléia Provincial (infelizmente não possuímos essa data). Em 1851, participou da campanha contra Rosas e da campanha do Uruguai, em 1864. Ainda participou da Guerra do Paraguai (1864-1870). Recebeu o título de Brigadeiro Honorário do Exército Imperial (1858) e de comendador da imperial Ordem da Rosa (1878).²⁰⁴

A militarização da sociedade meridional fez com que as autoridades militares desempenhassem papéis de relevo. Por isso, as elites se empenhavam em ocupar cargos, seja diretamente ou através de algum familiar. Os militares, de uma postura de defesa do território, ao longo do século XIX, foram se afirmando como parte importante do poder estatal. Conforme Fertig (1998), os integrantes do exército com o poder de mando agiam muitas vezes em causa própria e isso gerava descontentamento na população que muitas vezes recorria às autoridades oficiais, denunciando o abuso dos integrantes do exército.²⁰⁵

Quanto a Bento Manoel Ribeiro, foi um dos comandantes da Revolução Farroupilha e ficou conhecido pela sua atuação ambígua. O general, em determinados momentos, lutou pelos exércitos farrapos e em outros defendeu os interesses do império brasileiro. Contudo, independentemente dessa posição *instável* durante o conflito, o que o tornou uma figura popular, teve uma trajetória militar bem sucedida, ocupando vários postos e participou de várias guerras e campanhas. Vejamos um pouco dessa inserção nas questões políticas e militares.

Nascido em 1783, em São Paulo (falecido em 1855), veio para o Rio Grande do Sul e em 1800 se alistou no exército no regimento de Milícias de Rio Pardo. Em 1813, recebia a patente de tenente e logo após participou da Guerra contra Artigas (Uruguai), Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra Cisplatina (1828), ainda lutou na guerra contra Oribe e Rosa (1851-52). O grande marco na carreira militar foi

partido ia ganhar fácil as eleições, retrucou que “antes essas propalações foram por muitas vezes ouvidas do próprio Brigadeiro Jose Gomes portinho, chegando a dizer que lhe dessem tapas na cara se ele perdesse as eleições, assim alguns dos parceiros do mesmo Brigadeiro Portinho, oficiais da Guarda Nacional, entre eles o capitão Antonio Adolfo da Fontoura era um dos que dizia que de todo o modo havia ele com seus parciais ganhar a eleição”. Sobre a importância simbólica e material de liderar a Guarda Nacional, ver: FERTIG, André Átila. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003. [Tese de doutorado]

²⁰⁴ SCHUH, Ângela Schumacher; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. *Cachoeira em busca de sua História*. Martins livreiro. Porto Alegre, 1991. p. 51-52.

²⁰⁵ FERTIG, André Átila. *Entre Súditos e Cidadãos: os suplicantes da Capitania do Rio grande de São Pedro no início do século 19 (1800-1815)*. Porto Alegre, 1998. UFRGS. [Dissertação de Mestrado], p. 70-71.

sem dúvida a sua participação controversa na revolução farroupilha, onde arranhou muitos desafetos.

A sua ligação com Antonio Vicente da Fontoura, como já dito, era de parentesco. O próprio comerciante afirmou isso em correspondência datada de 28 de janeiro de 1836, na qual reclama da posição do “comandante das armas” Bento Manoel Ribeiro da Silva. Na carta, Antonio Vicente reclama de um ofício escrito por Bento Manoel, no qual o mesmo se refere aos “anarquistas republicanos”, em referência aos farroupilhas. Isso deixou o comendador Fontoura escandalizado e indignado e por essa razão redigiu a carta. As palavras duras do comendador Fontoura, segundo ele próprio, não eram dirigidas ao “[...] comandante das armas, mas a um amigo, a um patrício a quem estimo. Sou com respeito de V. Exa. Parente e amigo”.²⁰⁶ O comportamento de um dos líderes farrapos era questionado enquanto uma atitude política, mas por outro lado era trazido para a esfera pessoal, uma vez que o comerciante Antonio Vicente da Fontoura frisava o parentesco entre ambos. Dito de outra forma, a esfera política a todo instante interferia na privada e vice-versa, eram relações que se complementavam.

O comendador Fontoura ocupou cargos públicos de vereador (1830 a 1832), Procurador Fiscal (1831), Juiz de Paz, Deputado da Assembleia Constituinte Farroupilha (Alegrete), e Major de Esquadrão e Legião. Ainda, Mediador da Paz, Coletor Geral, Chefe de Polícia em Cruz Alta (1839), Embaixador dos farrapos no Uruguai. Participou diretamente no tratado de paz entre a corte e os revolucionários.²⁰⁷

Na república farroupilha, o comendador teve papel fundamental, ocupando cargos de Ministro da Fazenda (1842) e sendo eleito no mesmo ano Deputado da Assembleia Geral Constituinte, obtendo no primeiro Distrito de Piratini a terceira maior votação (221 votos), abaixo apenas do Vigário Apostólico (223) e de Francisco de Sá Brito (223).²⁰⁸ Essa participação ativa na Revolução Farroupilha lhe rendeu laços de amizade e prestígio que perdurariam até o final de sua vida. As correspondências trocadas com os ex-líderes farrapos Domingos José de Almeida e Manoel Lucas de Oliveira denotam o prestígio que havia adquirido.²⁰⁹

Em 1860, passados, quinze anos do término da Revolução Farroupilha,

²⁰⁶ AHRS Anais do Arquivo Histórico do Rio grande do Sul. Vol., 8. A. 1984, p. 234-236- CV4505.

²⁰⁷ LAYTANO, Dante. *Guia Histórico de Rio Pardo: cidade tradicional do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Edição da Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979. Primeira edição de 1846 com o título *Almanaque de Rio Pardo*, p. 263-264.

²⁰⁸ AHRS Anais do Arquivo Histórico do Rio grande do Sul. Vol. 17, CV-7416 – 2005.

²⁰⁹ AHRS Anais do Arquivo Histórico do Rio grande do Sul. Vol.17 CV- 7575; CV-7579 – 2005.

Fontoura e Portinho eram referidos pelo ex-farroupilha Domingos José de Almeida, em carta a Manoel Lucas de Oliveira, da seguinte forma: “Nossos companheiros Portinho e Fontoura, me ofereceram tanta luz sobre fatos problemáticos de nossa revolução”.²¹⁰ Essa inserção nas questões militares e nos conflitos armados foram fundamentais, a nosso ver, na trajetória do comendador Fontoura, pois lhes possibilitou continuar a interferir em questões que iam além dos limites da Vila de Cachoeira, inserindo-o em um contexto amplo, da Província do Rio Grande do Sul.

Deste modo, é muito provável que essa interação com os outros locais, tenha lhe rendido não só prestígio, mas tenha viabilizado seus negócios. Outrossim, mesmo que seu patrimônio tenha sofrido alguma defasagem durante a guerra civil, percebemos em sua inserção posterior a 1845 que, mesmo participando do lado perdedor (os farroupilhas), aparentemente não teve problemas em continuar inserido favoravelmente em termos econômicos e políticos. Talvez justamente pela postura de Fontoura, no final da Revolução Farroupilha, ser a favor do acordo com o governo Imperial e de ter feito inclusive parte do grupo que dialogou com os *caramurus*, estas circunstâncias tenham facilitado a vida dele no pós 1845. Assim, uma das hipóteses de seu sucesso como negociante provém dessa condição, sendo também resultado desses vínculos, que devem ter favorecido seus negócios com os comerciantes de Porto Alegre, assim como dentro da própria vila de Cachoeira.

Como podemos perceber, o comendador Fontoura ocupou diversos cargos públicos, assim como postos militares, e isso lhe rendeu um nome reconhecido pelos seus contemporâneos, tendo muitas vezes servido de avaliador nos inventários *post-mortem*. O fato de ocupar cargos na câmara municipal e ser, ao mesmo tempo, um comerciante bem estruturado, fazia parte da mesma dinâmica, que funcionava muito bem, a julgar pela sua fortuna. Se lembrarmos que o mesmo não herdou nenhuma fortuna e que adquiriu um alto patamar, chegando a segunda maior fortuna do período, segundo os exames dos inventários *post-mortem* por nós analisados. Além do mais, manteve-se em meio à revolução, que atrapalhava o comércio, as dificuldades de transportes, e a sua própria ausência a frente do negócio, quando esteve no campo de batalha. As dificuldades que as guerras impunham, demandavam uma articulação muito maior, pois afetavam a dinâmica dos negócios.

As câmaras municipais, parte importante da administração pública provincial,

²¹⁰ AHRS Anais do Arquivo Histórico do Rio grande do Sul. Vol.17 CV- 7580.

eram a instância mais próxima aos indivíduos residentes distantes da corte. Seu papel era fundamental, tanto para o Império, que podia alastrar desta forma seus tentáculos, como para as elites locais, que não hesitavam em digladiar-se – às vezes até a morte – para garantir a ocupação dos cargos.

Deste modo, o que nos intriga é como foi possível manter um negócio estável durante trinta anos, considerando os percalços que a Província do Rio Grande do Sul esteve envolvida, especialmente no espaço de tempo em que atuou na atividade mercantil - 1829 a 1860. Mesmo que saibamos as limitações que existem para a ação individual, o caso do comendador Fontoura nos instiga a valorizar a sua habilidade não só em termos econômicos específicos, mas nas alianças que soube forjar ao longo da vida. Verificamos que, ao longo desse espaço temporal, Fontoura ascendeu ao topo de seu grupo socioeconômico. Vejamos a seguir alguns dos pólos de atração que mantinham esses indivíduos conectados.

3.3 O BARÃO E AS ALGAZARRAS PAROQUIAIS: DISPUTAS E SOLIDARIEDADES ENTRE IGUAIS

A reconstituição da história dos grupos e de seus componentes requer compreender o jogo social que, segundo Chartier, “não tem existência própria, salvo os jogadores que o jogam, mas corolariamente, o comportamento individual de cada um dos jogadores é regulado pelas interdependências acarretadas por essa formação ou figuração específica que é o jogo de cartas”.²¹¹ Em outras palavras, o jogo social é fruto das interações entre os indivíduos e disso resulta a ação destes.

Com isso, entender as ações dos indivíduos e suas estratégias de ação é, sobretudo, perceber as suas relações e os vínculos que possuíam. É o que buscaremos apreender aqui, ou seja, parte da dinâmica desse grupo de elite, pois, se por um lado temos uma elite comercial, ela também era parte da elite estancieira e política, por isso nossa opção por elites no plural. Embora devamos ter sempre em mente que entre o grupo dos comerciantes havia subdivisões e uma variedade de escalas patrimoniais.

Nesse sentido ainda, os estudos sobre os grupos sociais nos permitem, segundo Charle (2007) “reconstituir o jogo da antiguidade social, das redes

²¹¹ CHARTIER, Roger. Formação Social e Economia Psíquica: a sociedade da corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbet. *A sociedade da Corte- investigação sobre a Sociologia da realeza e da Aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p. 14

familiares, que influenciaram sua visão de mundo e que não são redutíveis a determinismos puramente econômicos”.²¹² Portanto, embora o fator econômico tivesse importância, não era o único que influenciava a ação das elites. Outros fatores também contavam, como o parentesco e amizade.

Ao pensarmos essas interações entre os indivíduos, parece-nos profícuo a utilização do processo crime que resultou na morte do comendador Fontoura. Além de ser um momento de tensão, acreditamos possa jogar luz sobre a teia de relações nas quais estavam envolvidos os indivíduos que o protagonizaram, em especial os comerciantes de elite.

Primeiramente, vamos tentar saber um pouco mais sobre os personagens envolvidos diretamente no conflito, que atuaram diretamente no teatro das eleições. As vítimas e os mandantes, os feridos e os presos respectivamente, que se envolveram na Igreja matriz, no dia 8 de setembro de 1860. Sobre o nosso guia, o comendador, acreditamos, já termos exposto dados suficientes e seria redundante retomarmos a exposição.

Iniciemos por um dos indivíduos pertencentes à facção²¹³ saquarema. O coronel Hilário Pereira Fortes, quando foi preso, em seu auto de qualificação, disse ser fazendeiro e morador da vila. Também contou que o escravo acusado de ferir o comendador Fontoura – Manuel Pequeno - fora seu escravo e havia se libertado. Podemos confirmar a veracidade de tais informações analisando o inventário de seu pai, José Pereira Fortes, falecido em 1850, onde consta que Hilário Pereira Fortes, recebeu de herança paterna “o escravo Manoel, crioulo de 37 anos”. O estancieiro José Pereira Fortes era proprietário de terras, (uma fazenda em Cachoeira e outra em Alegrete) mais de 2000 reses de criar animais e 19 escravos.²¹⁴ Os seus 10 herdeiros, dentre eles o coronel Hilário, haviam recebido “100 reses de criar” como adiantamento da herança.

O outro envolvido era Felisberto de Carvalho Ourique, que declarou, conforme o escrivão, que; “resido em minha fazenda do lajeado”. Podemos observar através de seu inventário, datado de 1862, ser proprietário de 9 escravos, terras e animais, e sua fortuna fora avaliada em mais de 26 contos de réis (£ 2.960,00), uma

²¹² CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (org). *Por uma história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 32.

²¹³ Utilizaremos facção com o mesmo sentido de bando ou de grupo constituído por indivíduos que se empenhava em manter a hegemonia em determinado campo.

²¹⁴ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.9, N. 140, A. 1850. APRS.”

fortuna considerada média em relação aos demais inventários. O estancieiro também deixou 12% em dívidas passivas e entre elas aparecem “despesas com advogado”, e que se refere a sua defesa no processo crime do qual foi acusado.²¹⁵

O terceiro réu foi o doutor José Pereira Goulart, médico de Cachoeira e proprietário de terras, animais e escravos, que desde 1845 aparece constantemente nas atas da câmara de vereadores.²¹⁶ O doutor Goulart foi vereador por várias legislaturas e construiu uma sólida carreira política. Temos em seu inventário vários recibos, referentes ao pagamento de honorários médicos por serviços prestados ao poder público,²¹⁷ e outras vezes consta das dívidas ativas de falecidos, também por serviços médicos prestados.

A disputa eleitoral na Igreja Matriz, naquele *fatídico* 8 de setembro, levou à morte o comendador Fontoura. Outro integrante do *bando luzia* era o brigadeiro José Gomes Portinho, como já dito, seu cunhado, o qual, tal como o comendador, construiu uma carreira política de destaque, participante ativo da Revolução Farroupilha, da campanha contra Rosas em 1851, da campanha do Uruguai em 1864 e lutaria em defesa do império brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-1870) que denota uma trajetória militar e política acentuada. Além disso, o brigadeiro era comerciante e proprietário de terras, estas em parte recebidas por herança de seu pai José Gomes Porto,²¹⁸ que era também proprietário de terras e escravos.

Tristão da Cunha e Souza Sobrinho, que foi vítima de um tiro no braço, era também um dos integrantes da facção Luzia, ou seja, pertencente ao partido liberal. Pressupomos isso baseados nas dívidas do comendador Fontoura, em que ele aparece relacionado entre os devedores do mesmo. Existia uma relação de negócios entre ambos, o montante devido era de £ 227,59, quantia considerável, pois muitos inventários tinham como monte partilhável números inferiores a estes. Assim, é possível apontar uma relação de confiança, o que deveria se refletir, por exemplo, no campo político. A abertura de seu processo de inventário, no ano de 1865, revelaria que o mesmo não havia tido muito sucesso em seus empreendimentos, uma vez que suas dívidas passivas superavam, em muito, o valor de seus bens. Para se ter uma ideia do endividamento, o montante total era de £ 640,66, enquanto que o passivo era de £1206,30, isto é: o montante cobria apenas

²¹⁵ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M142, N. 249, A. 1862. APRS”

²¹⁶ AHCS - Atas da Câmara municipal de Cachoeira do Sul.

²¹⁷ Documentos de Despesas da Câmara Municipal Cachoeira do Sul Ano 1859- AHCS

²¹⁸ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Crime e Civil: M.2, N. 32, A. 1859. APRS.”

53% das dívidas, restando assim 47% do saldo devedor em aberto.²¹⁹

Nessa trama de solidariedades e antagonismos, temos a figura do presidente da mesa paroquial, Tristão da Cunha e Souza, que tinha (segundo sua própria declaração) a aprovação dos dois lados, por sua suposta neutralidade. Em seu interrogatório afirmou ser proprietário de uma chácara e provavelmente nestas terras tinha sua criação de gado, já que temos o registro na Câmara Municipal de Cachoeira de sua marca própria.²²⁰ E mais, disse ser “amigo íntimo do comendador Fontoura” e que com o “barulho” saiu ferido com um dos tiros “*seu* sobrinho e afilhado tenente Coronel Tristão Sobrinho”. Com isso percebemos que a suposta isenção do presidente da mesa tinha limitações, afinal, possuía um vínculo de parentesco e compadrio com um dos lados.

O outro personagem que teve destaque no tumulto foi o liberto Manoel Pequeno, referido por todas as testemunhas como quem deu as punhaladas no comendador Fontoura, a mando dos coronéis (Hilário Pereira Fortes, Doutor José Pereira da Silva Goulart e Felizberto Ourique de Carvalho). Este disse se chamar Manoel Francisco, igual a seu pai, ser casado com Rita Maria da Conceição, liberta que foi escrava da mãe de seu senhor, tinha 47 anos e havia comprado sua liberdade pagando 25 onças ao seu senhor. Manuel negou ser o autor das facadas e alegou várias coisas, entre elas o fato de que “se tivesse feito o que dizem, havia de declarar com tranqüilidade, e que seu único crime pode ser o de ter caído sobre a mesa, empurrado pelo povo na ocasião do barulho e quando se ía levantando foi que recebeu a cadeira pela cara”. Apesar de ser apontado pela grande maioria dos presentes como o ofensor do comendador, em nenhum momento hesitou e assumiu a culpa. Contudo, a seguir trataremos com maior acuidade dessa questão.

Além dos envolvidos diretamente, temos o delegado de polícia, que era Francisco de Loretto Carvalho e Silva, comerciante casado com Guilhermina Francisca de Loretto e Silva, falecida em 1864 e sobre a qual já nos referimos neste trabalho. Relembremos que ela possuía a quarta maior fortuna entre os grandes comerciantes: dois armazéns, um na Vila e outro na colônia. No ofício enviado ao chefe de polícia da Província, o delegado se justificava pelo motivo de ter suspenso a patrulha para manter a ordem no momento da eleição, por solicitação do coronel Hilário Pereira Fortes, com o inusitado argumento de ser “a bem do sossego e

²¹⁹ “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.15, N. 279, A. 1865. APRS.”

²²⁰ AHCS - Livro de Registros de marcas e signos de criadores. Cachoeira do Sul. A.1851

ordem”, e que não carecia “tais patrulhas e nem a guarda”. Este episódio afirma, por um lado, o poder do coronel Hilário, por outro, aponta para a tendência do delegado de apoio ao partido conservador.

O cargo de delegado de polícia, de exclusiva nomeação do chefe de polícia (que por sua vez era nomeado pelo Imperador),²²¹ permitia ao comerciante Francisco de Carvalho e Silva a sua inserção privilegiada, tanto em redes sociais horizontais como verticais. Significava ter acesso privilegiado junto ao presidente da Província e, ao nível local, se envolvia na nomeação de funcionários, como subdelegados, inspetores de quarteirão e policiais. Portanto, ter o delegado de polícia como aliado era importante para as elites, porque ajudava no estabelecimento de relações verticais, uma vez que esta autoridade tinha influência direta nos recrutamentos. Assim, quando alguém não desejava o recrutamento de algum protegido ou pretendia punir com a disciplina militar algum desafeto, recorria à influência do delegado.²²² Com isso, o delegado era peça chave não só nessas redes verticais mas também nas relações horizontais. Quando a elite se metia em confusão, ninguém melhor do que o chefe da polícia local para intermediar os conflitos e “arranjar as coisas”. O delegado Carvalho e Silva, a pedido do Coronel Hilário, desfazendo as tropas que seriam encarregadas de fazer a segurança nas eleições, serve-nos como um bom exemplo da importância estratégica de possuir aliados em postos da esfera paroquial como este.

As manobras políticas, entre elas as “algazarras”, eram as mais variadas e, às vezes, premeditadas, como mostra a correspondência do Barão de Quarahim²²³ às vésperas da eleição.²²⁴ Pedro Rodrigues Chaves, o Barão, portador de um vasto

²²¹ A respeito ver o Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, que organizava a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841.

²²² Na segunda metade do século XIX cresce a importância da força policial como agente de controle social. A respeito, ver o segundo capítulo de: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o Deboche e a Rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993. [Dissertação de mestrado].

²²³ Pedro Rodrigues Chaves, foi magistrado, estudou 3 anos em Coimbra e concluiu os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo; ainda foi Juiz de Direito no Rio grande do Sul, além de ter sido jornalista, estancieiro e político, Vice-presidente da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense em Rio Grande em 1835 e deputado provincial no Rio Grande do Sul no mesmo ano. E mais foi embaixador no Uruguai de 1838 a 1839 e nos Estados Unidos em 1840. Ministro de Estado, presidente da província da Paraíba (onde foi vítima de atentado) e senador do Império do Brasil de 1853 a 1866. Agraciado como comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo. Nomeado barão de Quarahim em 1855. Casou-se com Maria José Machado Chaves e tiveram uma filha, Maria José Fernandes Chaves, que foi casada com Antônio Clemente Pinto Filho, primeiro barão de São Clemente, e mãe de Antônio Clemente Pinto Neto, segundo barão de São Clemente.

²²⁴ Este documento nos foi gentilmente cedido por Mario Franklin Cunha Gastal, o mesmo pertence ao arquivo da Família Pereira da Silva e, infelizmente, não possui data, mas pelo teor supomos ter sido confeccionado na véspera das fatídicas eleições de 1860.

currículo, transitou no meio político local, provincial e imperial. Além disso, foi estancieiro em Rio Pardo e chefe do partido conservador. Era irmão do presidente deposto da província do Rio Grande do Sul no início da Revolução Farroupilha, Fernandes Braga. A missiva era endereçada ao doutor José Pereira Goulart, um dos acusados de ser mandante dos atentados de 1860. Nesta correspondência, assim se expressava o Barão: “penso que é indispensável que eu assista à eleição [...]a vista da grande influência dos contrários”. Notemos que, como declaramos anteriormente, existia a forte impressão de que os liberais iam ganhar as eleições. A preocupação do Barão com as eleições, denota a importância de ter o poder local nas mãos a qualquer custo.

Personalidade de projeção nacional, mas nem por isso despreocupado com as lides políticas paroquiais, o Barão mandou instruções muito diretas e tomamos a liberdade de transcrever o documento na íntegra:

Não sei se aí já terão chegado uns artigos adicionais às instruções para recebimento das cédulas na apuração dos votos nas Mesas Paroquiais. Eu os envio por cópia. Como são de moderna data pode ser que passem despercebidos e disso se poderá tirar vantagem. Na ocasião da apuração, V. S. deve requerer que não sejam contadas as cédulas, quero dizer, que não sejam apuradas as que não estiverem fechadas na forma dos citados artigos adicionais. É provável que não seja atendido e, neste caso, faça protesto, não só descrevendo essa falta como todas as mais que houver, não esquecendo as violências com a guarda nacional, que é natural que haja, e quando não queiram inserir na ata remetam-se ao presidente da Província, requerendo que, além de remeter aos poderes competentes, por sua parte faça responsabilizar a Mesa e os autores dos abusos. É preciso não cair na mesma falta de irem abertas as cédulas dos amigos de V. S. O protesto deve ser assinado pelo maior número de cidadãos que possa ser. Talvez conviesse que, no ato da denegação do protesto, houvesse algazarra e não se deixasse ir avante uma eleição viciosa. Os seus adversários contam muito com a sua paciência e por isso são audazes e fazem o que querem. Meçam as suas forças, resistam e não há melhor ocasião que a eleição. Qualquer agitação que haja há de necessariamente chamar a atenção do governo e da maior importância ao partido. A coragem e a energia assim como elevam os homens, elevam também os partidos. Continue V.S. com ânimo na sua tarefa e não confie de Deus, como faz o Teixeira e o Godoy, o que se pode conseguir dos homens (Cada vez mais prezo ser de V.S. Amigo e Criado – Barão de Quarahim).

Em 1860, o remetente da missiva acima era senador do império, membro do partido conservador. O documento acima era remetido ao doutor Pereira Goulart, afiliado do mesmo partido do senador e, convenientemente, membro da mesa eleitoral de 1860. O Barão havia encontrado uma saída conveniente e *legal* para que o processo eleitoral fosse interrompido. Conforme podemos ver acima, os artigos adicionais esclareciam a necessidade de que as cédulas a serem depositadas na urna fossem entregues pelos votantes lacradas. A estratégia do Barão, então, consistia em usar o costume que existia de que os votantes entregassem, e fossem

aceitas, cédulas abertas. Para que este estratagema desse certo, entretanto, os votantes da *parcialidade* saquarema precisavam previamente ser alertados de que deveriam levar suas cédulas fechadas, afinal: “É preciso não cair na mesma falta de irem abertas as cédulas dos amigos de V. S.”.

Mas a estratégia do Barão tem seqüência com a sua aparente constatação de que esta tática de denunciar as cédulas abertas não seria muito frutífera. Talvez o próprio Barão de Quarahim considerasse este argumento frágil ou ponderasse que a formação da mesa eleitoral de Cachoeira do Sul, em 1860, pendia mais para o lado *luzia*. Realmente, a facção liberal estava muito bem representada, com duas personalidades de muito prestígio – o comendador Fontoura e o Brigadeiro Portinho. Além disso, como vimos, o Juiz Eleitoral Tristão da Cunha era amigo íntimo e simpatizante do lado *luzia*.

Contando com a *denegação* do protesto – seja pela fragilidade do pretexto ou pela maioria liberal na coordenação eleitoral -, o Barão recomendava ao doutor Goulart que fizesse então *algazarra*. O caso deveria ser levado ao conhecimento e a órbita de influência do presidente da Província.

Isso demonstra que mesmo tendo um título nobiliquárquico e ligações diretas com o poder imperial, o Barão continuava com interesse na política local. Indivíduos como o Barão do Quarahim, conforme Vargas (2007) serviam de *mediadores entre a paróquia e a corte*.²²⁵ Mas para ocupar tal papel era imprescindível ter um vasto currículo como o do Barão, e carecia essencialmente ter cursado Direito. Os indivíduos com tais *qualidades* estavam aptos a defender os interesses localizados, bem como estavam preparados para circular entre a nobreza da corte. Poderia ser parte de uma estratégia investir em um filho para alçar carreira política e obter prestígio.²²⁶

O clima das eleições paroquiais de 1860, sem retirar as especificidades locais, sofria muita influência do que ocorria no Império como um todo. Desde 1852, com o Gabinete do Visconde de Itaboraí, os conservadores mandavam no Conselho de Ministros Imperial, e dali só saíam após o Gabinete do então Marques de Caxias (02.03.1861 a 24.05.1862).²²⁷ No ano do assassinato do Comendador Fontoura, o poder estava nas mãos do gabinete conservador do Barão de Uruguaiana, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, figura que conhecia a província de São Pedro, pois foi

²²⁵ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio grande do Sul (1868-1889)*. UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado].

²²⁶ Ibid, p. 256.

²²⁷ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Presidente da mesma de 16 de outubro de 1857 a 22 de abril de 1859.²²⁸ Aliás, o sucessor de Ferraz na presidência da província sulina foi, justamente, Joaquim Antão Fernandes Leão.²²⁹

Assim, a *algazarra* que o Barão de Quaraím solicitou que os de sua *parcialidade* fizessem em Cachoeira do Sul, tinha a finalidade de *chamar a atenção* do governo provincial, convenientemente afiliado ao partido conservador.²³⁰ Os indivíduos não tem completo controle das conseqüências de seus atos sociais já que, conforme Norbert Elias muito bem nos mostrou, as configurações sociais são marcadas pela interdependência entre as pessoas, onde “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas, constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil”.²³¹ Talvez, na realidade, não fosse o assassinato do comendador Fontoura, em 1860, uma *crise anunciada*, como dissemos no início do capítulo, parafraseando o famoso livro do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez.²³² Depois do crime parece que o acontecido reveste-se de inevitabilidade, mas para os contemporâneos provavelmente não foi assim. O risco de usarmos expressões como *cenário* é que os leitores podem ter a impressão de que os atos que nele se engendram respondem a um roteiro fixo previamente acertado. Mas são vários planos e ações individuais colocados em ação simultaneamente e um leque de desfechos potenciais se anunciam. Conforme Elias escreveu, quando falava da relação entre cultura e indivíduo:

Só a conscientização da **autonomia relativa dos planos e ações individuais** que se entrelaçam, da maneira como o indivíduo é ligado pela vida social a outros, permite uma compreensão mais profunda do próprio fato da individualidade. A coexistência de pessoas, o emaranhado de suas intenções e planos, os laços com que se prendem mutuamente, tudo isso, muito longe de destruir a individualidade, proporciona o meio no qual ela pode desenvolver-se. Estabelece os limites do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, lhe dá maior ou menor raio de ação. O **tecido social**, nesse sentido, forma o substrato a partir do qual e para dentro do qual o indivíduo gira constantemente e tece suas finalidades na vida. Esse tecido e o curso real de sua mudança como um todo, porém, não são obra da intenção nem do planejamento de ninguém.²³³

²²⁸ Relatório do Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura em 5 de novembro de 1858. AHRS – A 7.06.

²²⁹ Isso, é claro, sem contar a presidência interina de Francisco de Assis Pereira Rocha, que durou 12 dias, entre 22.04.1859 e 04.05.1859.

²³⁰ Mais adiante, em 24 de maio de 1862, os liberais retornam ao poder com o Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

²³¹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizatório*. Volume 2. *Formação do estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993: p. 194.

²³² MARQUES, Gabriel Garcia. *Crônica de uma Morte Anunciada*. Rio de Janeiro, Record, 1981.

²³³ ELIAS, op. cit., p. 289. Grifos nossos.

Era um momento de crise, de tensão, de disputa acirrada entre saquaremas e luzias, em que a *algazarra*, o *tumulto* eram recomendados como arma política legítima por um senador do Império. Mas talvez a cena de sangue no interior da Igreja Matriz não precisasse ter acontecido e mesmo sua ocorrência assustou ambos os lados – não se assassinava impunemente um indivíduo com o currículo e com as relações do comerciante Antonio Vicente da Fontoura.

O doutor Pereira Goulart e o Barão do Quarahim eram amigos e ambos políticos conservadores, contrários aos liberais, em que o comendador Fontoura e o Brigadeiro Portinho eram “chefes”, portanto inimigos políticos declarados, mas nem sempre fora assim. Em determinado momento da trajetória, o comendador Fontoura e Jose Pereira da Silva Goulart foram compadres, um parentesco espiritual. Percebemos isso através da análise de algumas correspondências trocadas entre eles. As correspondências entre os dois tratam principalmente de empréstimos feitos pelo Doutor Pereira Goulart a Fontoura e datam do período de 1847 a 1854.²³⁴

Mas armar confusão não era somente *privilégio* do Barão de Quarahim, outros participantes também tinham a intenção de fazê-lo. Segundo o depoimento do liberto Manoel Pequeno, em que declarou que houve a orientação por parte dos conservadores de que “votantes que deviam ir todos prevenidos para a igreja, porque o partido do **Fontoura** ia perder a eleição e tinham combinado dar um assobio para romper tiros e haver desordem”.²³⁵ Portanto, havia uma estratégia, caso o resultado da eleição fosse contrário aos interesses de um ou de outro bando. Dizemos isso porque o que temos como análise são elementos que nos permitem visualizar principalmente um dos bandos, uma vez que ocorreu um crime.

Em fevereiro de 1852, o comendador Fontoura escreveu ao doutor Pereira Goulart “remeto as 12 onças que fez-me o favor de emprestar em novembro do ano findo”.²³⁶ Com isso, podemos observar que havia entre eles seguramente uma relação estreita, pois no mesmo ano, no mês de novembro, saldada a dívida anterior, o comendador retornava a escrever ao *amigo* e *compadre*, solicitando o empréstimo de 15 onças para posterior pagamento.

Além disso, as boas relações são confirmadas pelo conteúdo de outra carta que o Barão de Porto Alegre enviou ao Doutor José Pereira da Silva. No documento confirmava seu apoio à candidatura do doutor Goulart, que fora indicada pelo

²³⁴ Arquivo da Família Pereira da Silva.

²³⁵ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul, Grifos nossos.

²³⁶ Arquivo da Família Pereira da Silva. Carta do Comendador Antonio Vicente da Fontoura ao Doutor José Pereira da Silva Goulart. Ano 1852

Comendador Fontoura e o Brigadeiro Portinho.²³⁷ Pensamos que estes exemplos são ilustrativos de que em determinado momento os indivíduos, de acordo com os interesses se aliavam, mas que essas alianças poderiam ser desfeitas a qualquer momento, isto é, eram instáveis, necessitavam constantemente ser reiteradas e, caso não o fossem, como neste caso, tendiam a se desfazer. Embora não possamos saber de fato porque a amizade se transformou em inimizade, é possível à hipótese de o desfazimento ter sido por razões políticas ou interesses econômicos. Dito de outro modo, os interesses levam os indivíduos a agir estrategicamente e nessas estratégias estão inclusas as relações sociais.

As autoridades imperiais parecem assustadas com a violência deflagrada pela *febre* política entre as duas parcialidades ou partidos. Como já afirmamos, a gangorra partidária, movimentada pelo imperador tinha a finalidade de evitar atritos políticos excessivos e manter o pacto de que fala Uricocheia,²³⁸ entre o governo imperial e as elites locais.

As documentações eclesiásticas nos permitem verificar as redes formadas pelos parentescos e compadrios, mas isto não nos permite perceber toda a complexidade do social. Os compadrios não garantiam por si só as alianças políticas, não blindavam as relações contra as tão corriqueiras disputas e desentendimentos. Os recursos – terras, cargos políticos – não são inesgotáveis e ilimitados, pelo contrário os acessos aos mesmos demandam que dão instabilidade e incerteza ao campo político. Em certo grau, as elites disputavam esses recursos entre si e por isso as tensões eram constantes. Qualquer indício que apontasse para a perda desse acesso aos recursos era rapidamente assimilado e novas estratégias postas em prática.

Convém deixar claro que a utilização do diário como fonte apresenta alguns problemas. Os dados produzidos por esse tipo de documentação, não são involuntários e nos chegam com o conteúdo evidentemente filtrado. Dito de outro modo, o autor relata o que supõe lhe será útil e interessante, oculta os detalhes os quais considera desabonadores. Os indícios, de certa forma, refletem a visão de que os indivíduos têm de si mesmos e de mundo. Embora todos os documentos,²³⁹ de

²³⁷ Arquivo da Família Pereira da Silva. Carta do Barão de Porto Alegre ao Doutor José Pereira da Silva Goulart. Ano 1852

²³⁸ URICOCHÉIA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado Patrimonial Brasileiro do século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

²³⁹ Estamos nos referindo a outros tipos de registros como: inventários post-mortem, testamentos, registros de batismo, processos criminais, atas e demais documentações das câmaras municipais entre muitos outros.

certo modo, também sejam elaborados pensando na posteridade, acreditamos que nos diários esta característica seja mais acentuada, por se tratar de uma quase autobiografia. No entanto, isso não pode impedir o historiador de utilizá-lo como fonte, pois considerados os problemas que apresenta, o documento pode ser de grande auxílio na reconstituição do passado.

O compadrio não era pré-requisito imutável para a permanência dos indivíduos num mesmo bando. Assim como consideramos que os inventários se constituem como um documento deficiente em dinamismo, pois apresenta uma *fotografia* da vida dos indivíduos no momento de sua morte, algo parecido ocorre com os registros de compadrio. Encontrar um registro de batismo ou casamento em que indivíduos se unam em uma relação de compadrio nos fornece uma informação importante, porém datada – em um determinado momento, aqueles indivíduos estiveram próximos o suficiente para investirem no estabelecimento de um *parentesco simbólico ou fictício* entre eles.²⁴⁰ Mas esses laços não eram necessariamente eternos e podiam ser quebrados ou desrespeitados, mesmo que saibamos a importância do apadrinhamento na sociedade colonial e oitocentista. Quando, de alguma forma, estes laços ferissem outros interesses, de um ou outro poderiam ser relegadas a um segundo plano. As solidariedades e antagonismos eram as duas faces da mesma moeda.

Uma relação de inimizade clara era a que existia entre o comendador Fontoura e o Coronel Hilário, eram no declarar das testemunhas depoentes, independente da facção a que pertencessem, “de partidos contrários” ou “duas parcialidades”. Portanto, o desafeto era de ordem política e familiar, como afirmou a testemunha acima citada José Henrique de Carvalho, contudo, não foi possível observar nenhum ponto de convergência entre os líderes dos dois partidos. Os desafetos cultivados ao longo do tempo se encaminharam a situações de extrema violência.

A família Fontoura possuía fortes laços de parentesco com a família Gomes Porto, como já dito, e esses vínculos faziam parte de uma estratégia familiar de fortalecimento do poder local. Se observarmos durante todo o período aqui estudado, a figura do comendador Fontoura esteve atrelada, de alguma forma, a do Brigadeiro Portinho. Os dois comerciantes, desde a Revolução Farroupilha, são

²⁴⁰ Sobre apadrinhamentos e compadrios, ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz Ed./ EDUSP, 1984.

citados como parceiros nas questões econômicas e políticas sobre as quais possuímos dados. Os documentos revelam uma atuação sincronizada e os vestígios não deixam dúvida quanto à existência de uma forte aliança.²⁴¹

Mas a julgar à primeira vista, temos a impressão que havia dois *bandos*, duas *parcialidades políticas* em disputa, de um lado chefiavam os comerciantes e de outros os fazendeiros. Mas ao contrário, se olharmos atentamente, perceberemos que isso não é bem assim.

As personagens secundárias da cena criminal nos revelam que havia outros envolvidos pertencentes à elite comercial, embora não estivessem sentados a mesa paroquial. Quando da prisão do liberto Manoel Pequeno, este declarou que Miguel Barcellos, a mando do Coronel Hilário Pereira Fortes, foi quem o trouxe para votar e “lhe entregou a cédula”. Mais adiante, em nova referência, é novamente citado Miguel e seu irmão Isidoro de Barcellos, ambos filhos do comerciante David José de Barcellos. No dia das eleições, os *saquaremas* permaneceram hospedados até o final da eleição na casa do próprio Miguel.²⁴²

Assim, os bandos ou parcialidades que dividiam e se atritavam na cena política-eleitoral de Cachoeira do Sul, nesta segunda metade do século XIX, tinham suas cúpulas formadas de indivíduos de uma mesma base socioeconômica, ou seja, eram compostas de indivíduos cuja riqueza residia, principalmente, no comércio e na produção pecuária, existindo em muitos casos a diversificação de investimentos nestas duas áreas em conjunto. Assim, não era uma luta entre comerciantes contra fazendeiros, até porque um grupo necessitava do outro em uma relação de extrema simbiose. Ao que nos parece, estes grupos eram formados de famílias, representadas por alguns indivíduos de prestígio, que procuravam assegurar para os seus o acesso a recursos diretos. E, no acesso a estes recursos, necessitavam garantir representação prioritária na esfera pública.

Não que não existissem rivalidades condicionadas pela concorrência econômica. Se considerarmos, por exemplo, que o comendador Fontoura possuía um armazém localizado na Rua 7 de setembro, constataremos que ele tinha como seu vizinho a casa de negócios de David de Barcellos. Também na mesma rua funcionava a casa de negócio de Dona Guilhermina Francisca Ilha, casada com o

²⁴¹ Sobre essas alianças de compadrio e amizades, que contém as mais 800 páginas do processo crime que analisamos, tratamos aqui apenas das que interessam aqui nesse trabalho. Contudo os vestígios não se esgotam nos aspectos trabalhados nessa dissertação existe a possibilidade de aprofundar o tema através de novas problemáticas, que dêem conta de usufruir da riqueza do documento.

²⁴² Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul

delegado Carvalho e Silva. Estes desafetos políticos possuíam seus comércios muito próximos, o que por certo fazia deles, em primeira instância, concorrentes.

Com isso, observamos que as redes são eficientes, na medida em que servem para ocupar espaços e assegurar a esses defuntos afortunados boas posições na esfera pública e privada. Neste caso, apesar das elites terem suporte econômico e social homogêneo, se diferenciavam na esfera política. Portanto, talvez o melhor observatório para se visualizar as parcialidades em ação seja o cenário eleitoral, onde as diferenças parecem se materializar e os grupos tomam posições evidentemente antagônicas. Agora entendemos uma das frases escritas pela pena do Barão de Quarahim: “Meçam as suas forças, resistam e não há melhor ocasião que a eleição.”

Ao prestar depoimento, o *agenciador* José Henrique Pereira de Carvalho (30 anos, natural desta província) provocou a objeção irada do réu Felisberto de Carvalho Ourique ao declarar que “havia uma indisposição por questões de família entre o Coronel **Hilário** e Comendador **Fontoura** e este era compadre e amigo de **Felisberto Ourique**”. O Coronel Ourique contestou veementemente, dizendo que não vira a testemunha na Igreja naquele dia e que ele apenas afirmava o que diziam ouvir da *voz pública*, mas:

[...] que não se pode considerar voz publica uma só parcialidade política, que é quem diz ter havido premeditação no que aconteceu, que não é inimigo nem amigo do **Portinho** e de **Fontoura**, que deste é compadre três vezes e que unicamente as suas opiniões políticas os separaram.²⁴³

3.4 “PARA QUE DEPOIS NÃO FOSSE PERSEGUIDO E TIVESSE DE RASGAR ROUPA PELO MATO”: A PARTICIPAÇÃO DOS “DE BAIXO” NAS REDES SOCIAIS OITOCENTISTAS

Para pensarmos a inserção dos indivíduos em redes sociais, no século XIX, requer considerarmos as redes horizontais e verticais. Contudo, não como ligações paralelas umas às outras, mas sim em relações que se condicionavam e interagiam. Relações sociais complementares, que juntas davam o equilíbrio à ação dos indivíduos que as protagonizavam. Por isso se faz necessário abordarmos esse aspecto das elites, percebendo que, além dos pares, havia uma massa de

²⁴³ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul. Grifos nossos.

subalternos interagindo concomitantemente, e para esses indivíduos também se fazia necessário elaborar estratégias, como forma de manter o poder e se reiterar enquanto grupo dominante. Em outras palavras, o teatro das eleições não seria um palco se não houvesse uma platéia com que os personagens principais pudessem interagir. Platéia insubmissa, com interesses próprios e atitudes tão dinâmicas que é sempre mais eficiente para a análise tratá-la como um importante personagem da trama social em que se desenrolava.

A historiografia recente do Rio Grande do Sul tem trazido à luz grupos sociais que por não serem parte da elite, ficaram algum tempo no anonimato. Estudos sobre a escravidão, de militares dos baixos escalões²⁴⁴ e populares em geral tem lançado luz sobre esses estratos sociais e revelado a importância histórica que tiveram. Sobre os escravos²⁴⁵ ou lavradores ou ainda o grupo de suplicantes²⁴⁶ que incluem várias categorias sociais, (civis, militares, livres, cativos, estancieiros, lavradores, comerciantes, entre outros).²⁴⁷ Não é pretensão aqui tratarmos dos subalternos enquanto grupo, mas sim os elos que os uniam às elites e às estratégias elaboradas por essa como forma de cooptar esses estratos, a fim de que estes agissem em favor de seus interesses.

Os estratos populares participavam ativamente da sociedade oitocentista, embora, como afirmou Moreira (2003), tenham sido descritos pelas fontes “*com extrema economia de palavras*.”²⁴⁸ Os inventários, como já demonstramos no primeiro capítulo, são de suma importância para compreendermos alguns aspectos quanto à função estrutural da economia, contudo, a escassez de dados qualitativos não nos permite uma análise mais detalhada sobre as expectativas e ansiedades

²⁴⁴ RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM.

²⁴⁵ MOREIRA, Paulo Staudt. *Sobre Fronteira e Liberdade - Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. UFRGS 2000. _____. *Sobre Fronteira e Liberdade - Representações e Práticas dos Escravos Gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870)*. UFRGS, 2000. _____. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Ed. Est. Porto Alegre, 2003. OLIVEIRA, Vinicius Pereira. *De Manoel congô a Manoel de Paula; um africano ladino em terras meridionais*. Est edições: Porto Alegre, 2006. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. [Dissertação de mestrado].

²⁴⁶ O termo suplicante era utilizado no período colonial para designar pessoas que através de requerimentos solicitavam algo ao poder institucional da Capitania do Rio grande de São Pedro. Os assuntos tratados eram os mais diversos, podemos destacar: solicitações de terras, para trabalhar ou terrenos para edificar como moradia, de assuntos militares como dispensa do serviço, reclamações diversas.

²⁴⁷ FERTIG, André Atila. *Entre Súditos e cidadãos: Os suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 1900 (1800-1815)*. Porto Alegre, 1998. UFRGS. [Dissertação de Mestrado]

²⁴⁸ MOREIRA, Paulo R. Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano* ed. Est. Porto Alegre, 2003. p. 31

dos cativos. Nesse sentido, a fonte criminal pode ser muito reveladora, pois, com sorte, podemos recuperar a voz desses sujeitos históricos, fosse quando testemunhavam um crime ou eram acusados de algum delito. No caso específico do processo crime do comendador Fontoura, a figura do escravo liberto Manoel Pequeno é bastante reveladora do significado da liberdade e, por outro lado, mostra as limitações que um ex-escravo sofria.

Desta forma, percebemos que as elites mantinham relações verticais com setores sociais subalternos, as quais eram estabelecidas com alto grau de instabilidade, necessitando de negociações e acertos constantes. Estas relações precisavam de constante manutenção, sendo constituídas de redes de dependência, das quais participavam não só libertos, mas outros populares, que de uma forma ou de outra se viam cooptados pelo poder local.

Vejamos alguns aspectos que nos foram possíveis apreender através das vozes do escravo liberto Manoel Pequeno e do agregado Zeferino Satírico, o primeiro apontado como o esfaqueador do ventre do comendador Fontoura, e o segundo acusado de dar tiros na Igreja Matriz de Cachoeira no dia das eleições e que acabaram ferindo o político liberal Tristão da Cunha Sobrinho.

O ex-escravo Manoel Pequeno chamou nossa atenção pela dramaticidade de sua participação no crime que levou à morte o comerciante Antonio Vicente da Fontoura. O liberto trouxe à luz questões que julgamos fundamentais para perceber as relações que a elite mantinha com os estratos populares e a própria escravidão.

Em seu auto de qualificação, o liberto disse se chamar Manoel Francisco, mas ser conhecido por Manoel Pequeno, ter a idade de 47 anos, ser “trabalhador de campo e vive de algumas reses que cria”, filho de Manoel Domingues Ramos e Eufrasia Adriana, já falecida, crioulo nascido neste município, analfabeto. Havia se alforriado e continuava morando no mesmo local de seu cativeiro, como agregado do coronel Hilário. Declarou ainda que acompanhava o seu ex-senhor em todas as viagens e que recebia pagamento por isso. Era casado com a forra Rita, que foi escrava da mãe do seu senhor Hilário e que esta, após se libertar, continuava morando na mesma casa. A carta de alforria de Rita foi redigida em 11 de dezembro de 1857 (e registrada em 5 de março do ano seguinte), onde consta que era crioula, preta, com 50 anos de idade. A carta foi passada por Pedro Pereira Fortes, na fazenda de Irapuã, “concedida em remuneração aos bons serviços prestados e

estimação”.²⁴⁹

Primeiramente, percebe-se a grande dependência que os libertos tinham com seus antigos proprietários, pois continuavam morando junto aos ex-senhores e prestando-lhes serviços. No caso de Manoel Pequeno, além de acompanhar nas viagens o ex-senhor fazendo a sua proteção, também era agregado do mesmo, onde tirava o seu sustento. Portanto eram limitadas as possibilidades dos escravos forros no que se referia à autonomia econômica, tornando-os vulneráveis, o que poderia significar, de certo modo, estar *preso* a redes verticais.

Podemos verificar que Manoel deveria ser uma *cria da casa*, um cativo nascido na senzala dos senhores, filho de um casal de escravos já residentes na propriedade. No momento em que se meteu na confusão que virou sua vida de cabeça para baixo, Manoel Pequeno tinha uma situação privilegiada, se o compararmos com seus parceiros. Se não tinha terra própria, possuía acesso a uma propriedade fundiária, onde podia criar algumas reses *suas*. Isso não era tudo: havia conseguido se alforriar, uma vitória reservada a não muitos cativos. Provavelmente Manoel Pequeno havia iniciado sua relação familiar com Rita, ainda no cativeiro, do qual ambos saíram. Além do mais, como veremos a seguir, ele estava qualificado como votante, registrado com o nome de seu pai.

A alforria recebida por Rita, casada com Manoel pequeno foi pelos “bons serviços prestados e estimação”, conforme consta da sua carta de alforria datada de 1858. A crioula foi libertada pelo seu senhor Pedro Pereira Fortes que era irmão do Coronel Hilário Pereira Fortes.²⁵⁰ Segundo Moreira, esta era uma prática, relativamente comum aos senhores com seus escravos pois:

[...] libertar seus escravos quando do falecimento era uma forma de garantir bons serviços e fidelidade, mas necessitava de certos cuidados, daí as cartas serem passadas e guardadas junto a pessoas de confiança e geralmente apresentarem cláusulas restritivas e garantidoras do direito dos proprietários.²⁵¹

Assim a liberdade, mesmo quando sem custos materiais para os escravos, possuía um alto preço simbólico. Na realidade, conforme Moreira, havia uma promessa de liberdade que podia ser revogada a qualquer momento, uma vez que as cartas eram realizadas previamente e os escravos tinham conhecimento do seu

²⁴⁹ AHCS – Cachoeira do Sul, Tabelionato *Livro 8 (1858 a 1860)*, 2v. Cit.

²⁵⁰ AHRS, *Cartas de Liberdade. Livro 8 A. 1858 a 1860*. Cachoeira do Sul.

²⁵¹ MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 244

conteúdo. O ato aparente de bondade poderia significar dependência dos cativos para com os seus senhores, nos quais o prêmio da liberdade deveria ser pago a conta gotas. Mais adiante o autor escreve:

A hora da morte era o momento certo para esses atos de bondade, a redenção de escravos servia como um acerto de contas, um gesto purificador de consciência cristã - que nunca havia ficado pesada quando em vida – e facilitador da ascensão ao paraíso ou a diminuição da estadia no purgatório o momento da morte dos senhores era a ocasião de acertos de contas, com a distribuição de recompensas, mas também de punição e vingança. Os senhores ou seus herdeiros – *em respeito as últimas vontades dos falecidos* – contabilizavam os serviços prestados (e a qualidade dos mesmos) e os problemas causados (fugas, desobediências) de cada integrante do plantel de escravos e atribuíam os saldos que cada um tinha a receber.²⁵²

Isso mostra que os senhores, na verdade, fosse no momento de deixar as cartas de alforrias ou no momento da morte, estavam, em princípio, agindo em causa própria. Outra estratégia senhorial consistia em libertar somente um membro da família, permanecendo os demais no cativeiro, condicionando a permanência desses escravos no mesmo lugar onde estavam.²⁵³

O fato do *Preto crioulo* Manoel Pequeno ter ferido de morte o comendador Fontoura, não era uma exceção, pois muitos crimes eram cometidos pelos escravos e pelas mais diversas razões, como mostra Moreira (2003). Vinganças contra os maus tratos dos senhores eram causas comuns e geravam uma série de processos contra os cativos. Os crimes eram punidos severamente e, por conseguinte, geravam pavores entre os cativos, fazendo dos interrogatórios verdadeiros palcos onde os acusados se desdobravam por arranjar explicações que pudessem amenizar ou retirar as acusações que sobre eles recaiam.

Com o liberto do Coronel Hilário não foi diferente, submetido a três interrogatórios negou sempre ter esfaqueado o Comendador Fontoura. Indicado por todas as testemunhas, muitas por “ouvirem dizer”, por ser este “o clamor do povo” e outras por “terem visto” o Preto Manoel Pequeno ferir o comerciante. Quando inquirido pelo juiz sobre por quais razões teria dado as facadas, argumentou dizendo que:

[...] a faca com que costuma andar deixou em casa a sua mulher que dela servia-se na cozinha, e também que não tem ofensa dele, ao contrário lhe deve a esmola de um a dois patações que dele recebeu quando andava com subscrição para se forrar.

²⁵² MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 245-246

²⁵³ *Ibid*, p. 247-266.

A alforria era a principal expectativa dos cativos e podia ser conquistada de várias formas. Por *bons serviços prestados* (ou sem ônus ou condições), como no caso de Rita, casada com Manoel Pequeno, por participação em guerras ou por compra. Moreira (2003), mostra que os textos das cartas de alforria eram repletos de “palavras cheias de significados - como dádiva, concessão, esmola -, visando criar nos libertos sentimentos de gratidão para com seus protetores”.²⁵⁴ Como podemos observar, nesse caso havia a idéia de gratidão, relacionada com a liberdade a qual o escravo utilizou como argumento no momento necessário. Em outras palavras, o sentimento de ser grato ao senhor - gratidão e dependências juntas -, selavam as redes verticais com os libertos. Redes repletas de reciprocidade e trocas.

A boa situação em que se encontrava Manoel Pequeno era certamente condicionada às boas relações que tinha com seu ex-senhor e atual amo. Ao longo do processo fica claro que Manoel estava qualificado como votante e como tal foi trazido ao cenário eleitoral pela *parcialidade saquarema*. Claro que sua presença na Igreja Matriz naquele dia não era apenas para cumprir seu *dever cívico*, mas também para proteger seu amo e os aliados políticos do mesmo. Manoel Pequeno tinha noção de que suas conquistas corriam perigo. Segundo ele, Miguel Barcelos foi quem o chamou e disse que:

[...] se aprontasse para vir votar na cidade e respondeu que **não queria vir para que não fosse depois perseguido e tivesse de rasgar roupa pelo mato**, o mesmo Miguel lhe retorquiu que pela roupa não fosse a dúvida e que seu senhor Hilário lhe ordenava que viesse, que teve ordem de reunir-se aos votantes do dito Hilário e aqui chegaram todos na véspera da eleição.²⁵⁵

A frase acima, dita pelo réu naquele ano de 1860, ficou ecoando em nossos ouvidos por tempos. Manoel sabia o risco de envolver-se naquela briga de caciques políticos. Sabia também que esperavam dele alguns serviços *especiais*, dos quais poderia se arrepender seriamente, no mínimo, tendo que recorrer a práticas quilombolas de fuga pelo mato. O fato de negar ser o autor do crime aponta na mesma direção, pois ele, que já havia conquistado a liberdade e gozava de certa autonomia, temia o retorno a uma situação de privações. Como vemos, o temor de

²⁵⁴ MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 199.

²⁵⁵ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul. Grifos nossos.

Manoel pequeno, se concretizou com o desfecho trágico para ele, ex-escravo, com o veredicto dos jurados. Quando levado a julgamento foi “incurso nas penas dos graus máximos”; condenado à morte. Embora não saibamos o desfecho exato desse episódio, é possível entender que ao liberto foi imputada uma pena máxima devido a sua própria condição de dependência que os *de baixo* possuíam.

Quando as testemunhas falam, deixam transparecer, muitas vezes, nas entrelinhas, as suas percepções ao descrever as cenas do crime. Assim declarou uma testemunha que, durante as eleições, conversando com o Dr. Fioravante,²⁵⁶ esse fez um comentário sobre a presença do liberto Manoel Pequeno, próximo à mesa eleitoral, e lhe disse: “parece que aquele negro está com más tensões, vamos para junto dele, e então foram ambos se colocar perto do dito negro, e não havendo novidade alguma ele declarante se retirou”. Isso demonstra a expectativa que as elites possuíam a respeito dos escravos e dos libertos.

Voltando aos depoimentos do réu Manoel Pequeno, percebemos certo orgulho ou honra ferida quando ele responde sobre se foi realmente o agressor do comendador Fontoura, a mando de seu ex-senhor; disse Manoel:

[...] que ele réu é pobre e negro, mas que não se vende por dinheiro e se tem a proteção desses que foram seus senhores é porque foi criado desde pequeno em sua casa e sempre estimado.²⁵⁷

Manoel Francisco, nas entrelinhas, deixou-nos claro a idéia de quão limitadas eram as possibilidades de um liberto numa sociedade escravocrata. Quando o escravo foi preso, ele estava em “ceroulas e camisa” e lhe perguntaram o porquê disso. Ele respondeu que “tendo molhado toda a roupa quando saiu da cidade pela muita chuva que caía, tirou e escondeu a calça e o poncho quando andava perdido e depois não soube onde deixou, porque perdeu seu juízo e não se recorda de mais nada” e quando foi questionado como havia perdido o juízo respondeu: “que considerando na carga que lhe fariam inocentemente e caminhando com isso no juízo ficou assombrado e não soube mais para onde havia de ir e assim veio dar consigo nesta cidade onde foi preso”. Este trecho nos permite pensar que o escravo se dera conta do que havia feito e demonstra como o campo de

²⁵⁶ Antonio Ângelo Cristino Fioravante era Bacharel formado pela Faculdade de São Paulo logo depois atuou como advogado em Porto Alegre. Conforme Aquiles de Porto Alegre aliou-se no judiciário a Felipe Nery, Lauriano Rabelo, Felix da Cunha. Exerceu o cargo de administrador da mesa de renda e pertenceu ao partido liberal e era amigo do Conde de Porto Alegre. Em 1847 participou da Assembléia Provincial, foi juiz municipal e no ano de 1859 cumpriu seu último mandato.

²⁵⁷ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul

possibilidades não era infinito, e muitas vezes confinavam com o fracasso e com a perda de tudo que se tinha acumulado. Acumulado em termos de recursos: família, alforria, terra, entre outras coisas.²⁵⁸

O advogado Fioravante possuía, conforme demonstrou Moreira (2004), possuía relações “íntimas” com os escravos.

Ele faleceu em 1870 e em 17 de fevereiro do mesmo ano sua viúva Clara Cristina Fioravante libertou os pardos Eduardo (com 8 anos) e Laudelino (de 11 anos de idade) com a condição de ambos servirem até o momento de sua morte, ‘por reconhecer em minha consciência serem filhos do meu finado marido Ângelo Crintin Fioravante’.²⁵⁹

Embora possuísse uma relação estreita com uma escrava em seu depoimento afirmou o seguinte:

[...] observou o seguinte: na ocasião da chamada dos votantes pela competente lista dos quarteirões, função que desempenhava o brigadeiro. Portinho como membro da mesa que se compunha do Juiz de paz Tristão da Cunha e Souza, dito brigadeiro, comendador Fontoura, coronel Hilário e Dr. Goulart à proporção em que se movia a questão sobre a identidade de alguns dos votantes, mostrava **grande interesse um preto que se achava próximo à grade que dividia a Igreja, levantando-se sobre esta próximo à cadeira em que se sentava o dito coronel Hilário, deixando, porém, essa posição sempre que tencionava a questão**, o que veio a praticar repetidas vezes em uma das quais moveu a curiosidade dele interrogando, perguntou ao moço alfaiate por nome Marcos José do Canto quem era aquele indivíduo, porque em uma dessas ocasiões em que houve maior altercação entre alguns membros da mesa sobre [...].²⁶⁰

Através de seu depoimento nos é possível perceber que a simples presença de um negro na igreja no dia das eleições, a princípio, despertava suspeitas. As expectativas que recaíam sobre ele eram negativas, se lembrarmos de que naquele dia, houve um grande tumulto e muita confusão, referido por várias pessoas, inclusive pelo liberto que disse que “Nada fez”. “Estava na igreja na desordem e saiu correndo com vários outros, perdendo o chapéu”. No entanto, exceto os Coronéis acusados, todos afirmaram terem *visto, ouvido dizer* ou “o clamor do povo”, ter sido “o preto Manoel Pequeno a dar as facadas no Comendador Fontoura”. Pensamos que isso aponta para a expectativa da sociedade *branca* em relação aos estratos

²⁵⁸ A riqueza dos depoimentos do liberto Manoel é muito grande e não a esgotaremos nessa dissertação, contudo, temas sobre escravidão e os sentidos de liberdades para os escravos são temas que podem ser aprofundados através dos depoimentos deixados.

²⁵⁹ MOREIRA, p. R. S., TASSIONI, Tatiane. *Que com seu bom trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748/1788)*. Porto Alegre: EST, 2007: p. 2.

²⁶⁰ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul. Grifos nossos.

negros.

Outra figura que nos permite pensar as relações entre as elites e as camadas populares é o escravo liberto Zeferino da Cunha Martinho, compadre do comerciante Antonio Vicente da Fontoura, e que declarou “viver de suas agências”. O compadre Zeferino foi várias vezes citado no diário do comendador Fontoura, o que demonstra que os laços eram antigos, pelo menos desde a Revolução Farroupilha. Seu testemunho foi contestado pelos acusados, que afirmaram que ele era “compadre, amigo e protegido do Comendador Fontoura desde antes da Revolução”. Além disso, Zeferino aparece entre os devedores do comendador, o que em certo grau também denota dependência e/ou confiança. As dívidas eram, antes de tudo, uma relação de crédito, e esta requeria confiança e em certo grau envolvia os indivíduos numa rede de dependência. O significado disso, especialmente para os subalternos, poderia significar perder o pouco conquistado numa sociedade de poucas oportunidades.

Para manter a dependência se fazia necessário que as elites renovassem constantemente as estratégias para manter e fortalecer os vínculos, através de amizades, compadrios e relações de dependências. Conforme Vargas (2007): “Esta relação de cooperação entre os pobres e as elites eram um dos sustentáculos do poder exercido pelos homens ricos nesta sociedade”. E mais: “Estas redes de relações verticais e horizontais demonstram-se, portanto, fundamentais para compreender o poder destes políticos”.²⁶¹

Com isso, percebemos que, se para as elites possuir vínculos com os subalternos era uma forma de manter o controle social, por outro lado as relações de dependência possuíam algumas variações e que necessariamente não se davam do mesmo modo. Vejamos o caso de um dos acusados dar os tiros no dia da eleição.

Zeferino Satírico foi apontado por todas as testemunhas como a pessoa que efetuou os três disparos de arma de fogo na Igreja e que, como já dito, atingiram a Tristão da Cunha e Souza Sobrinho. Referido como de caráter “turbulento”, era *agregado* de Carlos Augusto Nogueira da Gama. Gama, falecido no ano de 1864, era estancieiro e além de investir em terras, também investia em escravos.²⁶² Contudo, ao testemunhar no processo crime, declarou ser amigo do comendador. Além do mais, era pai do Tenente Carlos Augusto da Gama Filho, que era genro do

²⁶¹ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio grande do Sul (1868-1889)*. UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado], p. 173

²⁶² “Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório Órfãos e Ausentes: M.15, N. 262, A. 1864. APRS”.

comerciante Antonio Vicente da Fontoura. O coronel Hilário Pereira Fortes, na tentativa a de desqualificar a testemunha, utilizou-se do argumento de Zeferino Satírico ser agregado de Gama Filho e compadre de seu filho o Tenente Carlos da Gama.

Isso demonstra que, mesmo sendo agregado e compadre da família Nogueira da Gama, Satírico se aliou ao lado contrário dos mesmos. Embora não nos seja possível afirmar as razões que o levaram a tal atitude, podemos pensar na hipótese de que o réu havia sido contratado para efetuar os disparos. Dizemos isso baseados nas declarações de que o acusado fora visto por uma testemunha, às vésperas da eleição, bebendo em uma taberna e a exibir dinheiro. Além do mais, a declaração do liberto Manoel Pequeno que “Zeferino satírico que foi pago andou com dinheiro isso o que lhe parece, fugiu e nada sofreu ao passo que ele está sofrendo inocentemente que se Zeferino estivesse preso ele réu não havia de estar em trabalho”.²⁶³ É possível, com isso, apontar que as relações verticais nem sempre eram determinadas pelos vínculos de dependências, ou compadrio, mas em alguns casos eram movidos por outras razões. É necessário considerar que havia variáveis que determinavam a ação dos indivíduos e não seguiam uma mesma lógica. As estratégias eram reinventadas e guiadas por demandas específicas de cada momento.

Pensar as relações sociais oitocentistas é necessariamente entender como interligá-las também aos *de baixo*. Os estratos sociais menos favorecidos eram parte do sustentáculo que mantinham as elites no poder e das quais não podia abrir mão. Por sua vez, embora submetidos em alguns aspectos, os subalternos tentavam a seu modo uma reação. Fosse negando o crime, como no caso do liberto Manoel ou se aliando com um bando rival, como no caso de satírico. Mas nesse caso específico, preponderou o poder dos mais fortes, economicamente e politicamente falando. Os coronéis mandantes do crime sabiam disso e a estratégia elaborada deu certo: o comendador, por fim jazia moribundo apunhalado, e a parte das elites acusada foi despronunciada e a certo modo prevaleceu a sociedade classista onde somente o negro liberto teve pena máxima. Foi condenado por oito jurados à pena de morte.

Manoela Carneiro da Cunha salientou que as expectativas das elites ao alforriarem seus escravos, uma prática usual no Brasil colonial e imperial, tinha

²⁶³ Processo Crime N. 3079, Maço 6, Ano 1860. Cachoeira do Sul

como objetivo a formação de camadas dependentes.²⁶⁴ Os dois libertos que citamos acima podem ser exemplos desta política senhorial, sem que, entretanto, consideremos os ex-escravos como partes inertes nesta inter-relação.

Naquele dia 8 de setembro de 1860, quando uma confusão estabeleceu-se durante o recebimento das cédulas eleitorais, o liberto Manoel Pequeno conseguiu esgueirar-se por baixo da mesa eleitoral e deu três facadas rápidas e mortais no ventre do comendador Antonio Vicente da Fontoura. Esta manobra de Manoel Pequeno tem muito de surpreendente, pois a mesa que servia às finalidades eleitorais, que ainda existe no museu municipal, é de uma altura reduzidíssima. Manoel justificava sua alcunha de Pequeno.

Manoel tinha obrigações com lideranças saquaremas e pagou caro pelos privilégios que possuía, em comparação aos seus parceiros ainda na senzala ou os que conseguiram dela escapar. Logo após perpetrar o crime, Manoel fugiu da cidade, indo por uma rota previamente arranjada. Foi surpreendido por uma chuva forte e ao seguir caminho, repentinamente *perdeu o juízo*, pensando no que iria perder e perambulou *assombrado*, perdendo o rumo ao mesmo tempo da fuga e da sua própria vida.

Parece estranho, mas ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com Manoel Pequeno, sentimos um prazer sádico em manusear este documento judiciário e perceber as potencialidades que apresenta. Nossos esforços de pesquisa foram recompensados, pois este acontecimento criminal, ocorrido para nossa felicidade em um dia de eleições, exteriorizou as redes verticais e horizontais nas quais estavam estas elites envolvidas e também localizou no cenário de atritos políticos os personagens da elite de Cachoeira que havíamos identificado nos inventários post-mortem.

²⁶⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Sobre os Silêncios da Lei: Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX*. In: *Antropologia do Brasil*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim o esfaqueamento no púlpito teve seu final. A vítima teve sua morte vingada e o *atroz* assassino fora condenado. Contudo permaneciam imunes a qualquer *histeria coletiva* os coronéis, Hilário Pereira Fortes, Doutor José Pereira da Silva Goulart e Felisberto Machado de Carvalho Ourique. O comendador teve o seu nome imortalizado na memória popular, ganhou nome de ruas, praças, homenageado até os dias atuais recebe as honras de herói. Quanto ao desfecho dos demais envolvidos, o Coronel Hilário recebeu o título de Barão de Viamão. O Doutor Pereira Goulart continuaria a comandar a estância São José em Cachoeira. Já Felisberto M. de C. Ourique não teria muita sorte, pois viria a falecer dois anos após aquele infausto acontecimento, no ano de 1862.

No final das contas, em um enredo muito conhecido em nosso país, caracterizado por uma justiça elitista e uma estrutura social fortemente excludente, alguém tinha que ser acusado e condenado. A vida de alguém deveria ser arruinada para que a “voz pública” e a consciência dos envolvidos ficasse tranquila: nada melhor do que preencher este papel com um negro liberto. O *assombro* que tomou conta de Manuel Pequeno no momento da fuga, e que impediu que ele *literalmente* desaparecesse do mapa, era uma mistura da percepção de que sua vida nunca mais seria como antes e também, talvez, produto de sua constatação de que tanto fazia ser preso ou viver em fuga, em ambos os casos deixaria Rita Maria da Conceição, ficando dela afastado por muitos anos. Manoel durante a sua vida toda havia interagido com os senhores, negociando espaços, somando conquistas duramente merecidas (alforria, família, acesso a terra, mobilidade). Esta sua intimidade com os senhores o fazia saber com clareza que, quando as elites se digladiavam, os populares que se envolviam poderiam obter algumas vantagens, mas também perdas irrecuperáveis. Manoel Pequeno havia momentaneamente *perdido o juízo* ou se *assombrado*, pois percebera que ele é que, certamente,

carregaria o ônus mais pesado desta malfadada briga entre membros da elite paroquial. Ele, na verdade, antevira isso quando declarou que não queria dirigir-se à Igreja Matriz naquele sábado de eleições, “para que não fosse depois perseguido e tivesse de rasgar roupa pelo mato”.

Mas se acertamos ao declarar que o comportamento da presidência da província evidencia que as autoridades estavam muito preocupadas por esta briga intestina entre as elites – ainda mais considerando que as seqüelas (políticas e econômicas) dos 10 anos de guerra civil ainda se faziam sentir – devemos salientar que estes ardis jurídicos tiveram uma eficiência limitada. Ecos das facadas que sangraram o ventre do comendador Fontoura ainda soavam nos ouvidos paroquiais três anos depois, quando cerca de 500 votantes se ausentaram das eleições, atemorizados pela potencial eclosão de outro conflito.²⁶⁵

Afora esses detalhes particulares a respeito desses indivíduos e principalmente do comerciante Antonio Vicente da Fontoura, que nos conduziu, através de sua trajetória nesse trabalho, podemos nos aventurar a tecer algumas considerações. Evidentemente que nossas ponderações são fruto das leituras que fizemos e do corpo documental que investigamos, composto dos 213 inventários *post-mortem* analisados e as demais fontes que apresentamos ao longo do texto.

Compreender a atuação da elite dos comerciantes residentes em Cachoeira requer apreender o contexto socioeconômico no qual estavam inseridos. Esta vila, em meados do século XIX, apresentava uma economia de base agrária. A pecuária aparecia como o investimento proeminente entre os inventariados. A criação de animais vacuns foi predominante, seguida dos cavалares e muares. Os ovinos aparecem com uma representação incipiente. Embora em poucos inventários termos encontrado arrolados entre os bens, lavouras, isso não exclui a agricultura de subsistência que certamente era praticada, voltada para os interesses internos das propriedades e com certo excedente sendo comercializado na própria região.

A urbanização ainda era pequena conforme mostraram os percentuais relativos aos bens urbanos. Mas isso era uma característica de economias agrárias com baixa especialização e diversificação. O papel estrutural da escravidão foi evidenciado com a grande presença de cativos que foram inventariados. Estes fatores justificam o fato dos recursos terem sido canalizados na maioria para os bens rurais. Em outras palavras, a vila de Cachoeira, a grosso modo, tinha com uma

²⁶⁵ VARGAS, 2007 p. 148. Sobre outros desdobramentos do assassinato de 1860, ver: LAYANO, Dante de. *Guia histórico de Rio Pardo*. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.

das principais atividades a pecuária.

O comércio também era uma atividade altamente lucrativa, tanto que os comerciantes aparecem entre os mais *afortunados defuntos*, com fortunas muito superiores aos demais inventariados. Para ocupar um lugar no topo do grupo mercantil se fazia necessário agir estrategicamente. Assim, as redes de relações ocupavam um espaço primordial na vida dos comerciantes, que buscavam fortalecer alianças com o maior número possível de indivíduos. O comendador Fontoura é um exemplo disso, pois possuía vínculos com vários estratos sociais. Horizontalmente através do parentesco de amizade e de compadrio, por outro lado, verticalmente com os *de baixo* também firmou elos, como no caso do liberto Zeferino, que o acompanhou em parte de sua trajetória de vida e, além disso, era seu compadre.

As dívidas ativas e passivas que encontramos entre os bens dos comerciantes também tiveram papel importante na economia oitocentista de Cachoeira, primeiro por apresentarem, em parte, o volume de seus negócios, por outro também por evidenciarem a teia de relações que se estabeleceram nesta economia ainda com traços genuinamente pré-capitalistas.²⁶⁶ Assim, as relações de créditos e débitos entendidas também como votos de confiança, evidenciaram que havia uma cadeia de endividamentos. As dívidas ocorriam com os mais variados tipos sociais; entre os pares, mas também com indivíduos de camadas populares e ainda com pequenos comerciantes. Entendemos que havia um endividamento da população de Cachoeira, aliás, isso era característica da sociedade brasileira do período, como ficou demonstrado também por outros estudos abordados ao longo do tempo.

No entanto, isso também se refletiria nas relações, aumentando a *necessidade* dos indivíduos fazerem parcerias, horizontais e verticais. Era preciso ter crédito e um sujeito só o teria se estivesse atrelado a um determinado bando; expliquemos melhor: estar vinculado a alguém com poder de mando permitia ao sujeito na hora da necessidade de crédito ou outros favores ter a quem recorrer. Por outro lado as elites comerciais possuíam, em certo grau, o poder de através de seus devedores construir redes de dependência. O significado do débito adquiria, além do aspecto econômico - quem deve tem de pagar a quem - o de dependência. Com isso, os comerciantes das elites de posse de mercadorias e bens de consumo

²⁶⁶ O segundo reinado é caracterizado por uma série de mudanças estruturais que o caracterizam como um interessante objeto de pesquisa. Percebemos não estar ainda plenamente formado um mercado de trabalho livre (obviamente obstaculizado pela escravidão), a mercantilização da propriedade fundiária estava em curso, além da baixa monetarização da economia o que fazia com que laços pessoais fossem importantes para efetivar as transações comerciais (conforme mostram as listas de dívidas ativas e passivas presentes nos inventários).

podiam jogar com as necessidades individuais e familiares.

Evidentemente que isso era apenas uma das possibilidades e as relações sociais eram bem mais complexas, pois incluíam outros aspectos, como culturais e sociais, entre outros. Por exemplo, se pensarmos em quais razões levavam um sujeito a se aliar, nesse caso, a um determinado comerciante da elite local e não a outro, já de antemão percebemos que incidiremos em várias possibilidades de repostas. De qualquer modo, essas alianças apontam para uma sociedade de caráter associativo, onde os indivíduos (de qualquer status ou condição social), pelas mais diversas motivações, se viam impelidos a estarem vinculados uns aos outros.

Assim é que muitos escravos, no auge de seu projeto de obtenção da liberdade, acabavam adotando um sobrenome, procurando adquirir/afirmar sua individualidade e fugindo da desindividualização do cativo (a “massa” escrava). É claro que em uma sociedade cuja unidade era baseada grandemente em laços de dependência (apadrinhamento, etc.), a adoção do sobrenome do ex-senhor (às vezes atual patrão) auxiliava na sua localização social. Um indivíduo sem referências representava um ponto frágil, desprotegido, afinal, a imersão em redes de dependência é um pré-requisito para a montagem de eficazes estratégias de resistência e sobrevivência. Na verdade o preço de viver em sociedade é a nossa inclusão em redes hierárquicas, e os cativos precisavam cuidar para não sair das redes paternalistas da escravidão para a inexistência social, através do rompimento completo com as antigas esferas de proteção.²⁶⁷

As solidariedades reforçavam o poder de mando e permitiam aos participantes das elites a ter influência e se reiterarem enquanto elites. O caso de Antonio Vicente nos mostra isso, pois se manteve durante 31 anos (1829-1860) atuando como comerciante e se manteve no topo. Considerando as instabilidades da província sulina, os 10 anos da Revolução Farroupilha e a participação do comendador no conflito armado percebemos que somente estratégias bem elaboradas poderiam tê-lo levado a ter sucesso nos negócios por tanto tempo.

Os antagonismos entre as elites é o outro ponto a ser considerado, uma vez que havia duas forças rivais que se equivaliam em poder. As eleições eram um dos momentos onde essas tensões ficavam a mostra, e o palco de atuação daqueles personagens que não hesitaram em utilizar todas as *armas* disponíveis para manter o poder de mando. Como por exemplo, a sugestão de fazer *algazarras*, como mostrou a carta do Barão de Quaraim ao Doutor José Pereira da Silva Goulart, na qual induzia que fosse utilizada da artimanha de tumultuar o pleito eleitoral. Mais

²⁶⁷ MOREIRA, 2003, p. 8.

além, dar tiros na tentativa de atingir a mesa eleitoral, com o intuito claro de assassinar os integrantes da cúpula do partido contrário e esfaquear *de morte* um dos principais integrantes da elite Cachoeirense, o Comendador Fontoura, eram estratégias colocadas em ação, mesmo que nem sempre os planos saíssem como planejados.

Por fim, depois de identificado o peso econômico das atividades comerciais nos oitocentos, através do exame de um lócus reduzido de análise (a vila de Cachoeira), conseguimos perceber como se articulavam os grupos de elite, através da geração de uma malha de relações que lhes permitisse articulações paroquiais, provinciais e imperiais. Num misto de instabilidade e estabilidade estas relações verticais e horizontais davam sentido à sociedade oitocentista. Mas os ecos do assassinato do comendador Fontoura talvez só tenham sido realmente silenciados pelo trovejar dos canhões da Guerra do Paraguai, que se avizinhava. Até que 149 anos depois resuscitamos este farroupilha e o interrogamos, conseguindo um belo testemunho sobre a sociedade sul-rio-grandense imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a Formação do Estado Imperial brasileiro* – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais*. v. 11. Porto Alegre: SEDAC, 1995.

_____. *Anais*. v. 13. Porto Alegre: CORAG, 2004, 211 p.

_____. *Anais*. v. 14. Coleção Varela. Porto Alegre: EST/SEDAC, 2005, 256 p. (Org.: MOREIRA, P. R. S.; PENNA, Rejane; SANTOS, Sherol dos).

_____. *Anais*. v. 15. Porto Alegre: EST/Secretaria Estadual da Cultura, 2006, 288 p. (Organização: MOREIRA, P. R. S.; PENNA, Rejane; SANTOS, Sherol dos).

_____. *Anais*. v. 17. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. *Anais*. v. 8. Porto Alegre: SEDAC, 1984.

BACKOS, Margarth. A escravidão negra e os Farroupilhas. In: DACANAL, José H. (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX, cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

BERUTE, Gabriel. *Rio Grande de São Pedro do Sul: uma análise do tráfico doméstico de escravos (1788-1822)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. [Dissertação de Mestrado em História].

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia do Amaral (org.). *Modos de Governar*. Idéias e práticas políticas no Império Português. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis, vozes, 1980.

_____. **Escravo ou camponês?** O protocamperismo negro nas Américas. São Paulo: Graal, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. I. Instituições e classes sociais (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **“Ladrões de Gado, desertores, assassinos e quilombolas”**: Práticas de resistência escrava na Província de São Pedro. Anais do I Simpósio Internacional de História e Cultura Negra do Litoral Norte. Osório-RS, novembro de 2005.

_____. **Entre a Solidariedade e a Animosidade**: as relações interétnicas populares (Santa Maria - 1885/1915). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005. [Dissertação de Mestrado].

CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSOHN, Vitor (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1970.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARLE, Cristophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. Formação Social e Economia Psíquica: a sociedade da corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade da Corte - Investigação sobre a sociologia da realeza e da Aristocracia de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHAVES, Antonio Gonçalves. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: ERUS, 1978.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da Paixão**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os Silêncios da Lei: Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX. In: **Antropologia do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DACANAL, José Hildebrando (org.) **A Revolução Farroupilha**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

DIAS, Maria Odila. Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881. In: FREITAS (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo, Contexto, 1998.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade da Corte** - Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O Processo civilizatório**. v. 2. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. [Tese de Doutorado].

_____. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem**. Lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul. (Santa Maria, 1885-1880). Porto Alegre, PUCRS, 1990. [Dissertação de Mestrado].

FERTIG, André Átila. **Clientelismo Político em Tempos Belicosos**: a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003. [Tese de doutorado].

_____. **Entre Súditos e Cidadãos**: os suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 19 (1800-1815). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. [Dissertação de Mestrado].

FLECK, Eliane. **De Terra de Ninguém à terra de Muitos** – Olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: REICHEL, Heloisa (org.). História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas**: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

_____. **Negros na Revolução Farroupilha**: Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

FONTOURA, Antonio Vicente da. **Diário**. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

_____. WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica**

do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRAGOSO, João Luís. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: **Tempo**. v. 8, n. 15. Niterói: UFF, jul-dez 2003.

_____. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luiz; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAIZ, Priscila. **A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais:** O Arquivo de Gustavo Capanema. Estudos Históricos. v. 11, n. 21. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1998.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

GARCIA, Graciela. **O Domínio da Terra:** conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. [Dissertação de Mestrado].

GIL, Tiago Luís. **Infiéis transgressores:** Ibéricos, indígenas e africanos no mercado muar platino. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. [Dissertação de mestrado].

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis.** A Micro-História e Outros Ensaios. Lisboa: DIFEL. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOLIN, Tau. **A Fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguaí-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata.** Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____. **A Guerra Guaranítica:** Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761). 3. ed. Porto Alegre: UFRGS. Passo Fundo: UPF, 2004.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias:** Rio de Janeiro, 1822 –

1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência:** Os Açorianos no Rio Grande de São Pedro. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. [Tese de Doutorado].

GUAZELLI, César Augusto. **O Horizonte da Província:** a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. [Tese de Doutorado].

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense.** Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar Calor à Nova Povoação:** estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. [Tese de Doutorado].

HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, Memória e Resíduo.** Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. Estudos Históricos. vol. 10, n. 19. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1997.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). **Nova História militar brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai:** Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. Revista de Estudos Históricos. Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra de Independência na Bahia (1822-1823). In: **Revista Brasileira de História.** v. 22, n. 43. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 2002.

_____. “O Abrigo da Farda”: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. In: **Afro-Ásia. Revista de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.** N. 17. Salvador, 1996.

KUHN, Fabio. **Gente da fronteira:** família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. [Tese de Doutorado].

LARA, Silvia Hunold. **Fragments Setecentistas:** escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAYTANO, Dante. **Guia Histórico de Rio Pardo:** cidade tradicional do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da Viagem** - Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de Viagem 1803/1900.** Rio de Janeiro: UFRJ,

1997.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da guerra dos farrapos**: um capítulo da História do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial. Carreira de um exorcista do Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A Micro-história Italiana**: Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

MARQUES, Gabriel Garcia. **Crônica de uma Morte Anunciada**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, Século XIX**: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1992.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de Sangue**: Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. (Tese de Doutorado em Ciência Política).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Cativos e os Homens de Bem**. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Adivinhações, feitiçarias e curas: os poderes naturais e sobrenaturais dos negros e a fé dos senhores de escravos (Rio Grande do Sul/século XIX) In: **História Cultural: Narrativas, Imagens, Práticas Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. **Entre o Deboche e a Rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888). Porto Alegre: UFRGS, 1993. [Dissertação de Mestrado].

_____. Lealdades Compartilhadas: Famílias Negras e Etnicidades no Espaço Urbano (Porto Alegre – Século XIX) In: **Leituras de História Cultural**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. Ousando conceber esperanças de justa liberdade: Dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antonio da Patrulha - 1868). In: **Diversidade e Políticas Afirmativas**: Diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005.

_____. **Sobre Fronteira e Liberdade**: Representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864/1870). Revista Anos 90. v. 9, 1998.

_____; VARGAS, Jonas Moreira; SANTOS, Sherol dos; GUERRA, Sara Caumo. Qualificando Votantes: o alistamento eleitoral no século XIX no litoral norte gaúcho. Teatro ou prática, política cotidiana? In: BARROSO, Vera. **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004.

_____; TASSIONI, Tatiane. **Que com seu bom trabalho nos sustenta**: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748/1788). Porto Alegre: EST, 2007.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A Ressaca da Marujada**. Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a Casa e o Armazém**: Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo: Alameda, 2005.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. Os Lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, Preto Antonio e outros Personagens Negros da Guerra dos Farrapos. In: **RS: Negro - Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre: UFRGS, 1990. [Dissertação de Mestrado].

_____. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: **Revista Brasileira de História**. v. 20, n. 39. São Paulo: ANPHU/ Humanitas Publicações, 2000.

_____. **O Império Português no Sul da América**: Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PAULA, Débora Clasen de. **“Da Mãe e Amiga Amélia”**: Cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro - Pelotas, na virada do século XX). São Leopoldo: UNISINOS, 2008. (Dissertação em História).

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A Revolução Farroupilha**: História e Interpretação. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraff. **A Resistência Escrava no Rio Grande do Sul**. Cadernos de Estudos. n. 6. Porto Alegre: UFRGS/Curso de Pós-Graduação em História, 1991.

_____. Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO, Fabrício. **Colônia da Sacramento**. O Extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre: FAPERGS, 2002.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1999.

REICHEL, Heloisa (org. e outros). **História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

REICHEL, Heloisa. Fronteiras no Espaço Platino. In: REICHEL, Heloisa (org. e outros). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o Serviço os Chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: UFSM, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. **Memórias de si, ou... Estudos Históricos**. v. 11, n. 21. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1998.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas: Unicamp, 2004.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul – Século XVIII**. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1984.

_____. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: REICHEL, Heloisa (org. e outros). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, Méritos, 2006

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. [Dissertação de Mestrado].

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

_____. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHUH, Ângela Schumacher; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. **Cachoeira em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Tomo 2, Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

SILVA, Augusto. **Rafael Pinto Bandeira: De Bandoleiro a Governador**. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro. Porto Alegre: UFRGS, 1999. [Dissertação de Mestrado].

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado].

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial - A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio grande do Sul (1868-1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. [Dissertação de Mestrado].

VELLINHO, Moysés. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo, 1975.

XAVIER, Regina Célia Lima. **História da Escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional: Guia bibliográfico**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ZABIELA, Eliane. **A Presença Brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e navegação, de extradição e de Limites**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. [Dissertação de Mestrado].

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

ZENHA, Celeste. **As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. [Dissertação de Mestrado].

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

1. Coleção Alfredo Varela;
2. Fundo Legislação: Código Comercial de 1850 (Lei nº 556, de 25 de Junho de 1850);
3. Fundo Assuntos Municipais;
4. Relatórios dos Presidentes da Província:
Relatório do Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura em 5 de novembro de 1858. (AHRS – A 7.0)

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL

1. Registro de Terrenos, CM/S /SE/RCT. N. 002. AHCS
2. Ofícios da Câmara de Vereadores, Serie C, Sub-série 10, grupo 2. 1831.
3. Livro de Despesas da Câmara de Vereadores Cachoeira do Sul, A. 1859-1861
4. Atas da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. A.1845-1860. AHCS
5. Livro de Registros de Marcas e Signos de Criadores. Cachoeira do Sul, A 1851. AHCS

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

1. Ações Ordinárias Cachoeira do Sul. M.33, N. 944. A. 1850. APRS
2. Inventários post-mortem. Cachoeira do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Civil e Crime. 1845-1865. APRS.
3. Processo Crime N. 3079 A. 1860. Cartório do Civil e Crime. Cachoeira do Sul. APRS.

ARQUIVO DA FAMÍLIA PEREIRA DA SILVA

1. Correspondências de José Pereira da Silva Goulart. 1851-1861